

GABINETE

◀ 5

LUSA 

Agência de Notícias de Portugal, S. A.

Relatório e Contas 2021

Estela Silva@Lusa

Aprovado em Assembleia Geral de 28 de março de 2022

Índice

I.	Mensagem do Presidente	2
II.	A Agência	6
	Introdução	6
	Estratégia e Posicionamento	8
	Governo da sociedade.....	11
	Estrutura Orgânica	12
	Estrutura Acionista.....	13
III.	Relatório de Gestão.....	15
	Atividade desenvolvida	15
	▪ Institucional.....	15
	▪ Editorial.....	19
	▪ Produção	21
	▪ Agenda.....	25
	▪ Atividade comercial	25
	▪ Comunicação e Marketing.....	30
	▪ Inovação/modernização tecnológica	32
	Sustentabilidade.....	46
	▪ Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental	48
	▪ Formas de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial.....	49
	Análise económica e financeira	58
	Proposta de aplicação de resultados.....	65
IV.	Demonstrações financeiras	66
V.	Anexo.....	72
VI.	Cumprimento de orientações legais	106
VII.	Grelha de práticas de boa governação societária	134
VIII.	Relatório e parecer do Conselho Fiscal.....	144
IX.	Certificação legal de contas.....	145
X.	Ata do Conselho de Administração	146

I. Mensagem do Presidente

Durante estes últimos dois anos passámos por várias fases. A ansiedade, o medo, o isolamento, a resiliência e o recomeço com prudência. O coronavírus SARS-CoV-2 tem sido um professor cruel e algumas lições devem ser interiorizadas. O ser humano tem sido capaz de um progresso sem precedentes na civilização moderna a todos os níveis de desenvolvimento. Mas um vírus invisível foi e é capaz de paralisar a marcha deste progresso. Devemos respeitar as forças e os equilíbrios da natureza com humildade e sem arrogância. O ser humano é uma parte ínfima da vida do planeta e, no entanto, tem vindo a destruir essa vida. Iremos continuar a aprender, a ajustar, a experimentar e, muito importante, a colaborar continuamente. Mais do que nunca encontramos-nos face a um fenómeno global onde todos estamos incluídos e só todos poderemos ultrapassar este enorme desafio.



O ano de 2021 é o ano da vacina contra a covid-19 e o facto de termos alcançado uma taxa de vacinação com duas doses de cerca de 85% da população no início de outubro foi um marco assinalável. Em consequência assistiu-se a uma visível tendência de retoma económica associada à abertura de várias atividades na nossa sociedade.

Na política, assistiu-se à reeleição, expectável, do atual Presidente da República. Realizaram-se as eleições autárquicas, onde a vitória do Partido Socialista foi impactada pela perda de câmaras municipais, sendo a de Lisboa a mais inesperada. Mas o acontecimento político do ano foi mesmo a não aprovação do Orçamento do Estado, que levou à dissolução da Assembleia da República e à marcação de eleições para 30 janeiro de 2022.

Ao nível da sustentabilidade ambiental, Portugal deu passos determinados, em linha com os objetivos da COP26, tendo deixado de ter qualquer produção de eletricidade a partir da queima do carvão com o encerramento da Central de Sines e do Pego em outubro último, sendo o quarto país da UE a atingir este objetivo.

O ano de 2021 foi assim e sem sombra de dúvida o ano da esperança, e do retomar da nova normalidade com as aprendizagens obtidas.

Indubitavelmente a atividade da Lusa não ficou incólume a esta realidade. Durante 2021 houve um renascimento de várias atividades da área editorial algumas delas em modelos híbridos em termos de cobertura editorial dos quais gostava de realçar:

- Cobertura de eleições presidenciais com acompanhamento dos candidatos em situação de pico da pandemia e onde foi reeleito Marcelo Rebelo de Sousa.
- PPUE2021 que ocorreu durante o 1.º semestre do ano e que foi alvo de um vincado agradecimento pela estrutura de missão, entidade do Ministério de Negócios Estrangeiros responsável pela organização do mesmo.
- Campeonato da Europa de Futebol realizado em várias cidades europeias com a presença da seleção portuguesa que decorreram em junho, e julho.
- Jogos olímpicos e paralímpicos que decorreram no Japão em julho e agosto com agradecimento especial, pela cobertura efetuada, pelo Comité Olímpico Português.

- Cobertura do Orçamento Geral do Estado com um conjunto de entrevistas a economistas, previamente ao debate, bem como a produção de notícias sobre as propostas no desenrolar dos debates.
- Protocolo com o governo de Cabo Verde que envolve 4 dimensões: formação a profissionais de comunicação social em várias temáticas, apoio às rádios comunitárias através de conteúdos noticiosos, programa de estágios com universidades e instituições de ensino de Cabo Verde. Nesta última vertente serão efetuadas 2 ações, com cerca de 50 horas com coordenação do delegado da Lusa, sendo uma a realizar na Cidade da Praia, onde serão selecionadas 2 estudantes de seis. Numa 2.ª fase as selecionadas virão a Lisboa para realizar um estágio curricular de 3 meses na sede da Lusa com atividades formativas de jornalismo de agência em várias editorias.
- Ampla cobertura de eleições autárquicas com equipas de reportagem a acompanhar os candidatos nos principais municípios, e que gerou uma forte produção noticiosa de qualidade.
- Início de reuniões para debater o modelo de trabalho futuro em termos de teletrabalho e trabalho presencial.

Ao nível de produção de conteúdos gostaria de destacar o crescimento do mesmo face a 2020, reflexo de uma maior atividade, nomeadamente, derivado de alguns eventos que foram transferidos para 2021, e pertenciam a 2020, bem como o facto de termos estado a cobrir massivamente a presidência da União Europeia e as eleições autárquicas.

Em termos organizativos de referir em primeiro lugar que o ano se iniciou com o anúncio da venda da posição da Impresa no capital social da Lusa às Páginas Civilizadas, empresa detida pelo Grupo Bel, propriedade do empresário Marco Galinha que já detém o Grupo Global Media. Esta operação só foi concluída no final do ano, passando a empresa citada a deter 22,35% do capital social da Lusa, tendo a Global Media 23,36%. Devido à renúncia do vogal Paulo de Saldanha, pelo número de mandatos atingidos, a partir de outubro o Conselho de Administração passou a ter apenas 4 elementos, incluindo o Presidente.

Com o término do mandato 2018-2020 presidido pelo Nicolau Santos, em maio e julho de 2021 foram eleitos os novos órgãos sociais da Lusa. Assumi o cargo de Presidente do Conselho de Administração e Administrador Executivo, mantendo-se a Vice-Presidente Maria João Araújo e o vogal Paulo de Saldanha, em representação da Notícias de Portugal (que veio a renunciar em outubro), e como novos vogais não executivos Helena Ferro Gouveia, em representação do grupo Global Media, e a Professora Carla Batista. Fruto desta nova Administração a Direção de Informação foi reorganizada, sendo liderada por Luísa Meireles, tendo como Diretores Adjuntos de Informação Nuno Simas e Maria de Deus Rodrigues. Na Direção de Áreas de Suporte Cátia Araújo foi merecidamente promovida a diretora, implicando alterações na estrutura interna dessa Direção. A Direção Comercial e Marketing continua a ser liderada pela Mónica Garcia. Estas alterações têm como objetivo principal prestar um ainda melhor serviço público bem como um melhor apoio a todos os clientes internos e externos.

Na minha mensagem de início de mandato destaquei 7 importantes dimensões para a gestão da Lusa, que estão e irão pautar este triénio:

1. A gestão orçamental criteriosa tem de continuar a ser uma prática fundamental, visando uma posição económica e financeira sustentável, de modo a executar:
 - o financiamento para o 2.º semestre de 2021;
 - a implementação do Orçamento 2021/23;
 - a celebração do novo Contrato-Programa com o Estado;
 - a candidatura a programas internacionais, nomeadamente ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR); lançar as primeiras bases para um modelo



estável de financiamento de modo que haja uma maior autonomia e independência na gestão.

2. Temos o objetivo de ver a Lusa reconhecida como uma das melhores empresas para trabalhar em Portugal. Neste sentido, é importante tomar medidas de valorização dos nossos recursos internos, dentro dos condicionalismos existentes. Destaco, entre várias medidas, redefinir um novo modelo de organização do trabalho, fruto da situação pandémica, melhorar as condições do seguro saúde, acesso a um plano de formação de acordo com as necessidades transmitidas pelos trabalhadores, concretizar o processo de Avaliação de Desempenho iniciado em 2020, revendo-o, caso necessário, em função da experiência adquirida durante este período. Rever o AE dado que a realidade da empresa é diferente de quando foram definidos os princípios base e normas do documento em causa.
3. Promover um amplo debate sobre todas as formas de discriminação de acordo com os valores intrínsecos da Lusa e apresentar um plano de medidas, quer a nível interno quer a nível externo, a ser implementado para fazer face a este flagelo. Neste capítulo devemos relançar também o plano para a Igualdade de Género na empresa, já finalizado em 2019.
4. Continuar a aumentar a notoriedade da Lusa através de debates em variados formatos, e nas nossas redes sociais, de acordo com estratégia a desenvolver, assim como reforçar a presença em ações de responsabilidade social. Ao nível de debates iremos continuar a promover debates e conferências relacionados com temas fraturantes do mundo moderno com destaque para a agenda da União Europeia, nomeadamente nas suas cinco grandes prioridades: Economia Social; Economia Resiliente; Economia Verde; Economia Digital; Economia Global. De realçar que nesta última prioridade a Lusa, com o seu jornalismo de proximidade com os países de língua portuguesa, tem um papel insubstituível.
5. Combate à desinformação nas suas mais variadas formas: conferências, literacia mediática, aposta forte em formação online, disponibilização de conteúdos abertos de informação e de dados, acesso a ferramentas tecnológicas. Iremos planear o lançamento do Dia Internacional de Combate à Desinformação, conforme recentemente foi anunciado pela Lusa. Continuaremos a candidatar-nos a projetos internacionais neste âmbito, com parceiros com diferentes competências e valências que nos permitirão ser mais fortes nesta luta. Neste ponto, e dada a sofisticação e a frequência de ataques informáticos que têm vindo a ocorrer, iremos lançar medidas para um Plano de Cibersegurança mais eficaz para as nossas infraestruturas e para todos nós.
6. A inovação é cada vez mais importante em todas as áreas da empresa. Iremos assim manter a aposta na modernização tecnológica da Agência e na sua transformação digital. Continuaremos com projetos ligados à IA, tirando o melhor partido de projetos inovadores que estão em andamento com vários parceiros, bem como outros que irão ser lançados, com o objetivo de criar valor e eficiência para a empresa. Investir na desmaterialização e/ou simplificação dos processos da Agência, através de plataformas e tecnologias, bem como a reorganização de áreas funcionais da empresa, é de vital importância. Vai ser lançado, como já anunciado, o prémio Pedro Camacho para premiar projetos inovadores no domínio das tecnologias de informação ligadas à área editorial, tendo sido esta a grande missão que o Pedro abraçou antes de nos deixar.
7. Sabemos que os nossos clientes têm mudado, e vão continuar a mudar, ao nível de hábitos de consumo de notícias e dos meios que utilizam para esse consumo. Se isto é válido para os nossos clientes, também é muito mais válido para os clientes dos nossos clientes. Estes factos levam-nos a ter de repensar a nossa produção em formatos mais ricos e multifacetados, bem como ao nível da distribuição dos mesmos. Vamos ter de apostar num modelo de negócio digital, assente num sistema flexível, alicerçado numa distribuição

através de um site moderno e em redes sociais, potenciando e comercializando os nossos conteúdos para vários públicos, em mobilidade, e geografias existentes e/ou a conquistar.

Contudo, a missão de informar de forma rigorosa, isenta, fiável e atempada, objetivo incontornável da Lusa, é um dos vetores essenciais para que seja bem-sucedido o combate ao vírus, agora que começam a chegar ao mercado diversas vacinas, mas se constata ainda alguma desconfiança em relação à sua eficácia e aos eventuais efeitos secundários. Para que seja possível continuar a desenvolver essa tarefa com o mínimo risco, a Lusa disponibilizou e continua a colocar à disposição e todos os seus trabalhadores as melhores condições sanitárias disponíveis.

Por último e não menos importante do ponto vista económico e financeiro a Lusa continua a ter uma disciplina orçamental que se rege pelo cumprimento das metas definidas no PAO do respetivo ano.

Assim conseguiu atingir um resultado líquido positivo de €384 mil, com um EBITDA de €1,048 milhões que foi superior ao orçamentado e ao ano anterior. Relativamente ao orçamentado, para este resultado contribuiu de forma marcante as receitas próprias com €3,9 milhões, derivado da PPUE, e a poupança em gastos operacionais em cerca de €221 mil euros nomeadamente fruto dos gastos com pessoal, derivado de menos atividade e consequentemente ajudas de custo e maior número de baixas e atraso na admissão de trabalhadores.

Do ponto de vista do cash flow da empresa o investimento ultrapassou ligeiramente o orçamentado devido a factos extraordinários e não recorrentes em Timor, com as inundações do início do ano, a obras de beneficiação e de conformidade com recomendações ligadas à saúde pública, das instalações das áreas editoriais com maior densidade com vista ao regresso dos jornalistas à sede em Lisboa, e a aquisição de equipamento informático para apoiar o teletrabalho e o modelo futuro do trabalho. Em termos do ativo, o facto com maior destaque prende-se com a recuperação de clientes cuja dívida se situou em €1,245 milhões, alcançando-se um prazo médio de recebimentos de 94 dias, depois de alguns períodos com valores perto de 4 meses de atraso. No passivo, encontra-se registado o valor de €2,624 milhões referente à devolução ao Estado Português da execução do contrato trianual 2017/19 e dos 2 anos seguintes.

O financiamento da Lusa foi suportado por duas Resoluções de Conselho de Ministros, uma do 1.º semestre e outra no 2.º semestre, totalizando o valor sem IVA de €13.134.253. De referir ainda que foi assinado pelo Ministério das Finanças, Ministério da Cultura e Lusa, em janeiro, o contrato de serviço público para vigorar de 2022 a 2027, tendo seguido imediatamente para o Tribunal de Contas para o processo de fiscalização prévia e obtenção do respetivo visto. No exercício das suas competências recebemos, quando estávamos a ultimar o fecho deste relatório, um conjunto de questões do Tribunal de Contas relativamente ao processo. A resposta encontra-se em fase de preparação pelas tutelas e pela Lusa. Este desenvolvimento poderá provocar alguma instabilidade na tesouraria e nas atividades da Agência caso não seja rapidamente resolvida.

Em resumo, 2021 foi o ano do reiniciar ainda que de forma tímida e com alguns sobressaltos. A atividade da agência continuou a ser pautada por uma proximidade com a sociedade e em que se continuou a cumprir de uma forma indelével o seu papel de prestar a todos um serviço público de informação isento, rigoroso, factual, atempado. A Agência provou que mesmo em condições incertas e instáveis consegue cumprir de forma notável a sua missão. E assim continuará a ser.

Nada do acima referido teria sido possível de alcançar sem o esforço de todos os trabalhadores da Agência Lusa, que diariamente dão provas de empenho, eficiência, dedicação e perseverança, e para os quais aqui deixo uma palavra de reconhecimento.

II. A Agência

Introdução

O Conselho de Administração da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. (Lusa) cumpre o dever de relatar a gestão e apresentar as contas do exercício de 2021 que, através do presente relatório, submete aos órgãos competentes da sociedade.

O Conselho de Administração tomou posse nas reuniões da Assembleia Geral da Lusa realizadas em 31 de maio e 23 de julho de 2021, tendo sido nomeado para o triénio 2021-2023.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2021 da Lusa foi aprovado em sede do Conselho de Administração em 24 de março de 2021 e em reunião de Assembleia Geral a 31 de maio de 2021.

O Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa para o triénio 2017-2019 terminou em 31 de dezembro de 2019. Em 2020 foram iniciadas reuniões com a Tutela Setorial no âmbito da elaboração do novo contrato. Na data de elaboração deste documento, o novo contrato, para o período 2022-2027, já se encontra assinado, tendo sido enviado ao Tribunal de Contas para a fiscalização prévia, sendo expectável que vigore em 2022, inclusive.

Em 8 de março de 2021 a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 15/2021 atribuiu à Lusa, a título de Indemnização Compensatória (IC), pelo cumprimento das obrigações do serviço noticioso e informativo de interesse público, para vigorar durante o 1.º semestre de 2021 ou até a entrada em vigor do Contrato com o Estado, um valor mensal de €1.346.260,92, até ao montante de €8.077.565,50, com IVA incluído.

Constatando-se a impossibilidade de assegurar a entrada em vigor do contrato no dia 1 de julho, foi elaborada a RCM n.º 107/2021, de 9 de agosto, que atribuiu à Lusa, a título de IC, um valor mensal de €1.346.260,92, até ao montante máximo de €8.077.565,50, com o IVA incluído à taxa legal em vigor, pelo cumprimento das obrigações do serviço noticioso e informativo de interesse público do 2.º semestre.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2021, de 7 de setembro, autoriza a realização das despesas relativas à compensação financeira devida pelo Estado à Lusa para o período de vigência do contrato, de 2022 a 2027, correspondentes aos seguintes valores totais máximos, aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor:

- a) Em 2022: €13.429.774;
- b) De 2023 a 2027: €13.564.071 por ano.

A 16 de dezembro de 2021 o Conselho de Administração assinou uma Declaração de Compromisso, que visou colmatar a inexistência do Contrato de Prestação de Serviço Público para o ano de 2021. O documento foi objeto de análise técnica da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, após apreciação prévia pelo Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Média, e submetida superiormente, tendo tido aprovação do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, através do Despacho n.º 121/22 - SET, de 28 de janeiro.

Os anos de 2020 e 2021 foram fortemente marcados pela pandemia da covid-19. As circunstâncias excecionais criadas pela pandemia obrigaram a Lusa, num primeiro tempo, a criar planos de contingência para a realização do trabalho em equipas alternadas, por períodos de 15 dias. Posteriormente, com a instituição do estado de emergência, todos os trabalhadores foram colocados em regime de teletrabalho. Já no último trimestre de 2021, foi adotado um modelo híbrido de trabalho com o propósito de respeitar o equilíbrio entre flexibilidade e conexão na gestão da empresa, mantendo a sua unidade e cultura. No cumprimento da legislação que estabelece o regime de reorganização do trabalho e

minimização de riscos de transmissão da doença covid-19 no âmbito das relações laborais, foi adotado, a partir do final de 2021, o regime de teletrabalho recomendado sempre que as funções o permitam, sendo voluntário o trabalho presencial. Já no início de 2022, foi criado um grupo de trabalho, com representantes dos Órgãos Representativos dos Trabalhadores (ORT) e da empresa, para iniciar o estudo relativo aos futuros modelos de trabalho na Lusa. Este grupo tem como objetivo criar um modelo que conjugue a unidade da empresa com a flexibilidade individual e familiar do trabalhador, assegurando a cultura da empresa, a coesão interna, o serviço da empresa, e a capacidade de resposta à atividade da empresa e potenciando o equilíbrio entre vida pessoal e familiar, o bem-estar e segurança dos seus trabalhadores.

A resposta global da empresa à necessidade de confinamento e ao teletrabalho decorreu de forma rápida e sem incidentes, não tendo existido qualquer quebra na prestação de serviços por parte da Lusa, nomeadamente ao nível do cumprimento do serviço noticioso de interesse público.

Devido às restrições causadas pela pandemia covid-19 não foi possível dar seguimento às conferências previstas, nos moldes em que foram desenhadas.

No campo da inovação tecnológica, o ano de 2021 foi marcado pela continuação dos projetos iniciados em anos anteriores nomeadamente: processos de produção automática de notícias de bolsa, o início da utilização de ferramentas de inteligência artificial pela generalidade dos jornalistas, sobretudo na transcrição automática de textos, conteúdos em voz utilizando ferramentas de interação pessoa / máquina através de comandos de voz (reconhecimento de voz humana); projeto Contrafake em parceria com o Inesc:ID, InKnow e CNCS, no seu segundo ano onde já foram implementados protótipos de análise nutricional de conteúdos, análise de contexto e viral de notícias, e literacia mediática ao nível da desinformação; continuação da implementação do *text mining* na base de dados da Lusa de forma a poder obter maior detalhe e classificação de notícias de uma forma automática. Foram também efetuadas várias candidaturas com parceiros universitários ao nível da inteligência artificial tendo por base os arquivos digitais da Lusa. No início do ano foi concretizado o processo estratégico relacionado com o sistema editorial da Lusa no contexto do seu posicionamento estratégico nos *media* portuguesas.

Produção editorial e cumprimento do Serviço Público

A produção editorial da Lusa, em 2021, voltou a aumentar relativamente aos anos anteriores, totalizando 290.584 conteúdos noticiosos e cumprindo com todas as metas contratuais celebradas com o Estado, o que se traduz numa média diária de 796 conteúdos jornalísticos que alcançaram os volumes, anuais e diários, por tipo de produção.

Situação Económico-Financeira

- ❖ O total de rendimentos e ganhos ascendeu a €17,3 milhões o que traduz um acréscimo de €729 mil (4,4%) relativamente a 2020. Esta variação resulta, sobretudo, do crescimento do valor das vendas e serviços prestados (aumento do valor do Contrato com o Estado, através da Indemnização Compensatória e da diminuição do ajustamento, e das receitas próprias) e do aumento das reversões;
- ❖ As receitas próprias totalizaram €3,9 milhões, registando um acréscimo de €125 mil (3,3%) face ao período homólogo;
- ❖ O total de gastos e perdas ascendeu a €16,8 milhões, o que reflete um acréscimo de €410 mil (2,5%) face ao ano transato, como resultado dos acréscimos registados nos fornecimentos e serviços externos (gastos com serviços jurídicos e relacionados com a cobertura de eventos e o aumento de atividade) e nos gastos com o pessoal (descongelamento dos IRCT e efeitos da pandemia);
- ❖ Os investimentos atingiram o valor de €544 mil;
- ❖ O resultado líquido da empresa foi de €384 mil.



Estratégia e Posicionamento

O Plano de Atividades e Orçamento definiu um conjunto de objetivos principais a alcançar no triénio 2021-2023:

- 1) Assinar o novo contrato-programa com o Estado, com uma duração de seis anos e com um valor que, para além da indemnização compensatória de 12,8 milhões de euros (sem IVA) atribuída à Lusa nos últimos quatro anos, contemple igualmente a verba destinada a cobrir os encargos decorrentes da integração de 23 trabalhadores nos quadros da Agência e a regularização dos processos de avaliação não efetuados entre 2011 e 2019, cumprindo assim o serviço público em todos os vetores aí definidos.

O Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa para o triénio 2017-2019 terminou em 31 de dezembro de 2019. Em 2020 foram iniciadas reuniões com a tutela setorial sobre um novo contrato de prestação de serviço público.

À data da elaboração do presente relatório, o novo Contrato para os anos de 2022-2027, encontra-se já assinado e enviado ao Tribunal de Contas para a fiscalização prévia, sendo expectável vigore em 2022, inclusive.

- 2) Cobrir, de forma irrepreensível, a Presidência Portuguesa da União Europeia, que decorre no primeiro semestre de 2021 e para a qual a Lusa foi contratada pelo Estado português; e desenvolver todos os esforços para conseguir contratos prestigiantes como este com entidades nacionais ou internacionais.

No final de 2020, após candidatura, a Lusa tornou-se parceira do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em termos de criação, produção e divulgação de material noticioso e multimédia relativo à Presidência Portuguesa da União Europeia (PPUE), tendo sido celebrado um protocolo especificamente para esse efeito. Nesse âmbito, disponibilizou no seu site, a título gracioso e de acesso livre, o fio noticioso dos temas relativos ao assunto, tanto em português como em inglês.

A Lusa cumpriu com grande sucesso o projeto de acompanhamento da PPUE, num formato maioritariamente virtual, devido ao contexto pandémico do primeiro semestre do ano. O projeto terminou em 30 de junho de 2021, tendo sido produzidos um total de 9.474 conteúdos (fotográficos, texto, em inglês e de agenda).

A partir de outubro de 2021, em virtude da celebração de um protocolo com a Agência Internacional de Comércio Externo de Portugal (AICEP), foi também realizado um trabalho de cobertura noticiosa sistemática sobre a participação portuguesa na Expo Dubai.

- 3) Aumentar a notoriedade nacional e internacional da marca Lusa, reafirmando o papel da Agência como entidade vital e incontornável no panorama mediático português e na frente do combate à desinformação, dado fazer parte integral do seu DNA e da sua missão.

Em 2019, a Lusa candidatou-se ao Programa SAMA 2020, tendo a candidatura sido selecionada em agosto de 2019. O Projeto teve início em maio de 2020, estando previsto o seu término em abril de 2022. Este projeto, que consiste em desenvolver uma aplicação sobre o teor de desinformação difundida em conteúdos, é um agregador de aplicações para análise e deteção de desinformação, análise preditiva de informação viral ao nível de cibersegurança e levantamento do estado da arte sobre ferramentas e conteúdos ao nível da desinformação noticiosa. O projeto está estimado em €299 mil e tem um cofinanciamento de €170 mil.

Este projeto encontra-se atualmente na sua fase final, tendo os protótipos de informação nutricional (Inforadar), deteção de viralidade (ViraLetras) e notícias correlacionadas (CorreTexto) sido incorporados num *dashboard* único. Os próximos passos passarão por colocar esta funcionalidade disponível ao público, bem como toda a documentação de apoio e estudos científicos relacionados. Será também divulgada nas redes sociais a finalização do projeto bem como o apelo à utilização das funcionalidades.

- 4) Lançar um grande debate interno sobre o teletrabalho e as consequências que daí decorrem para a qualidade da produção noticiosa da Agência, procurando ao mesmo tempo encontrar soluções que permitam a utilização criativa das suas instalações.

Os anos de 2020 e 2021 foram fortemente marcados pela pandemia da covid-19. As circunstâncias excecionais criadas pela pandemia obrigaram a Lusa, num primeiro tempo, a criar planos de contingência para a realização do trabalho em equipas alternadas, por períodos de 15 dias. Posteriormente, com a instituição do estado de emergência, todos os trabalhadores foram colocados em regime de teletrabalho.

No último trimestre de 2021, na sequência de reuniões mantidas com as Organizações Representativas dos Trabalhadores, e tendo por base os debates realizados, a auscultação efetuada aos trabalhadores, hierarquias e diretores, assim como as necessidades e os objetivos da empresa, a administração da Agência considerou que o modelo de regresso à empresa deve ser híbrido e respeitar o equilíbrio entre flexibilidade e conexão na gestão da empresa, mantendo a sua unidade e cultura. Sabendo que não há uma solução única e que existem editorias e departamentos que têm especificidades, será dada a cada direção a opção de as gerir, compatibilizando as necessidades da empresa e a sua atividade, com as dos trabalhadores, sempre que possível. Este novo modelo de regresso ao trabalho presencial será transitório, assente num ambiente de segurança, e estará sempre sujeito a alterações decorrentes da evolução das condicionantes internas e externas. A empresa fará uma avaliação periódica dos resultados da aplicação deste modelo.

Já no início de 2022, foi criado um grupo de trabalho, com representantes dos ORT e da empresa, para iniciar o estudo relativo aos futuros modelos de trabalho na Lusa. Este grupo tem como objetivo criar um modelo que conjugue a unidade da empresa com a flexibilidade individual e familiar do trabalhador, assegurando a cultura da empresa, a coesão interna, o serviço da empresa, e a capacidade de resposta à atividade da empresa e potenciando o equilíbrio entre vida pessoal e familiar, o bem-estar e segurança dos seus trabalhadores.

Foram realizadas reuniões com diretores, órgãos representativos dos trabalhadores e debates com vários oradores de diferentes áreas de especialidade sobre os impactos da pandemia no futuro do trabalho em geral e na área de comunicação social e agências de notícias em específico.

- 5) Manter a aposta na modernização tecnológica da Agência, nomeadamente na área da Inteligência Artificial e na robotização da produção noticiosa, tirando o melhor partido de projetos inovadores que estão em andamento e que deverão ser concretizados a curto prazo. Lançar o Prémio Pedro Camacho para premiar projetos inovadores no domínio das tecnologias de informação ligadas à área editorial, a grande missão que Pedro Camacho abraçou com entusiasmo e dedicação nos seus últimos três anos de vida.

Durante este ano é de realçar os seguintes projetos ou iniciativas:

- Continuação do projeto ContraFake de construção de algoritmo de análise de conteúdos na perspetiva de nível de desinformação intrínseco, como referido no objetivo 3).

- Projeto Voice bot de notícias em contínuo da Lusa, que está a ser revisto com uma parceria com a Defined Crowd empresa portuguesa especializada em IA.
 - Candidatura a projetos do H2020 sobre desinformação: SayGreen, Iberifier, FY(R). A Lusa encontra-se a colaborar no Iberifier integrada num consórcio de 23 participantes, liderado pela Universidade de Navarra, em Espanha. Este projeto iniciou-se em outubro 2021 e tem a duração de 30 meses. O principal contributo da Lusa assenta na literacia mediática como meio de lutar contra a desinformação.
 - Consolidação do uso do Ezyinsights como aplicação de análise semântica do espaço digital. O projeto baseia-se no varrimento do espaço digital de modo a analisar o alcance dos conteúdos produzidos pela Lusa no leitor final, através dos *sites* dos clientes.
 - Uso do Portal do Jornalista nas suas componentes de transcrição de áudio para texto, legendagem de vídeos, traduções, sumarização, feed por tópicos; Novas funcionalidades relativamente a legendagem e arquivo em pastas próprias de artigos relacionados ao nível de transcrições, de modo a obter mais eficiência e colaboração entre jornalistas, serão efetuadas durante 2022.
 - Text mining para automatização de classificação de notícias.
- 6) Continuar a procurar soluções inovadoras, no país e no estrangeiro, para aumentar as receitas próprias da Agência (com novos serviços e geografias), apesar do ambiente muito negativo em que vive a esmagadora maioria dos clientes da Lusa no setor da comunicação social em Portugal e no mundo.

As receitas próprias registaram um acréscimo de €125 mil em 2021 face ao ano transato. Ainda que registando ganhos, o ano de 2021 continuou marcado pela pandemia. Os constrangimentos da covid-19 tiveram impacto no ciclo de conferências internacionais planeadas em regime presencial. Ainda assim, a Lusa efetua a cobertura especial do evento Expo Dubai 2020, uma iniciativa subcontratada pela AICEP, para cobertura institucional da presença portuguesa neste evento mundial, que teve início em outubro de 2021.

De referir a tendência decrescente da receita proveniente das áreas de negócio Empresas e Mercado Externo, por via de rescisões e negociações em baixa, ainda assim compensada pelo aumento verificado nas áreas de negócio Institucionais e nos Órgãos de Comunicação Social.

- 7) Promover debates e conferências relacionados com temas fraturantes do mundo moderno; fazer o mesmo em relação a todos os grandes temas que atravessam neste momento a União Europeia.

Também devido à situação pandémica e às restrições ao nível da saúde pública e distanciamento, não foi possível levar a cabo a grande maioria das iniciativas de marketing e comerciais que estavam agendadas para 2021. Numa altura em que o nível de contágio era ainda elevado, e que a vacinação ainda não era considerada elevada, não foi considerado prudente a realização destas iniciativas. Quanto ao projeto das Conferências 5G, a não execução das mesmas em ambiente híbrido deveu-se a externalidades, nomeadamente do regulador ANACOM, impossibilitando a APDC de organizar com a Lusa esta iniciativa.

- 8) Avançar para as negociações de um Acordo de Empresa adequado aos novos desafios que a Agência enfrenta e cujo anacronismo, em diversas cláusulas, se tem vindo a tornar cada vez mais evidente.

Dado a indefinição e incerteza provocada pela pandemia, não foi possível efetuar o plano de recomendações para a revisão do AE. Estima-se que o plano global de

alterações seja feito ainda durante o 1.º semestre de 2022 para ser submetido aos sindicatos.

- 9) Concretizar o Processo de Avaliação de Desempenho de todos os trabalhadores e limar as arestas para que possa entrar em velocidade de cruzeiro.

Após diversas reuniões entre a Lusa, o Sindicato dos Jornalistas, o SITESE - Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo e o SITE/CSRA - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividades do Ambiente do Centro, Sul e Regiões Autónomas, no final de 2019 foi concluído o processo de revisão do Regulamento da Avaliação de Desempenho, com vista à sua simplificação, tendo sido publicada no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 1 de 2020 a alteração parcial ao Acordo de Empresa.

Devido à situação de pandemia em 2021, ano de arranque da Avaliação de Desempenho, foi implementado um processo simplificado, ou seja, a existência de uma única fase de avaliação com início em janeiro de 2021 - Avaliação Final - que incluiu autoavaliação e heteroavaliação, relativamente a factos de desempenho de 2020. Face à continuação da situação pandémica o processo de 2021, a decorrer em 2022, será também nos mesmos moldes.

- 10) Manter a aposta em caminhar para a Igualdade de Género na empresa, quer no plano das responsabilidades, quer ao nível salarial.

Na sequência da elaboração, em 2019, de um Diagnóstico Interno, em colaboração com uma equipa de especialistas do ISEG/IDEFE, bem como o Relatório relativo às remunerações das mulheres e dos homens, iniciou-se em 2021 a realização de uma nova auditoria de género e plano para a igualdade que inclui a realização de diagnóstico interno, a elaboração dos relatórios da auditoria de género e da igualdade de remunerações, workshops com grupos estratégicos e apresentação de uma proposta de plano para a igualdade entre mulheres e homens na Agência.

- 11) Encontrar novas ideias que permitam que a Lusa venha a ser reconhecida como uma das melhores empresas para trabalhar em Portugal.

Este estudo foi adiado para 2023, fruto do efeito pandémico.

- 12) Continuar a investir na desmaterialização de todos os processos administrativos da Agência.

No âmbito da desmaterialização de processos e procedimentos, foi implementada a assinatura digital preferencial de todos os contratos emitidos pela Lusa, e outros documentos procedimentais, como forma de simplificação, flexibilização e transparência do processo e de redução do consumo de papel. No final de 2021, foi elaborado um diagnóstico pela DGLAB - Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, do qual resultou um conjunto de recomendações, com vista à desmaterialização de processos da área administrativa bem como do centro de documentação.

Governo da sociedade

Os Órgãos Sociais para o mandato 2021-2023 foram eleitos em reuniões de Assembleia Geral realizadas em 31 de maio e 23 de julho de 2021:

Mesa da Assembleia Geral			
Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente	Cristina Maria Pereira Freire	31/05/2021	2021-2023
Vice-Presidente (a)	António Correia de Oliveira	31/05/2021	2021-2023
Secretário	Maria Fernanda Sousa Rebelo Lopes Pires Borges	31/05/2021	2021-2023

(a) Renúcia a 31/10/2020

Conselho de Administração			
Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente (Executivo)	Joaquim de Jesus Pedro Carreira	31/05/2021	2021-2023
Vice-Presidente (Não Executivo)	Maria João Dias Pessoa de Araújo	23/07/2021	2021-2023
Vogal (Não Executivo) (a)	Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	23/07/2021	2021-2023
Vogal (Não Executivo) (b)	Helena Ferro de Gouveia	31/05/2021	2021-2023
Vogal (Não Executivo)	Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira (a)	31/05/2021	2021-2023

(a) Renúcia a 19/10/2021

Conselho Fiscal			
Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente	Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Sampaio	31/05/2021	2021-2023
Vogal	Pedro Jorge dos Santos Braumann	31/05/2021	2021-2023
Vogal e ROC efetivo	Susana Rodrigues de Jesus	31/05/2021	2021-2023
Vogal e ROC suplente	António Magalhães e Carlos Santos	31/05/2021	2021-2023

Estrutura Orgânica

A organização da empresa está centrada na produção de conteúdos noticiosos, em torno de editorias, delegações e correspondentes, enquadrados pela Chefia da Redação e pela Direção de Informação.

A Lusa tem a Redação central em Lisboa, um escritório no Porto, jornalistas residentes na grande maioria das capitais de distrito, delegações no estrangeiro, nomeadamente na Europa em Bruxelas e em Madrid, nos PALOP's em Cabo Verde, Guiné, Angola e Moçambique e na Ásia uma sucursal em Macau e uma delegação em Timor-Leste.

A Lusa conta também com uma rede de correspondentes, quer a nível nacional, cobertura de todo o território nacional, quer a nível internacional, em cerca de 30 países de todo o mundo.

A macroestrutura orgânica da empresa assenta no Presidente do Conselho de Administração (PCA), que é simultaneamente o Administrador-delegado, a quem compete a coordenação da atividade geral e a direção das relações institucionais e internacionais.

A 13 de janeiro de 2021, conforme Ordem de Serviço n.º PCA 001/2021 a Direção de Inovação e Novos Projetos e o Gabinete de Organização e Execução de Projetos foram extintos. Estas áreas de grande importância, uma vez que só com inovação a todos os níveis e projetos nas diversas áreas da empresa, a Agência estará em condições de servir cabalmente os seus clientes e permanecer tecnologicamente capaz de dar resposta aos desafios cada vez mais exigentes que se colocam aos media em todo o mundo, deram origem ao Gabinete de Inovação e Projetos, que passou a estar integrado na Direção de Áreas de Suporte e, após a tomada de posse do novo Conselho de Administração e a entrada em vigor da nova estrutura organizacional e funcional da empresa, na Direção de Informação.

Atualmente, os órgãos de estrutura da Lusa são os seguintes:

- Direção de Informação, que assegura a produção de conteúdos noticiosos;
- Direção Comercial e Marketing, que promove a venda de serviços e a sua imagem;
- Direção de Áreas de Suporte, com a responsabilidade das áreas da Contabilidade e Tesouraria, dos Sistemas de Informação, das Compras e Recursos Humanos;

- Gabinete de apoio ao Conselho de Administração, que inclui o apoio administrativo a todos os órgãos sociais da Empresa.

Assim, o organigrama da Lusa passou a ser o seguinte:

Organograma da macroestrutura e órgãos de estrutura de primeira linha em 2021



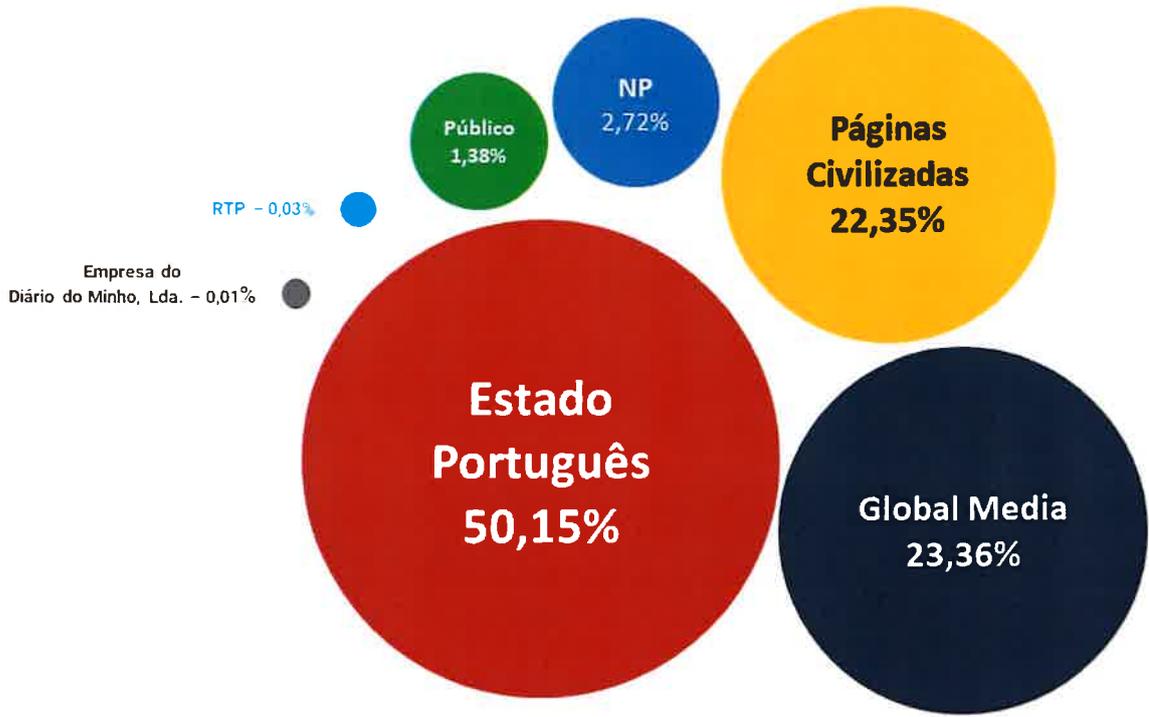
Estrutura Acionista

Em 2020 foi efetuada uma amortização com redução do capital social da Lusa, conforme o artigo 347.º do CSC, como resultado da insolvência do acionista "O Primeiro de Janeiro, S.A.". Neste sentido foram também alterados os Estatutos da Lusa.

Por contrato de compra e venda de ações, celebrado em 31 de dezembro de 2021, as ações da IMPRESA – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., representativas de 22,35% do capital social da Lusa, foram transmitidas à sociedade Páginas Civilizadas, Lda., tendo esse facto sido comunicado à Lusa pela sociedade adquirente, por carta datada de 4 de janeiro de 2022. A sociedade Páginas Civilizadas, Lda. detém 29,75% da Global Media Group.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., integralmente realizado, é de €5.324.225 representado por 2.126.690 ações no valor nominal de €2,50 cada, e está distribuído como se apresenta:

ACIONISTAS	N.º de Ações	%	Euros
Estado Português	1 068 000	50,15%	2 670 000
Global Media Group	497 420	23,36%	1 243 550
Páginas Civilizadas, Lda.	476 064	22,35%	1 190 160
NP - Notícias de Portugal, CRL	58 000	2,72%	145 000
Público - Comunicação Social, S.A.	29 307	1,38%	73 268
Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	674	0,03%	1 685
Empresa do Diário do Minho, Lda.	225	0,01%	563
CAPITAL SOCIAL	2 129 690	100,00%	5 324 225



III. Relatório de Gestão

Atividade desenvolvida

▪ Institucional

Cooperação

- Participação da Lusa na XXXVII Assembleia Geral da UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, em junho, realizada através de votação por via eletrónica devido à situação de pandemia da covid-19.
- Visita à Lusa do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro de Cabo Verde para a comunicação social, em julho. Na reunião havida com o Presidente do Conselho de Administração e com a Direção de Informação da Lusa, foi expressa a vontade de reforçar o quadro de cooperação, nomeadamente no campo da formação, da área tecnológica, da especialização dos jornalistas e dos estágios profissionais e curriculares.
- Deslocação do Presidente do Conselho de Administração a Cabo Verde, em novembro, acompanhado pela Diretora de Informação e pela Diretora Comercial e Marketing, no quadro das relações de cooperação com o Governo de Cabo Verde e com a Agência de Notícias Cabo-verdiana Inforpress. Durante a permanência na Cidade da Praia, a delegação da Lusa foi recebida em audiência pelo Senhor Presidente da República de Cabo Verde e pelo Senhor Primeiro-Ministro. Tiveram lugar reuniões com o Senhor Embaixador de Portugal em Cabo Verde e com a Senhora Embaixadora da União Europeia. A delegação da Lusa teve também encontros com o Gestor Único da Inforpress, com a Administração da RTC-Rádio Televisão Cabo-verdiana e com os Diretores dos órgãos de Comunicação Social de Cabo Verde. Realizou-se ainda uma reunião com a reitoria da Universidade de Cabo Verde, durante a qual foi assinado um Memorando de Entendimento entre a Lusa e aquela Universidade, e uma visita à Universidade Jean Piaget.
- Assinatura de um Protocolo de Cooperação com o Governo de Cabo Verde, representado pelo Senhor Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro de Cabo Verde, durante a cerimónia de encerramento da ação de formação ministrada por jornalistas da Lusa na Agência Inforpress, em novembro. O Protocolo de Cooperação entre a Lusa e o Governo de Cabo Verde prevê a realização de estágios curriculares de alunos de cursos de Comunicação Social de Universidades ou Estabelecimentos equiparados de Cabo Verde em Lisboa, bem como o apoio da Lusa às rádios comunitárias de Cabo Verde.
- Celebração de um Protocolo de Cooperação entre a Lusa e a RTC-Rádio Televisão Cabo-verdiana, que prevê a reativação da delegação da RTC na sede da Lusa e ainda ações nas áreas de formação em marketing digital e multimédia. A cerimónia de assinatura do Protocolo entre as duas entidades teve lugar em novembro, na sede da Lusa.

Relações Internacionais e Institucionais

A Lusa, em 2021, manteve a sua presença em instituições internacionais nomeadamente:

- EPA – European Pressphoto Agency (de que a Lusa é acionista fundadora):
 - Participação da Lusa na Assembleia Geral da EPA, que se realizou em junho, por videoconferência;
- AMAN – Alliance of Mediterranean News Agencies
 - Apoio institucional, através da participação em *newsletters* da aliança;

- o Participação da Lusa, representada pelo Presidente do Conselho de Administração, na Assembleia Geral da AMAN, realizada em agosto, por videoconferência.
- **EANA – European Alliance of News Agencies:**
 - o Participação da Lusa, representada pela Diretora Comercial e Marketing, nas Assembleias Gerais da EANA, realizadas em abril e maio, por videoconferência, e em outubro, em Viena.
 - o Participação da Lusa na Conferência de outono da EANA, realizada em outubro, em Viena, representada pela Diretora Comercial e Marketing e pela Diretora de Áreas de Suporte.
- **MINDS International:**
 - o Colaboração nos grupos de trabalho temáticos do MINDS International (através da plataforma Workplace);
 - o Participação da Lusa na 31ª Conferência MINDS, em outubro, em Oslo, representada pela Diretora Comercial e Marketing.

No âmbito da atividade institucional, devem, ainda, destacar-se as seguintes ações:

- Visita de cortesia de Sua Excelência o Senhor Embaixador do Iraque em Portugal ao Presidente da Lusa, em março.
- Assinatura de um Protocolo de Parceria de Media entre a Lusa e a Nova SBE, em abril, no âmbito do evento Estoril Conferences, previsto para 2022.
- A Lusa participou nas Assembleias Gerais da Visapress - Gestão de Conteúdos, CRL, que se realizaram em abril e dezembro, representada pela Diretora Comercial e Marketing.
- Assinatura de um Protocolo de Cooperação de intercâmbio noticioso entre a Lusa e a agência noticiosa turca Anadolu, em outubro, em Viena, durante a Conferência de outono da EANA – European Alliance of News Agencies.
- Assinatura de um Acordo de Cooperação entre a Lusa e a agência privada de notícias espanhola Europa Press, relativo à troca de conteúdos noticiosos, em dezembro, na sede da Lusa.
- Cerimónia de entrega de dois computadores à Associação CAIS, em dezembro, na sede da Agência, a partir de uma iniciativa conjunta, entre a Dell e a Lusa, em que estiveram presentes o Presidente do Conselho de Administração, a Diretora Comercial e Marketing, a Diretora Executiva da CAIS, e a Corporate Account Manager da Dell.

Grandes eventos

O ano de 2021 foi um ano marcado por um início de grandes restrições causadas pela pandemia, com um confinamento logo no início do ano, tentando controlar o elevado número de infetados com a covid-19. Com este início de ano atribulado, registou-se um abrandamento nos planos de conferências previstas para 2021. A única conferência que estava firme em termos de planeamento – sobre 5G, acabou por não se realizar devido ao atraso nos leilões, e a entrada de uma nova Direção de Informação, já a meio do ano, com as naturais mudanças internas na redação, não permitiu dar seguimento às conferências previstas. Desta forma, não foi possível dar seguimento às conferências previstas, nos moldes calculados.

A 16 de março, a Lusa promoveu o “Encontro Lusa”, por via remota, sobre o tema “Vacinação – a solução para a pandemia?”, com uma entrevista e debate com a Dra. Mariângela Simão, da OMS. Outras propostas foram feitas com a colaboração da redação, mas não foi possível levar por diante.

Distinções

- Atribuição à Lusa do prémio Humana Circular 2021, pela qualidade e quantidade de notícias da Agência sobre sustentabilidade e ambiente. O Prémio foi entregue ao Presidente do Conselho de Administração numa cerimónia que teve lugar em 19 de novembro, em Alcochete.
- A Lusa foi distinguida com uma Menção Honrosa, no âmbito dos Prémios da Inovação promovidos pela AMA-Agência para a Modernização Administrativa, pelo projeto «Automatização Notícias I» na categoria «Desenvolvimento de modelos de gestão», desenvolvido pela Lusa para a automatização de notícias da Bolsa. Este projeto utiliza a inteligência artificial para fazer o tratamento automático de notícias, que pode também ser aplicado a outras áreas da redação nomeadamente economia (dados económicos e financeiros), desporto (resultados desportivos) e política (eleições), em que existam conjuntos de dados repetitivos e estruturados, permitindo libertar os jornalistas de tarefas quotidianas e repetitivas para outras tarefas de maior valor acrescentado. A cerimónia de entrega dos prémios decorreu em 26 de novembro, no Teatro Thalia, em Lisboa.
- O fotojornalista da Lusa Nuno André Ferreira foi premiado com o terceiro lugar na categoria 'Spot News' do prémio internacional de fotografia World Press Photo, com a imagem, captada em setembro de 2020, de uma criança sentada dentro de um carro perto de um incêndio florestal em Oliveira de Frades, a 7 de setembro de 2020. Nuno André Ferreira foi também distinguido com uma menção honrosa, na categoria de Fotografia do Ano do Prémio Estação Imagem, com a mesma fotografia.
- Atribuição do Prémio Gazeta de Fotografia 2021 ao fotojornalista da Lusa José Sena Goulão, com a fotografia “Sozinho com a pátria às costas”, tirada a 25 de Abril de 2020.
- Atribuição do Prémio Luso-Alemão à correspondente da Lusa na Alemanha, Joana Sousa Dias, pelo conjunto de textos sobre o legado político da chanceler Angela Merkel. O Prémio Luso-Alemão distingue, anualmente, textos jornalísticos publicados em Portugal e na Alemanha sobre a cultura, sociedade, economia e política do outro país.
- A jornalista Alexandra Oliveira foi distinguida pelo Comité Paralímpico de Portugal com o Prémio “Inclusão pelo Desporto”, pela sua dedicação e notável trabalho em prol do desenvolvimento do desporto Paralímpico e do Movimento Paralímpico em Portugal.

Em 2021 foram atribuídos os seguintes “Prémios Lusa”:

- Francisco Pinto, com a reportagem sobre uma aluna de 12 anos de Serapicos, em Vimioso, no distrito de Bragança, que se deslocava cerca de um quilómetro, várias vezes ao dia, para procurar rede e assistir às aulas ‘online’, dentro do carro do pai. A reportagem, que retrata a realidade do interior do país em tempo de pandemia, saiu em vários órgãos de comunicação social, incluindo as televisões generalistas. O trabalho abriu ainda um espaço de debate e discussão sobre o tema, para várias forças partidárias.
- Alexandra Luís, pelo conjunto de trabalhos sobre a importância da tecnologia 5G, que aborda várias questões e esclarece dúvidas sobre a sua implementação. O trabalho permite uma visão abrangente de um tema recente e muito debatido, abordando

questões que vão desde a sua aplicação aos carros autónomos, à saúde, à arte e ao Espaço, passando pelo aumento de eficiência e a redução de custos.

- Nádea Rodrigues, pelo seu desempenho na área comercial durante o primeiro trimestre de 2021 nomeadamente na angariação e retenção de clientes, bem como no apoio à área de controle de crédito.
- Estêvão Chavisso e Luísa Nhantumbo (Delegação de Moçambique), pelo conjunto de quatro reportagens efetuadas em Maputo, no contexto da covid-19, e num momento em que os moçambicanos são obrigados a encontrar novas dinâmicas para responder ao impacto das restrições impostas pela covid-19. As reportagens vencedoras foram “Pintar unhas nas ruas de Maputo para “não roubar ninguém”, “Caixa aberta “my love” carrega passageiros onde faltam transportes em Maputo”, “Covid-19/Um ano: Maior hospital moçambicano respira melhor após pico de infeções” e “Covid-19: Aglomerações e longas filas nas paragens marcam primeiro dia de aulas em Moçambique”.
- Fernando Peixeiro, Pedro Martins, Tiago Petinga, André Kosters, João Relvas e Ana Folhas, com a reportagem “Hidrogénio: o essencial é invisível para os olhos”. O hidrogénio verde é a grande aposta de Portugal para os próximos anos, mas se para o Governo a estratégia, correta, já está a criar uma “movida” junto de investidores, há quem a considere irrealista e um disparate. A verdade é que nunca tanto se falou em hidrogénio nem tanto se gastou no novo gás, que de novo não tem nada. A propósito da aposta do Governo português e da conferência que organizou no dia 7 de abril, inserida na presidência do Conselho da União Europeia (UE), a Lusa ouviu especialistas a favor e contra, falou com responsáveis governamentais, autárquicos e ambientalistas, visitou empresas e conheceu projetos, o que resultou num trabalho muitíssimo completo e de grande qualidade, a todos os níveis.
- Isabel Francisco, Helena Rodrigues, Zami Costa e Hugo Bastos, da Direção de Áreas de Suporte, pelo trabalho contínuo e empenhado que permitiu cumprir com os prazos de entrega de todos os relatórios obrigatórios, bem como a realização da Assembleia Geral de fecho de contas, possibilitando a aprovação do orçamento da Lusa mais cedo. Este trabalho foi exercido em regime presencial, ainda em contexto de total restrição pandémica, devido à impossibilidade de prestação remota de trabalho, uma vez que o trabalho ainda tem uma elevada componente material que ainda não foi possível desmaterializar. Foi um trabalho de certo modo invisível, que nos permitiu, a todos nós, manter as nossas rotinas. Sem eles, isso não teria sido possível.
- Editoria Desporto com a cobertura dos Jogos Olímpicos Tóquio 2020. Foi um trabalho de inegável qualidade de toda a editoria, exigindo o sacrifício pessoal de todos, com vista à mais vasta cobertura noticiosa da competição em Portugal. O trabalho dos jornalistas da Lusa foi, aliás, objeto de um agradecimento por parte do próprio Comité Olímpico de Portugal, assim reconhecendo o alto nível da nossa cobertura dos Jogos.
- Cecília Malheiro com os trabalhos de reportagem: Maria foi violada à entrada de casa: “Foi quase como se tivesse morrido” e de notícia: “Menos 25% de violações de mulheres em 2020 e pandemia poderá explicar quebra”. De grande qualidade, realçando a sensibilidade na recolha dos testemunhos, o foco direcionado para a pedagogia social, com a missão de alerta público para um crime bárbaro, os trabalhos revelam o empenho da jornalista, sendo também de realçar o grande impacto na comunicação social.
- António Navarro como editor responsável e iniciador do documento TEMAS DA ATUALIDADE, produzido semanalmente pela editoria da Agenda e distribuído à redação no início de cada semana. O documento em causa é de elevada importância e

utilidade para o trabalho dos jornalistas da redação e que inspira o serviço Agenda, único na comunicação social portuguesa.

Patrocínios

A Lusa patrocinou o Prémio de fotojornalismo “Estação Imagem”, nas categorias Notícias e Fotografia do Ano.

Responsabilidade Social

Em 2021 foi dada continuidade ao protocolo em vigor com a Associação CAIS através da cedência de fotografias, notícias e reportagens, da colaboração na produção de conteúdos da revista CAIS (impressa e online), bem como da divulgação dos seus projetos e atividades. Adicionalmente, em dezembro, a Lusa, em parceria com a DELL, facilitou a oferta de três computadores portáteis à CAIS, no âmbito de um programa interno da DELL, uma vez que a CAIS tinha sido alvo de furto nas suas instalações. Foi, por isso, um reforçar dos laços entre as duas instituições.

▪ Editorial

Apesar da pandemia da covid-19 ainda ter marcado em grande medida a atividade editorial da Lusa e a organização da sua redação no ano de 2021, outros assuntos assumiram também um papel de relevo. Em particular, destacamos a cobertura da presidência europeia do Conselho da União Europeia (PPUE), os Jogos Olímpicos de Tóquio, as eleições autárquicas, a crise política devido ao chumbo do Orçamento de Estado para 2022 e a subsequente preparação das eleições legislativas (estas já realizadas em janeiro de 2022).

A cobertura noticiosa da agência refletiu esta realidade. Assinale-se que, para cobrir de maneira mais eficiente a PPUE, cumprindo os termos de um protocolo assinado com o Estrutura de Missão para Presidência Portuguesa do Conselho UE 2021 em 2020, foi criada uma editoria específica [com a contratação temporária de vários jornalistas, em Lisboa e em Bruxelas], que entrou em funções em outubro desse ano e assim se manteve até meados de julho de 2021. Os temas associados à PPUE foram também trabalhados por outras editorias.

Esta cobertura foi muito exigente e exaustiva, estendendo-se a todas as outras editorias e redes sociais da Lusa. Incluiu, para além do noticiário diário diversificado, entrevistas ou outro tipo de cobertura, a elaboração de sete reportagens de vídeo, que exigiram muitas horas de trabalho a uma equipa transversal a toda Direção de Informação. À semelhança do que aconteceu com o noticiário relativo à covid-19, também foi colocado no site da Lusa (www.lusa.pt) um banner destinado exclusivamente à PPUE, onde as respetivas notícias podiam ser lidas na totalidade, em português e inglês, sem necessidade de registo ou subscrição.

Os Jogos Olímpicos de Tóquio foram outro tema em relevo durante os meses de julho e agosto, que obrigou a uma reorganização da editoria de Desporto, que para além dos enviados especiais, teve de desdobrar-se para cobrir os acontecimentos durante a noite e madrugada, devido ao diferencial horário. Foi um momento alto de grande repercussão do trabalho da Lusa em toda a comunicação social portuguesa.

As eleições autárquicas, realizadas a 26 de setembro, foram (como são sempre) objeto de uma grande mobilização dos jornalistas da Lusa, visto que abrangem não só aqueles que estão nas sedes e delegações, como os correspondentes nas várias localidades que compõem a rede da Lusa. A coordenação deste trabalho é feita pela editoria País, em conjunto com a editoria Política. A fim de melhor se articularem, os jornalistas membros da editoria País começaram a trabalhar presencialmente na sede, logo no início de setembro, tendo também sido feita presencialmente a coordenação da noite eleitoral.

A partir de outubro, em virtude da celebração de um protocolo com a Agência Internacional de Comércio Externo de Portugal (AICEP), foi também realizado um trabalho de cobertura noticiosa sistemática sobre a participação portuguesa na Expo Dubai, que se estendeu para 2022.

A crise política ocorrida em novembro de 2021 e a convocação de eleições legislativas antecipadas foi também um dos grandes temas editoriais do final de 2021, que levou, já em dezembro, ao início dos preparativos eleitorais, nomeadamente com a organização de entrevistas aos líderes dos partidos políticos.

Em termos organizacionais, a esmagadora maioria dos jornalistas da redação da Lusa manteve-se em teletrabalho durante parte do ano, enquanto no edifício da sede, em Lisboa, se aproveitou esse período de tempo para se fazerem obras nos pisos ocupados pela redação, a fim de permitir o regresso em total segurança sanitária. A redação de Lisboa pode, assim, regressar em regime de espelho ao trabalho presencial, a partir do final do mês de outubro. Esse tipo de trabalho foi interrompido em meados de dezembro, por determinação do presidente do Conselho de Administração e na sequência da decisão do Governo, que tornou de novo obrigatório o teletrabalho. Todo o processo foi realizado sem sobressaltos.

A delegação no Porto manteve-se, todavia, em teletrabalho, devido à falta de condições sanitárias na sua sede, processo entretanto resolvido. Quanto às delegações no estrangeiro, organizaram o seu trabalho em função das regras sanitárias em vigor nos respetivos países.

Devido à situação pandémica, não se realizaram conferências, sem ser um “Encontro Lusa”, por via remota, sobre o tema “Vacinação – a solução para a pandemia?”, com a Dra. Mariângela Simão, da OMS. Outras propostas foram feitas com a colaboração da redação, mas não foi possível levar por diante.

A aposta iniciada pela Lusa no combate à desinformação, enquanto maior agência noticiosa do mundo em língua portuguesa, com delegações, delegados e correspondentes em todos os países, territórios e grandes comunidades onde se fala o português, manteve-se em 2021 com um maior acompanhamento noticioso deste problema e o envolvimento no âmbito de um projeto em cooperação com outras entidades, nomeadamente o INESC (IST) designado “Contrafake”, que se prolongará por 2022.

Os conteúdos produzidos pela Agência relacionados com a Presidência Portuguesa da União Europeia levaram, ainda em 2020, a um aprofundamento da ligação da Lusa à rede europeia de jornalismo Euractiv, através de um acordo de partilha de conteúdos, que se prolongou até ao final do primeiro semestre de 2021. Por outro lado, a Lusa iniciou em janeiro de 2020 a sua participação na ‘newsletter’ “The Capitals”, da mesma rede europeia de jornalismo, e que se mantém desde então.

Um dos aspetos a considerar na área editorial foi o “salto” dado na área das redes sociais, onde passou a ser feito um trabalho sistemático de divulgação de informação, que elevou o número de seguidores na Facebook da Lusa para 124.112, no Twitter 24.3100, no Instagram 31.600 e no Instagram da foto 4.058, números aferidos em janeiro de 2022.

A formação foi uma das áreas onde a pandemia mais se refletiu negativamente. Por via remota, foi realizada apenas uma ação de formação – no caso sobre os Fundos europeus, um tema de grande atualidade e exigência profissional – destinada a jornalistas da agência e externos. Alcançou uma média de 50 participantes.

Externamente, foi realizada também a última fase de uma formação a jornalistas cabo-verdianos, no âmbito de um protocolo com a agência homóloga Inforpress. Deslocaram-se a Cabo Verde para esse efeito dois jornalistas, durante uma semana. A formação abrangeu também a área de marketing.

Esta formação em Cabo Verde coincidiu com uma visita ao país do Presidente do Conselho de Administração, da Diretora de Informação e da Diretora Comercial e de Marketing, da qual resultou a assinatura de um protocolo de cooperação com o Governo de Cabo Verde, bem como de um Memorando de Entendimento com a Universidade de Cabo Verde. O protocolo prevê a realização de estágios curriculares para estudantes de comunicação social cabo-verdianos, formação contínua a profissionais da área, apoio às rádios comunitárias e participação em conferências e seminários internacionais, de acordo com a política editorial e as regras deontológicas da Lusa; o memorando abrange a realização de estágios na Lusa (na sede ou na delegação na Praia), apoio à formação, realização de seminários e conferências e organização de cursos de especialização para técnicos de comunicação e multimédia da Uni-CV, entre outras ações de interesse comum.

Dando seguimento a estes protocolos, em 2022 iniciar-se-ão os estágios para duas alunas desta Universidade na sede da Lusa em Lisboa. O protocolo permite à redação, por outro lado, ter um contacto mais estreito com jovens e futuros jornalistas de outras origens.

Quanto aos estágios, uma atividade regular desde sempre na Lusa, só em abril foram retomados, num formato reduzido (apenas cinco estudantes) e por via remota. Um segundo grupo, também reduzido, foi adicionado em setembro, juntamente com um novo grupo dos estudantes de mestrado do curso de jornalismo da Universidade Nova, ao abrigo do protocolo assinado no ano anterior. O tema escolhido para este último grupo foi o das alterações climáticas.

No âmbito de uma parceria com a Priberam, em 2021, a Lusa voltou a participar na iniciativa "O Ano em Palavras" (<https://oanoempalavras.pt/>), que apresenta algumas das palavras mais pesquisadas ao longo do ano no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, associadas a acontecimentos nacionais e internacionais que se destacaram a nível político, económico, cultural ou social e que foram noticiadas pela Lusa.

Em termos de inovação tecnológica na área editorial, a Lusa manteve em 2021 o processo de transição digital com recurso a um consultor externo, que tem como objetivo a implementação de uma nova plataforma tecnológica, que permita uma melhor exposição e disseminação da produção da Lusa, designadamente nas redes sociais, e uma melhor experiência entre a Lusa e os seus atuais e futuros clientes. Este processo de transformação digital tem ainda como objetivo otimizar a produção jornalística através de novas ferramentas tecnológicas.

▪ Produção

A produção editorial da Lusa, em 2021, voltou a aumentar relativamente aos anos anteriores, totalizando 290.584 conteúdos noticiosos e cumprindo com todas as metas contratuais celebradas com o Estado, como se pode ver nos quadros seguintes, o que se traduz numa média diária de 796 conteúdos jornalísticos que alcançaram os volumes, anuais e diários, por tipo de produção.

Importa referir que o aumento da produção em 2021 resulta, também, da cobertura da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE), com um total de 9.474 conteúdos produzidos (fotográficos, texto, em inglês e de agenda), e de grandes eventos de 2020 que foram adiados para 2021, nomeadamente os Jogos Olímpicos e o Euro 2020.

Tipo de Conteúdo	2017	2018	2019	2020	2021
Foto	48 876	51 612	49 727	47 818	53 287
Áudio	10 748	11 132	11 552	9 226	11 076
Misto	1 629	2 063	1 817	2 009	1 883
Texto (Todos os Géneros)	168 524	170 105	179 851	210 209	217 758
Vídeo	5 314	5 858	5 945	6 814	6 580
Total	235 091	240 770	248 892	276 076	290 584

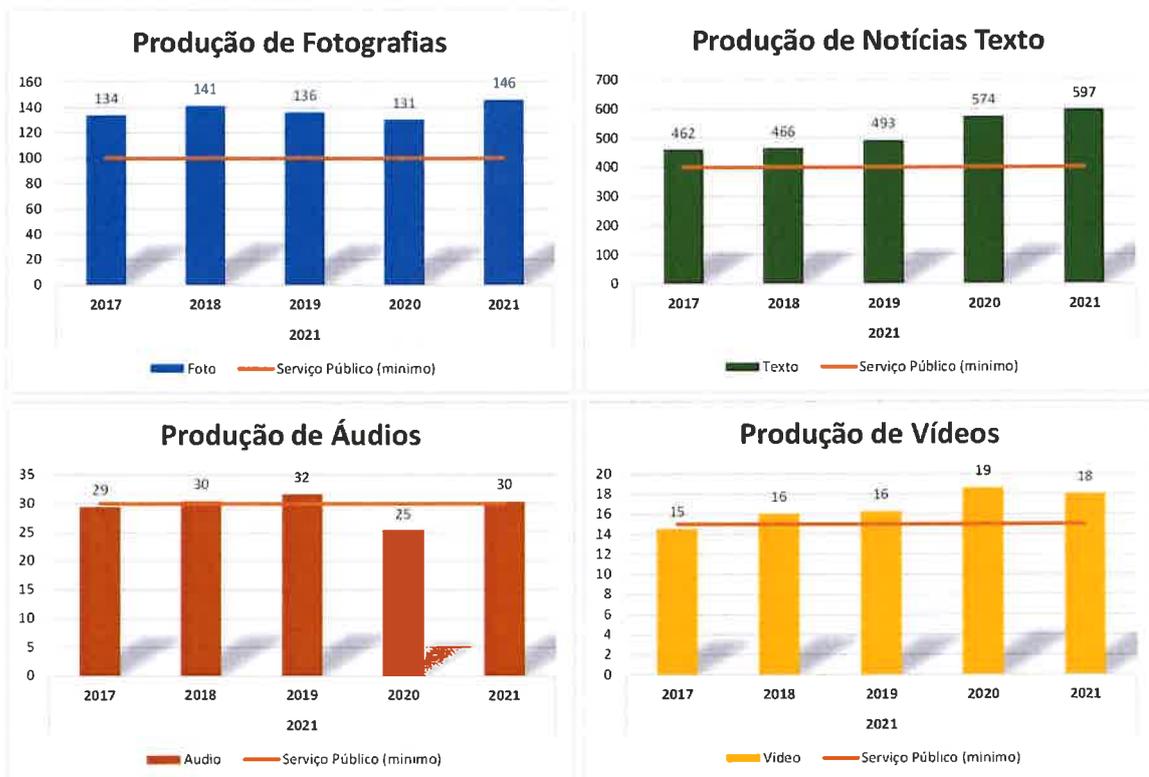


Tipo de Conteúdo	Média Diária					Contrato Serviço Público*
	2017	2018	2019	2020	2021	2017/2019
Foto	134	141	136	131	146	100 a 150
Áudio	29	30	32	25	30	30 a 45
Misto	4	6	5	5	5	0
Texto (Todos os Géneros)	462	466	493	574	597	400 a 500
Vídeo	15	16	16	19	18	15 a 30
	644	660	682	754	796	-

* A Declaração de Compromisso 2021 tem as mesmas obrigações do Contrato 2017/2019

Média Diária de Produção

Relativamente à prestação do Serviço Público a Lusa ultrapassou os mínimos exigidos no Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado com o Estado, para a produção de todos os tipos de conteúdo, sustentando a consolidação do aumento de produção ocorrido nos últimos anos. Importa referir que, à semelhança do ano transato, 2021 foi um ano atípico em termos de funcionamento da Agência, o número de eventos públicos diminuiu significativamente (em particular as conferências de imprensa), sobretudo no primeiro trimestre, muitos deles passaram a ocorrer sob a forma de *webinar* ou videoconferência.



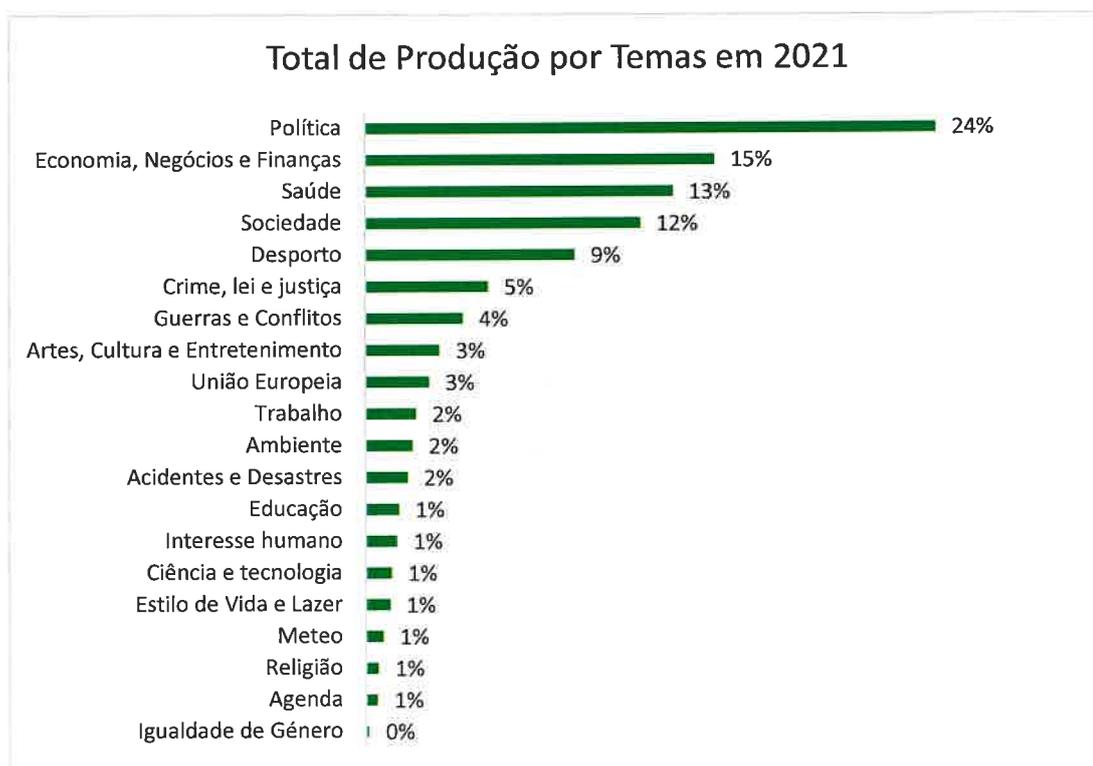
[Handwritten signatures and initials]

O quadro seguinte reflete a produção noticiosa da Agência em 2021*, segundo a classificação temática do IPTC (International Press Telecommunications Council).

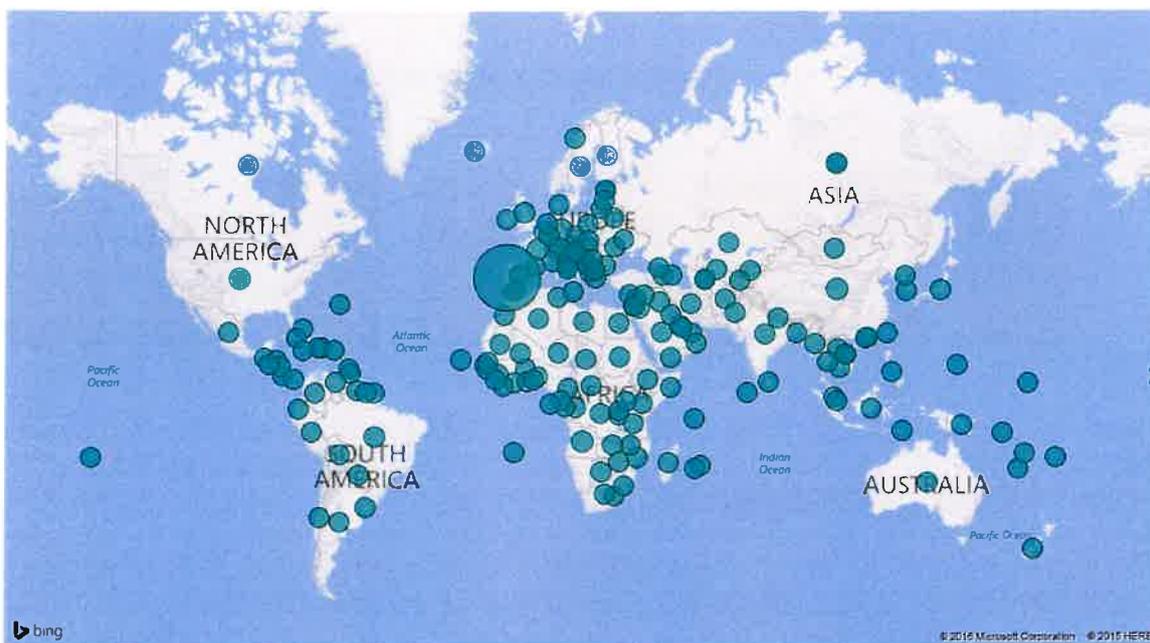
Temas	Foto	Áudio	Story	Texto	Vídeo	Total	%
Política	27 827	7 749	242	111 798	2 923	150 539	24%
Economia, Negócios e Finanças	6 626	3 845	113	79 323	2 241	92 148	15%
Saúde	6 680	3 628	159	68 771	1 970	81 208	13%
Sociedade	3 676	3 291	155	63 561	1 910	72 593	12%
Desporto	17 781	899	477	35 418	689	55 264	9%
Crime, lei e justiça	1 899	960	23	28 965	617	32 464	5%
Guerras e Conflitos	2 267	753	47	21 559	1 118	25 744	4%
Artes, Cultura e Entretenimento	3 625	879	274	14 486	360	19 624	3%
União Europeia	3 536	593	0	12 346	406	16 881	3%
Trabalho	2 031	739	13	10 396	255	13 434	2%
Ambiente	1 234	517	58	10 400	313	12 522	2%
Acidentes e Desastres	681	250	75	9 647	534	11 187	2%
Educação	1 442	433	21	6 836	151	8 883	1%
Interesse humano	747	271	41	6 957	320	8 336	1%
Ciência e tecnologia	483	230	12	5 994	136	6 855	1%
Estilo de Vida e Lazer	491	312	20	5 490	117	6 430	1%
Meteo	406	113	109	3 868	201	4 697	1%
Religião	526	129	93	2 487	155	3 390	1%
Agenda	362	0	0	2 771	0	3 133	1%
Igualdade de Género	12	54	0	768	35	869	0%
Total	82 332	25 645	1 932	501 841	14 451	626 201	

* Tendo em conta que a mesma notícia pode ser classificada em vários temas, o número de trabalhos distribuídos ultrapassa os números de produção

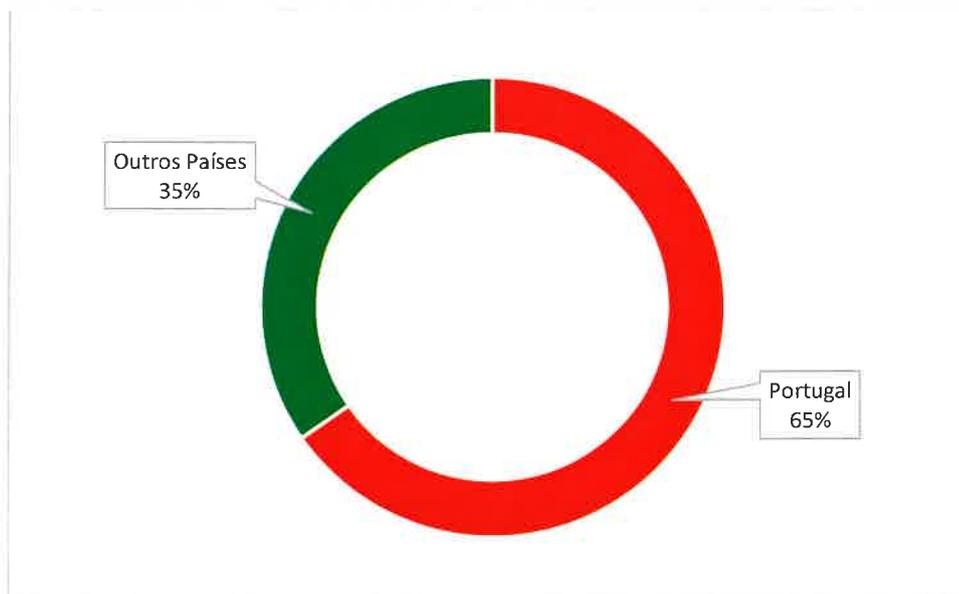
Como se pode verificar, no conjunto dos conteúdos distribuídos pela Lusa destacam-se os textos que abordam temas de Política, nacional e internacional (24%), Economia, Negócios e Finanças (15%), Saúde (13%), Sociedade (12%) e Desporto (9%). Em conjunto, representam 73% dos textos noticiosos. Com estas percentagens mantém-se a estabilidade do fio noticioso.



Em 2021, a Lusa cobriu 199 Países, distribuídos pelos 5 Continentes, como se pode ver no Mapa seguinte, sendo que dos conteúdos produzidos 65% são relativos a Portugal e 35% a outros países.



Na análise da produção noticiosa sobre outros países, que não Portugal, é fácil perceber o esforço da Agência para seguir o dia a dia dos países, territórios e comunidades de língua portuguesa, além, claro está, do acompanhamento obrigatório dos principais parceiros políticos e económicos de Portugal e dos principais protagonistas da política internacional.



▪ Agenda

Durante o ano de 2021 foram registados 72.036 eventos de Agenda, o que representa uma média diária de 197 eventos.



▪ Atividade comercial

No seguimento do que já havia sido registado em 2020, 2021 foi um ano de impacto direto na sustentabilidade das empresas, nomeadamente na área da Comunicação Social, a principal fonte de receitas próprias da Lusa. Este setor continua a sofrer agravamentos, quer nas receitas provenientes da circulação, que é tendencialmente menor a cada ano, fruto da transição para os suportes digitais, quer dos investimentos em publicidade (tanto nas edições impressas como no digital). É ainda num cenário de constrangimentos globais que a Lusa, enquanto prestadora primordial de Serviço Público, e por ser de interesse público e sanitário, continua a prestar gratuitamente o serviço COVID-19, aos Clientes e ao público em geral.

Ainda assim, 2021 marcou a tendência de aumento de receitas próprias, verificada desde 2018, com uma receita de €3.906.597. Neste exercício, ao contrário de 2020 em que todos os segmentos de mercado tinham registado perdas, as Empresas e o Mercado Externo foram os segmentos de Clientes que registaram perdas na receita - assim como o segmento Outros, mas sem expressão relativamente à receita total. Os restantes segmentos de mercado registaram todos aumentos de receita face ao ano transato, com destaque para o segmento Institucional, que registou o maior aumento (24,3%). Podemos, por isso, afirmar que este foi mais um ano de consolidação dos ganhos em receitas próprias.

Ainda que registando ganhos, este ano foi particularmente difícil e marcado por grande polarização das tendências - decréscimo acentuado ou crescimento acentuado de receitas. Continuamos a registar uma muito forte pressão de renegociação em baixa dos contratos existentes, com especial destaque para o segmento da Comunicação Social, nomeadamente os Grandes Órgãos de Comunicação Social, que regista sustentadas variações em baixa desde 2016, e cujo agravamento é expectável que se mantenha, por via de renegociações em baixa por parte de Clientes deste segmento.

Recordamos que, em conformidade com os anos anteriores, a Lusa manteve a segmentação da sua atividade comercial nas seguintes áreas de negócio:

- a) Grandes Órgãos de Comunicação Social
- b) Pequenos Órgãos de Comunicação Social
- c) Empresas
- d) Clientes institucionais
- e) Grande Público / Outros
- f) Mercado Externo

Em 2021, a Lusa gerou receitas próprias totais no valor de €3.906.597, correspondentes a um acréscimo de €125.107 (3,3%) face a 2020, e também em consonância com o crescimento já registado em 2019. O Mercado Nacional contribuiu com 86,3% das receitas próprias (face a 84,8% em 2020), valores e tendência que consideramos muito semelhantes ao registado deste 2017, contribuindo o negócio Externo com 13,7% das receitas próprias (face a 15,2% de 2020).

O crescimento das receitas próprias de 2021, de 3,3% face a 2020, foi resultado de um aumento muito destacado em dois segmentos – Institucionais e Pequenos Órgãos de Comunicação Social, que em conjunto contribuíram com 27,3% da receita total do ano:

- Grandes Órgãos de Comunicação Social: 2,0% (face a -3,8% de 2020)
- Pequenos Órgãos de Comunicação Social: 11,8% (face a 4,9% de 2020)
- Empresas: -12,3% (face a 6,0% de 2020)
- Institucional: 24,3% (face a 15,4% de 2020)
- Outros: -9,8% (face a -10,9% de 2020)
- Mercado Externo: -7,2% (face a -2,7% de 2020).

Registou-se uma ligeira recuperação da receita proveniente dos Grandes Órgãos de Comunicação Social (GOCS) face a 2020, mas ainda assim com valores abaixo do ano 2019. Pese embora observemos esta recuperação ligeira, continua a existir pressão para renegociações em baixa dos Clientes existentes, algumas que foram diferidas para 2022. Novos projetos, nomeadamente *rebrandings* de canais televisivos, irão gerar rescisões, devido a deixarem de ter necessidade de alguns serviços.

Fruto das campanhas de angariação em 2021, o segmento de Pequenos Órgãos de Comunicação Social (POCS) registou um aumento de 11,8% face ao ano anterior, que por sua vez tinha também já registado um aumento face a 2019.

NEGÓCIOS	2020	2021	Variação 2021/2020	
			Valor	%
GRANDES ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	1 930 783	1 968 671	37 888	2,0%
PEQUENOS ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	323 232	361 254	38 022	11,8%
EMPRESAS	381 895	334 832	-47 063	-12,3%
INSTITUCIONAL	566 978	704 712	137 734	24,3%
GRANDE PÚBLICO	0	0	0	0,0%
OUTROS	2 193	1 978	-215	-9,8%
MERCADO EXTERNO	576 408	535 150	-41 258	-7,2%
Total	3 781 489	3 906 597	125 107	3,3%

(Euros)

O segmento Empresas, que em 2020 tinha invertido uma tendência de perdas (com crescimento positivo em 6%) voltou a registar perdas em 2021, de -12,5% face ao ano anterior. O Mercado Externo agravou a sua tendência de perda, registando em 2021 -7,2% face a 2020.

Tal como no exercício anterior, o segmento Institucional foi o mais importante para a recuperação de receita de 2021, contribuindo com um aumento de receita de €138 mil (24,3%) face a 2020, resultante da prestação do serviço extraordinário PPUE e também da angariação e efetivação de um ano completo de serviço dos novos Clientes angariados em 2020.

Tal como descrito no item "Grandes Eventos", e por várias razões, o ano de 2021 não permitiu uma mais forte efetivação de receitas por via dos Encontros Lusa (denominação para grandes conferências e workshops, sob a forma de patrocínios). Sempre que possível, tentámos convolar essas expectativas para a prestação de serviços noticiosos e informativos.

Os Clientes Lusa em Números

- Subscritores pagantes e ao abrigo do Contrato de Prestação de Serviço Público com o Estado Português

Tal como nos anos anteriores, a Lusa manteve em 2021 a segmentação dos seus serviços – isto é, os serviços prestados pela Lusa segmentam-se em 13 grandes categorias – Alertas, Temáticos, Notícias de texto, Agenda, Fotografia, Serviços Especiais (Info3E e Agenda Financeira que se encontram em pausa de oferta para Clientes, mas que continuam em sistema), Arquivos, Newsletters, Vídeo, Títulos, SMS, Infografias e Áudio.

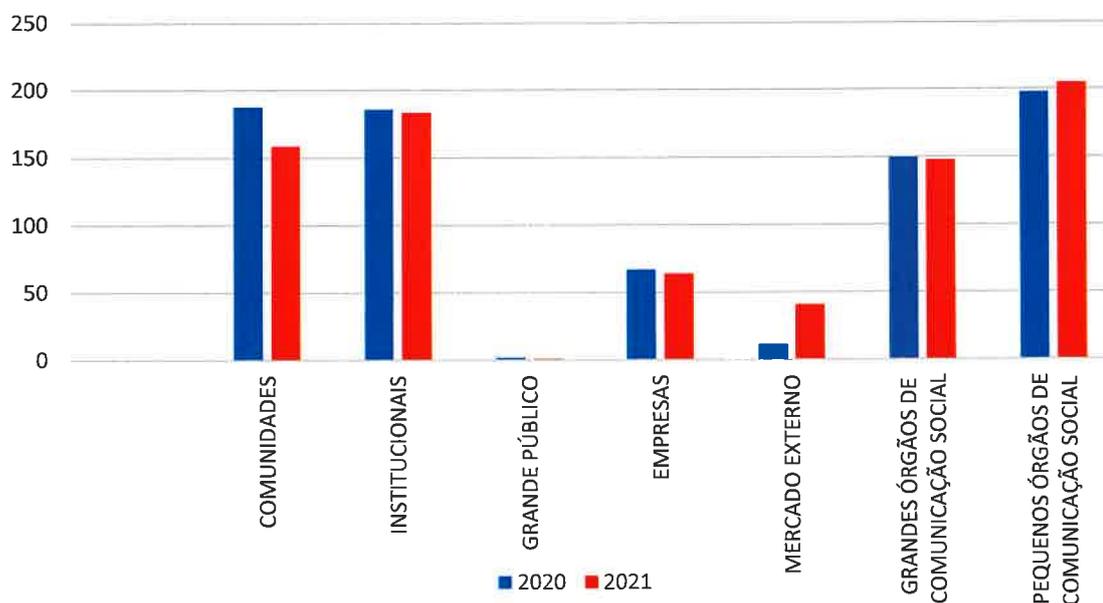
Em 31 de dezembro de 2021 a distribuição do Total de Subscritores (pagantes ou ao abrigo do Contrato de Prestação de Serviço Público com o Estado Português) era a seguinte:

Subscritores	2020	2021
COMUNIDADES	188	159
INSTITUCIONAIS	186	184
GRANDE PÚBLICO	2	1
EMPRESAS	67	64
MERCADO EXTERNO	11	41
GRANDES ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	150	148
PEQUENOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	198	205
Total	802	802

NOTA: No R&C 2020, o n.º de subscritores era de 791 porque não incluía o Mercado Externo.

Estes serviços são subscritos pelos Clientes, também denominados subscritores. Cada subscritor pode ter mais do que uma subscrição, isto é, pode subscrever mais do que um serviço em simultâneo. Os subscritores destes serviços totalizaram em 2020 e 2021, extraordinariamente, o mesmo número – 802. A tabela foi ajustada em 2021, incluindo o Mercado Externo e os valores correspondentes aos anos de 2020 e 2021, que não constavam do relatório do ano passado.

Subscritores por área de negócio



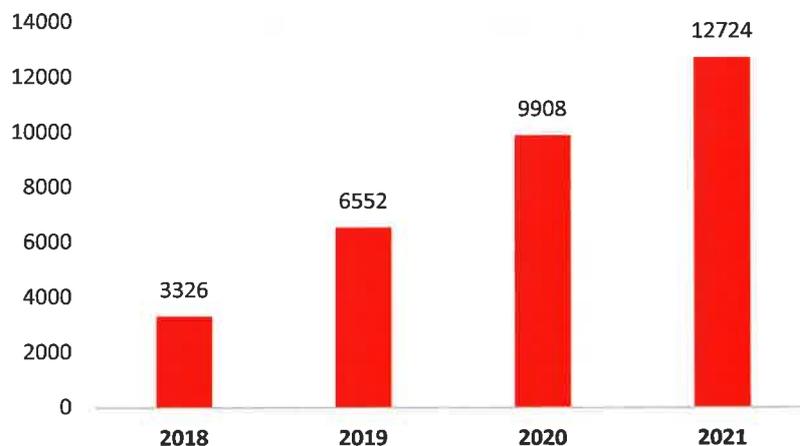
2021 terminou com um total de 802 subscritores nas áreas de negócio (face a um mesmo número de subscritores de 2020), já deduzidas as desativações de subscritores e suspensões de serviço.

A sua distribuição pelos segmentos de mercado variou, registando um menor número de subscritores em todos os segmentos, exceto nos segmentos POCS's, devido às campanhas de angariação junto dos Clientes registados junto da ERC, e do Mercado externo, fruto das campanhas de angariação locais, nomeadamente na Lusofonia.

▪ Subscritores Web

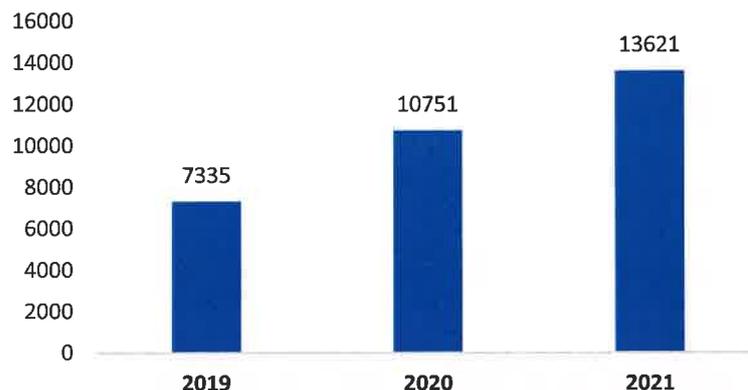
Os "Subscritores Web" têm vindo a ganhar sustentada relevância, em especial porque é condição essencial para a visualização de um número finito de notícias por dia, na sua totalidade, assim como para a receção das Newsletters Lusa (boletins diários).

De 2020 para 2021, os Subscritores Web registaram um aumento de 28,4%, passando de 9.908 para 12.724. Tal reforço justifica-se pela continuidade da prestação ao grande público de conteúdos essenciais para o conhecimento geral, como a covid-19, assim como conteúdos relacionados sobre a Presidência Portuguesa do Conselho da Europa, que decorreu no 1º semestre de 2021, e cujos conteúdos reforçaram a Lusa fonte de informação preferencial para um conteúdo noticioso rigorosa e de qualidade.

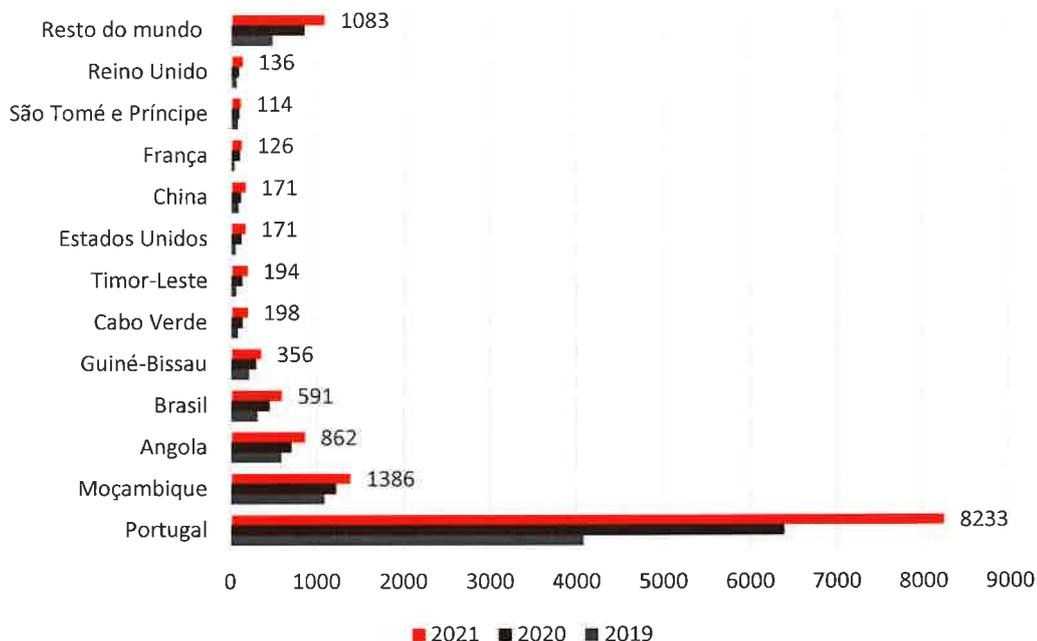


A Lusa no Mundo

O ano de 2021 manteve a tendência crescente do número total de subscritores da Lusa; assistimos, mais uma vez, a um crescimento de 10.751 em 2020 para 13.621, evidenciando um crescimento de 26,7%.



Tal como em anos anteriores, Portugal constitui o país com maior número de subscritores (representando 60,4% contra 59,5% em 2020), seguindo-se Moçambique (representando 10,2% contra 11,4% em 2020, registando desta forma uma ligeira quebra), e Angola (com 6,3% face a 6,6% em 2020). Portugal, Moçambique e Angola contribuem com 76,9% da totalidade dos subscritores da Lusa.



Serviços

O ano de 2021 terminou com um total de 573 serviços ativos (face a 371 serviços ativos em 2020, e aproximando-se dos 576 de 2019). Como habitualmente, distribuídos pelas categorias de serviço elencadas, registou-se um aumento de 202 serviços face ao ano anterior (54,4%). Este aumento, bastante relevante, pode explicar-se pela necessidade da criação de serviços à medida, nomeadamente nos crescimentos dos serviços de Alertas (50,4%), de Serviços Temáticos (31,4%) e ainda Notícias de Texto (62,3%).

Total de Serviços por Categoria de Serviço

Categoria	2020	2021
Alertas	129	194
Temáticos	86	113
Notícias de Texto	77	125
Agenda	23	38
Fotos	13	18
Serviços Especiais	30	45
Arquivo	4	12
Newsletters	4	11
Vídeo	4	11
SMS	0	0
Infografia	0	1
Áudio	0	2
Outros	1	3
Total	371	573

Subscrições

Entre 2020 e 2021, os Subscritores Lusa registaram um total de 2979, assinalando um decréscimo de 3,97%, valor considerado não relevante dado o universo das subscrições, ou seja, consideram-se que até +/- 5% são variações operacionais. A maior alteração percentual negativa ocorreu nos Serviços Especiais (Info3E, Agenda Financeira, entre outros) que são serviços que estão a declinar as suas subscrições em Clientes, por via do seu fim de vida enquanto oferta comercial. Em compensação, os serviços temáticos aumentaram 9,0% e as newsletters 29,0%. À semelhança dos anos anteriores, a categoria Notícias de Texto contribuiu com 32,5% da totalidade das subscrições no ano, seguida das Newsletters (19,3%) e dos Serviços Temáticos (11,8%). Em conjunto, estas três categorias de serviços contribuem com 63,6% da repartição dos serviços.

Total de Subscrições por Categoria de Serviços

Categoria	2020	2021
Notícias de Texto	953	969
Serviços Especiais	300	31
Fotos	319	312
Temáticos	323	352
Newsletters	445	574
Vídeo	187	184
Arquivo	143	153
Alertas	162	168
Agenda	165	136
Audio	104	98
SMS	0	0
Outros	1	2
	3102	2979

▪ Comunicação e Marketing

O ano de 2021 foi marcado por um contexto pandémico agravado no primeiro trimestre, limitando não só execução dos planos de Comunicação de Marketing da Lusa, como das restantes empresas. A incerteza marcou todo o primeiro semestre do ano, com “alívio” das restrições sanitárias conforme os esforços de vacinação iam sendo bem-sucedidos.

Foi ainda neste no contexto pandémico que a Lusa, no cumprimento do serviço público a que está obrigada, e para promover uma informação rigorosa e isenta sobre o tema, manteve para os seus Clientes e para o público em geral o serviço temático COVID-19, que se encontra ainda hoje disponível para consulta no site Lusa.

Destacamos as seguintes atividades em 2021:

Encontros Lusa e Conferências

- A 16 de março a Lusa promoveu o Encontro Lusa Online “Vacinação – A Solução para a Pandemia”, uma entrevista e debate com Mariângela Simão da OMS.

Parcerias de Media

- A Lusa foi *media partner* da Presidência Portuguesa da União Europeia (de 1 de janeiro a 30 de junho). Teve disponível desde 1 de janeiro, e até ao final da PPUE, um serviço noticioso gratuito, em www.lusa.pt/ppue2021, com todas as notícias, em português e em inglês, fotos e reportagens, desenvolvidas a propósito da PPUE. A agência assegurou a cobertura dos eventos e reuniões de nível ministerial, em Portugal e em Bruxelas, bem como dos eventos culturais associados.
- Em abril, a Lusa parceiro media do Gestão Summit 2021, este ano em formato híbrido, dedicado ao tema "É possível ter RH satisfeitos e produtividade acima da média?". O Gestão Summit é um evento anual que liga o mundo académico ao mundo empresarial, e que conta com a organização dos alunos de Gestão do Instituto Piaget de Almada.
- Pelo terceiro ano consecutivo, a Agência Lusa foi parceira de Media do EurAfrican Fórum. O evento realizou-se nos dias 20, 21 e 22 de outubro, tendo reunido alguns dos principais líderes políticos e empresariais dos dois continentes. O tema central em debate foi a "Cooperação entre Europa e África" e as relações comerciais entre ambos os continentes como tópico principal.

Iniciativas internas

- Foi lançada a 15 de março a Newsletter Interna SOMOS LUSA, uma newsletter interna, dedicada aos trabalhadores e colaboradores da Lusa, que visa mostrar o que há de novo em cada mês, e antecipar também o mês seguinte, reforçando o *employer branding*.
- Ainda no âmbito do ponto acima, foi reforçado o desenvolvimento e promoção de parcerias com marcas e serviços que beneficiam os trabalhadores, através de descontos, passatempos ou outras "facilidades". Neste âmbito, damos destaque aos concursos, através dos quais atribuímos 278 bilhetes para o Jardim Zoológico de Lisboa e 10 bilhetes para o Jardim Zoológico de Santo Inácio, assim como o concurso através do qual atribuímos 10 noites em Hotéis Vila Galé.
- Com o regresso às instalações da sede da Lusa, em outubro, e para assinalar esta data, a Lusa ofereceu um kit higiénico de boas-vindas a todos os seus trabalhadores. Desenvolveram-se também posters que foram colocados nos vários pisos da sede da Lusa, com mensagens de boas-vindas e regras de segurança a observar.

Outras iniciativas

- No Dia Internacional da Mulher, a Agência Lusa, membro do iGen – Fórum Organizações para a Igualdade, associou-se ao lançamento online do livro "O Longo Caminho para a Igualdade. Mulheres e Homens no Século XXI". Esta primeira obra publicada pelo iGen é da autoria de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, com ilustrações de Susana Carvalhinhos.
- Entre 01 de junho e 31 de agosto 2021 a Lusa divulgou o curso online "Cidadão Ciberinformado", organizado pela agência, e que esteve disponível durante três meses.
- A Lusa e a Social Data Lab disponibilizaram um site dedicado às eleições autárquicas de 26 de setembro, que permitiu acompanhar resultados, fazer análises tendo em conta variáveis económicas e/ou demográficas, ou ainda consultar curiosidades.
- No âmbito do Combate às Fake News, a Lusa e o INESC-ID convidaram os cidadãos a participarem na construção de uma ferramenta que visa combater a desinformação,

através da resposta a um inquérito para aferir a perceção sobre credibilidade dos conteúdos noticiosos. O inquérito é parte do projeto de construção de uma ferramenta que tem como objetivo final estimular o espírito crítico dos leitores e contribuir, assim, para a sua literacia mediática.

- Em janeiro de 2021 entrou em vigor o Protocolo com a Associação de Apoio aos Deficientes Visuais de Braga, assinado em dezembro de 2020, e que visava entre outras atividades, a publicação de um banner na página *Nacional* do website da Lusa.
- No âmbito da responsabilidade social da empresa, e também como na qualidade de mecenas da CAIS, a Lusa juntou-se à Dell e ofereceram em dezembro de 2021, dois computadores à Associação CAIS, que a Lusa já apoia através do Projeto Abrigo.
- **Inovação/modernização tecnológica**

A pressão massificada de informação, a crescente segmentação de clientes, a capilaridade de utilizadores finais, de serviços customizados, a multiplicação de plataformas e de sistemas, a introdução muito rápida de serviços de automatização e de ferramentas de inteligência artificial nas várias fases do processo produtivo, o aumento da presença da «Internet das Coisas» e do reconhecimento de voz em inúmeras atividades comerciais e diferentes dimensões da nossa vida são algumas das forças motoras que se fazem sentir na sociedade e também nos media – e de forma particular no universo das agências de notícias.

Na Lusa, no campo da Inovação e de Novos Projetos, o ano de 2021 ficou marcado, pelas seguintes iniciativas:

1. Continuação, na rotina diária da Redação, da produção automática de notícias da bolsa portuguesa com integração no sistema editorial e debate sobre a extensão a outros conteúdos estruturados e de outras editorias;
2. Disponibilização, para a generalidade dos jornalistas, de um “set” de ferramentas de inteligência artificial para auxílio às suas tarefas diárias e otimização do seu trabalho corrente. O INA – Intelligent Newsroom Assistant, foi concebido, desenvolvido e testado ao longo dos anos 2018/19, no âmbito de uma parceria com a “start-up” Oko, estando já na sua segunda versão operacional, e trouxe à Lusa as possibilidades, já em utilização pela maioria dos jornalistas, de:
 - a) Tradução automática de/para/entre inglês, espanhol francês, italiano;
 - b) Transcrição automática de entrevistas/registos de som;
 - c) Geração de conteúdos relacionados dentro do INA;
 - d) Ajuda à produção (semi-automatização) de *clips* de vídeo e de registos de som;
 - e) Produção semi-automática de legendas em português e inglês.
3. Analisar a possibilidade de distribuir e comercializar conteúdos para assistentes de voz tendo em consideração a prova de conceito efetuada com sucesso e que permitiu criar, testar e validar, em ambiente real, um serviço de atendimento telefónico automático com reconhecimento de voz, associado a um programa de vocalização digital automática de artigos (transformação de texto em voz):
 - a) Leitura e vocalização digital automáticas de textos produzidos pela Lusa;
 - b) Diálogo utilizador/máquina, via telefone, com utilização de uma ferramenta digital capaz de identificar e de entregar, a pedido de voz e de acordo com o solicitado, notícias sobre assuntos gerais e/ou desporto e/ou meteorologia.

Nesta área entrámos também no projeto Vox-AI liderado num consórcio liderado pela Defined Crowd dentro do âmbito do PRR que aprofunda as possibilidades de utilização de Text to Speech e Speech to Text.

4. O projeto denominado «Combate às Fake News», entra na sua fase final com término esperado para maio 2022. Esta iniciativa permitirá desenvolver várias ferramentas de análise de conteúdos com recurso a Inteligência Artificial bem como desenvolver conteúdos de Literacia Mediática para fazer face às campanhas de desinformação cada vez mais presente em várias temáticas da sociedade moderna. Este projeto tem por base a candidatura ao Portugal2020, cujo financiamento foi de €170 mil, sendo o valor total de €299 mil. O trabalho, desenvolvido com a colaboração do Inesc-ID (do Instituto Superior Técnico), do CNCS – Centro Nacional de Cibersegurança e da tecnológica portuguesa InKnow será implementado até ao 1.º trimestre de 2022 e centra-se, entre outros, nos seguintes objetivos:
- a) Desenvolver ferramenta de inteligência artificial (InfoRadar) que ajude a combater fenómenos de manipulação de informação, através de «análise nutricional» de textos (ficha com grau de subjetividade, percentagem de dados mensuráveis, utilização de linguagem xenófoba, incentivo à violência ou ao ódio, etc.) e utilizando a língua portuguesa;
 - b) Criar um agregador de ferramentas (de terceiros) de combate às fake news, tornando-as acessíveis à generalidade dos cidadãos;
 - c) Desenvolver um site temático, aberto ao público, dedicado ao combate à desinformação (<https://combatefakenews.lusa.pt/>), com notícias, legislação, estudos e análises, ligações a outros sites semelhantes e agregação de ferramentas para análise da veracidade da informação;
 - d) Desenvolver ferramentas de inteligência artificial que ajudem a antecipar fenómenos virais de manipulação e a dar contexto a fenómenos de ataque cibernético (ViraLetras e CorreTexto);
 - e) Desenvolver ferramentas de inteligência artificial que ajudem a certificar documentos/informação;
 - f) Criar e disponibilizar um guia Cidadão Ciberinformado.

Este projeto, centrado no combate ao novo fenómeno da manipulação de informação que tanto preocupa os regimes democráticos, vem também equipar a Lusa com uma série de ferramentas de extrema utilidade para o seu trabalho de produção noticiosa – que pressupõe a procura e análise de informação relevante e a sua validação junto de fontes credíveis. Além de contribuir, genericamente, para o incremento da utilização e consumo de informação factual por parte da comunicação social e do público em geral, contribui ainda para o incremento da literacia mediática para o público em geral.

5. Perante o peso crescente da voz nos serviços disponibilizados pela Lusa, quer em serviços de som (para rádio) quer de vídeo (sites e TV), foi criado um Prontuário Sonoro que será colocado em <https://www.lusa.pt> até ao final do segundo trimestre de 2022. Pretende-se que este Prontuário Sonoro seja uma realidade em permanente adaptação, capaz de acompanhar a dinâmica da língua portuguesa.
6. O EzyInsights, projeto internacional em que a Lusa participou, foi um dos vencedores da 6.ª «Call» do Google-DNI. E, já em 2019, a Lusa começou a receber a informação quantitativa e analítica produzida por esta ferramenta. O EzyInsights permite à Agência monitorizar a «vida» e o impacto das suas notícias, cerca de 240 mil por ano, no mercado nacional de informação, mostrando-nos que artigos estão a ser usados pelos nossos clientes e por não clientes, quantas pessoas os vêem em cada momento em cada um dos sites dos nossos clientes (em termos globais, não individuais) e de que forma essas notícias mobilizam as redes sociais – monitorizando “posts” e “partilhas” no Facebook, LinkedIn, Pinterest, Twitter e Instagram (também apenas em termos de contabilizações numéricas, não individualizadas).
7. A obtenção fácil e rápida de informação relevante à gestão, bem como a flexibilidade na obtenção da mesma, não estando dependente de sistemas proprietários, foi outra das preocupações de 2020. Com esse objetivo foi concluído o projeto de diagnóstico, com o apoio de uma consultora externa, com vista ao levantamento das necessidades

internas de informação da Lusa, nas várias áreas da empresa, análise e recomendação das aplicações disponíveis no mercado que permitirão fazer face a essas necessidades, tendo em consideração os constrangimentos orçamentais. No último trimestre de 2021 ficou concluído a aplicação da área financeira para controlo orçamental, e efetivação do orçamento. Durante o próximo ano serão analisadas as possibilidades de implementação de outras funcionalidades tanto na área financeira como nas outras direções da empresa.

8. A utilização de uma aplicação baseada em inteligência artificial “Text Mining” no sistema editorial para identificar de forma automática pessoas, instituições e locais referidos nas notícias produzidas pela Lusa foi outro projeto desenvolvido e testado em anos anteriores e concluído em 2021. Esta ferramenta é de grande importância, uma vez que permite aumentar de forma significativa o número de «etiquetas» associadas a um texto, o que possibilita, por sua vez, classificar de forma mais exaustiva as notícias escritas pelos jornalistas e, dessa forma, realizar pesquisas mais eficazes, segmentar mais a informação existente e multiplicar a possibilidade de serviços noticiosos especializados. No próximo ano irão ser efetuados os primeiros testes sobre conteúdos relacionados da base de dados editorial da Lusa no formato de texto.
9. Criado especialmente para acompanhar as últimas legislativas, a Lusa disponibilizou em outubro de 2019 um site especial EyeData Eleições, uma vez mais em parceria com a Social Data Lab. O EyeData, site «mãe» do EyeData Eleições, a que se pode aceder em <https://www.lusa.pt/>, é um site que permite visualizar e conhecer Portugal, a União Europeia, o universo da CPLP e o Mundo em geral através de uma bateria de cerca de 50 indicadores socioeconómicos obtidos junto de fontes oficiais. Uma capacidade de análise que, no caso de Portugal, nos permite ter dados económicos, de saúde, de educação, políticos, ao nível de qualquer uma das Nuts, dos distritos/círculos eleitorais ou mesmo dos municípios.

Baseado nas características visuais e de análise simples e apelativa desta ferramenta suportada em factos, e dados de fontes credíveis, a Lusa em 2021 conseguiu estender este *dashboard* para eleições presidenciais, e regionais e preparou as bases para novos conteúdos para as eleições ao Parlamento em janeiro de 2022.

O EyeData Eleições, além de ter permitido acompanhar em tempo real, com ligação aos serviços do Ministério da Administração Interna, a contagem de votos e eleição de deputados, deu-nos ainda a possibilidade de fazer comparativos históricos, registar de forma automática resultados de interesse noticioso e trazer, para o mundo das eleições, todo o potencial de indicadores socioeconómicos do EyeData - o que se traduziu, atendendo às notícias produzidas pela Lusa e pela generalidade dos media seus clientes, num volume sem precedente de informação analítica baseada em dados estatísticos.

Mantém-se ativo o EyeData covid, iniciado em 2020, com informação sobre Portugal e o Mundo com possibilidade de cruzamento de dados sociais e económicos com os mais importantes sobre o covid-19 tais como testes, infetados, vacinas com detalhe por concelho e sempre baseado em fontes credíveis.

Após um período de interregno no final do ano foi reanalisada a newsflash baseado em dados do EyeData que irá surgir mensalmente em 2022 para todos os subscritores da Lusa com novo layout e grafismo.

10. A Literacia mediática é um dos vetores estratégicos da Lusa fazendo parte das suas atividades normais através de programas de estágio e como veículo para fazer face à crescente desinformação com a qual se debate o setor dos media tanto ao nível nacional como internacional. A criação, juntamente com o CNCS o curso do Cidadão ciberinformado, teve um elevado sucesso, tendo-se atingido os 7 mil inscritos e cerca



de 5 mil conclusões No início do ano e no seguimento do curso anterior, no âmbito do projeto ContraFake, desenvolvemos um módulo adicional ao curso do cidadão ciberinformado que trata essencialmente de uma forma muito prática a análise de conteúdos de media alertando para técnicas de escrita dos seus conteúdos que podem levar a conclusões com risco elevado de enviesamento.

Associámo-nos ao projeto Literacia e Educação para os Media em Linha (LEME) a convite do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação. Esta plataforma é um agregador de recursos (ex: vídeo, áudio, jogos, propostas de atividades), disponíveis em linha e prontos a usar em atividades pedagógicas a desenvolver em contextos formais, não-formais ou informais de aprendizagem com os conteúdos adaptados ao nível dos vários ciclos de ensino. Como destinatários visa atingir preferencialmente professores do pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. É ainda suscetível de ser usado por outros educadores e aprendentes, de diversos níveis etários e de escolaridade, uma vez que tem uma lógica descritiva e não prescritiva, ou seja, o uso dos recursos referenciados no LEME, depende dos contextos e dos objetivos das atividades a desenvolver.

Também nesta área a LUSA entrou no Grupo Informal Para a Literacia Mediática (GILM) com o objetivo de apoiar atividades de literacia mediática, bem como as literacias que esta compreende, nomeadamente a da informação e a digital, que representa cada vez mais um vetor estratégico da formação dos cidadãos e um desafio para as políticas públicas educativas, culturais, da comunicação social, da sociedade da informação e da cidadania.

O GILM, como o nome indica, funciona de modo informal, constituído desde 2009 e agrega atualmente mais de 20 entidades ligadas a vários setores, sem existência ou mandato formais, com o objetivo de partilhar informação relevante, cooperar em iniciativas que possam beneficiar das sinergias de várias das entidades participantes, contribuir para a definição de políticas públicas na área da educação para os media e promover ações comuns abertas à sociedade.

Resultante de uma candidatura internacional, ligada ao EDMO – Observatório Europeu para os Media Digitais - que trabalha sob a alçada direta da Comissão Europeia, a Lusa integrou, com mais 23 parceiros liderados pela Universidade de Navarra, o projeto Iberifier em 1 de setembro de 2021, com um total de financiamento de cerca de €1,5 milhões. Esta equipa ibérica, constituída por doze universidades, cinco organizações de verificação de notícias e agências noticiosas, mais outros cinco centros de investigação multidisciplinar, tem como principais objetivos: a) Mapeamento das características e tendências info comunicacionais presentes no ecossistema mediático ibérico; b) Apoiar o desenvolvimento de tecnologias computacionais para a deteção e prevenção da desinformação; c) Apoiar a verificação e combate à desinformação em território ibérico, reportando fenómenos relevantes à Comissão Europeia; d) Produzir documentos estratégicos sobre a ameaça da desinformação a nível político, económico e social quer para conhecimento público quer para apoio às instituições públicas e privadas nacionais; e) Promover iniciativas de alfabetização mediática e de promoção das literacias digitais junto de jornalistas, bem como de jovens e públicos mais vulneráveis. Esta última atividade será onde a Lusa irá estar dedicada com maior relevância. Este projeto terá a duração de 30 meses e o financiamento que a Lusa terá será de cerca de €37 mil, num total de €49 mil.

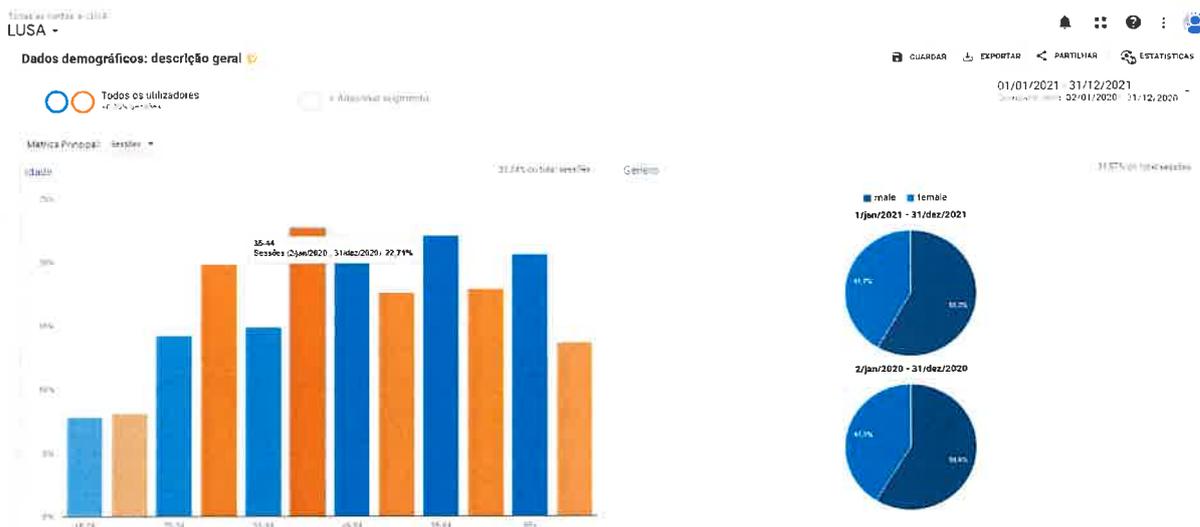
11. Implementação do serviço de alertas por sms para efeitos de distribuição de conteúdos em texto da Lusa bem como possíveis mensagens de alerta a clientes por questões de nível de serviço que possa estar afetado, a ficar em sistema produtivo no final do 1.º semestre.

12. Definição de um plano de Cibersegurança. Foram decididas no final do ano algumas ações que têm como objetivo a agência estar mais protegida para riscos desta área. Assim, destaca-se ao nível de infraestruturas a migração para data centers com risco sísmico mais diminuto das bases de dados da Lusa bem como a análise de implementação de mais firewalls, que se prevê concretizar durante os próximos 3 anos. Irá também ser efetuado uma auditoria a todos os sistemas, por uma startup portuguesa, com o objetivo de ter um diagnóstico mais preciso sobre potenciais vulnerabilidades e recomendações para serem priorizadas em termos de implementação.
13. A Lusa em colaboração com a Google ira lançar um novo serviço de conteúdos (Google Showcase) com disponibilização para o público em geral de notícias em texto e que permitirão aumentar a notoriedade da agência bem como permitir a disseminação de conteúdos credíveis factuais e de temas de interesse público que de outro modo não seria possível terem uma visibilidade mais transversal e alcance para todos os utilizadores da agência, sempre em linha com os valores da empresa.
14. Adaptando-se às novas formas de comunicação privilegiadas, não só pelos portugueses, como pelas restantes sociedades mundiais, a Lusa tem vindo a fazer uma forte aposta no digital, não só no seu site como nas suas redes sociais.

No site da Lusa e à semelhança do pico inicial alcançado em março de 2020, em que no dia 18 desse mês atingimos 89 mil visualizações de página, o dobro do visualizado em 2021, as visitas ao site tiveram um pequeno incremento de 3,3%, com uma tendência de estabilização em níveis pré-pandemia, para cerca de 41 mil visualizações de página diárias, não se refletindo assim uma mudança no comportamento dos utilizadores contrariamente a outras atividades dentro da comunicação social.



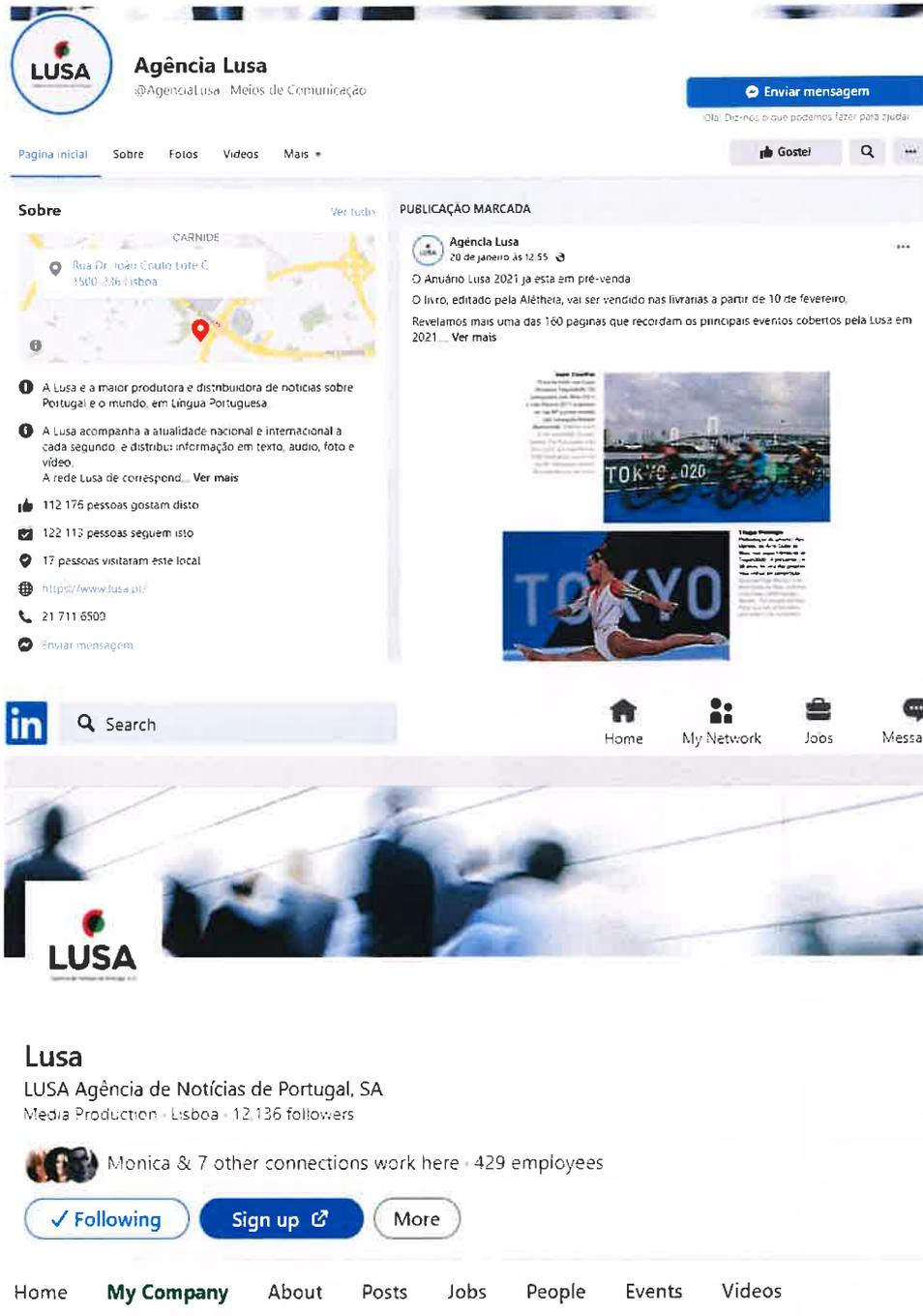
(Handwritten signature and initials)



Nas redes sociais, a publicação de conteúdos / notícias tem sido efetuada no Twitter (que conta com 244 mil seguidores (218,8 mil em 2020)) e Facebook (cerca de 122 mil seguidores (110 mil em 2020)) é feita por um mecanismo automático do próprio *backoffice* da Agência (com base no serviço “Noticiário Lusa”), e no LinkedIn com cerca de 12 mil seguidores e no Instagram.



Handwritten blue ink marks, including a stylized 'B' and a signature.



No Instagram, a estratégia adotada foi diferente das redes sociais referidas anteriormente. O principal objetivo desde o início foi aproximar a Lusa dos leitores (principalmente do público mais jovem), ao mostrar os diferentes tipos de notícias produzidas pelos nossos jornalistas, com o intuito final de não só trazer mais reconhecimento ao trabalho da Agência, como também de atrair novos clientes. Aproveitando as eleições legislativas de 2019 foi criada de raiz, no dia 22 de setembro desse mesmo ano, a página de Instagram @lusaagenciadenoticias. No dia 14 de agosto de 2020, ainda não tínhamos completado um ano de atividade nesta rede social, conseguimos atingir os 10 mil seguidores sem qualquer tipo de publicação patrocinada. No final de 2021 tínhamos atingido os 30,7 mil seguidores crescendo mais de 50% relativamente a 2020, maioritariamente de crescimento orgânico. A partir deste momento passou-nos a ser permitido levar mais pessoas ao site da Lusa, devido ao facto de já termos um número de seguidores suficiente que permitisse fazer hiperligações nas stories (atualmente, todas as notícias relacionadas com a covid-19,

com a presidência de Portugal na União Europeia, Jogos Olímpicos, Eleições Autárquicas entre outros, estão abertas no site da Lusa, o que faz aumentar ainda mais o tráfego no site).

Aos poucos temos vindo a moldar a nossa estratégia, analisando as diferentes métricas que nos permitem saber quais os conteúdos que geram mais interesse e partilha no nosso mundo de seguidores. Além dos diferentes destaques dado a variados assuntos, como os eventos que Lusa faz a respetiva cobertura notamos que são privilegiadas as publicações que citam alguma personalidade ou que trazem informação concreta sobre determinados assuntos na ordem do dia, conforme exemplos abaixo.

PUBLICAÇÕES COM MAIOR ALCANCE

O número de pessoas que viram a tua publicação pelo menos uma vez.



TOP 5

Conteúdos recentes	Tipo	Alcance
 O Conselho Superior de Magistratu... 07/10/2021	Public	94 mil
 Catarina Demony é uma portugues... 09/10/2021	Public	73,2 mil
 Patricia Mamona conquistou este ... 01/08/2021	Public	61,2 mil
 A #portuguesa Patricia Mamona m... 30/07/2021	Public	52,4 mil
 A escritora moçambicana Paulina ... 21/10/2021	Public	52,2 mil

INSTAGRAM EM NÚMEROS 2021 // @agencialusadenoticias

PUBLICAÇÃO COM MAIOR ALCANCE

// CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA DEMITE JUIZ RUI FONSECA E CASTRO




Alcance

Total **94 002** (over)  (o melhor)

Esta publicação alcançou mais pessoas do que **100%** das suas 50 publicações e histórias do Instagram mais recentes.

Impressões

- Com origem em Explorar: 71429
- Com origem na Página inicial: 20021
- Com origem em Hashtags: 304
- Com origem no local: 259
- Seguidores: 48

INSTAGRAM EM NÚMEROS 2021 // @agencialusadenoticias



PUBLICAÇÕES COM MAIS GOSTOS

O número de gostos nas publicações da Lusa.



TOP 5

Conteúdos recentes	Tipo	Gostos e reações
Patrícia Mamona conquistou este ... 01/08/2021	Público	3,1 mil
A portuguesa Patrícia Mamona m... 30/07/2021	Público	2,6 mil
O antigo Presidente da República J... 10/09/2021	Público	2,4 mil
O Conselho Superior de Magistrat... 07/10/2021	Público	2,3 mil
Os imigrantes em Portugal contrib... 19/12/2021	Público	2 mil

INSTAGRAM EM NÚMEROS 2021 // @agencialusadenoticias

PUBLICAÇÃO COM MAIS GOSTOS

// TÓQUIO2020: PATRÍCIA MAMONA CONQUISTA MEDALHA DE PRATA NO TRIPLO SALTO

Gostos, comentários e partilhas

Total: **3329**

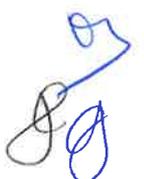
O pior O melhor

Esta publicação recebeu mais gostos, comentários e partilhas do que 100% das tuas 50 publicações e histórias do Instagram mais recentes.

Gostos	3147
Comentários	20
Partilhas	162



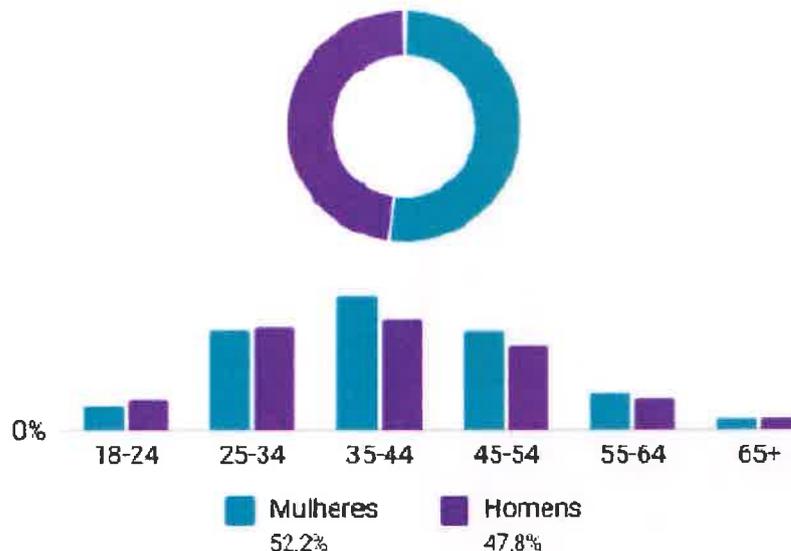
INSTAGRAM EM NÚMEROS 2021 // @agencialusadenoticias



Seguidores do Instagram ⓘ

30,7 mil

Idade e género ⓘ



Relativamente às principais cidades, Lisboa encontra-se em primeiro lugar com 10,7% dos seguidores, seguindo-se do Porto (2,8%), Sintra (2,2%), Oeiras (2,2%) e Cascais (2,1%).

MAIS NÚMEROS

Total de publicações no feed em 2021: **948**

Total de stories publicados em 2021: **3.376**

Data da primeira publicação no feed: 22 de setembro de 2019

Data da mais recente publicação no feed: 05 de dezembro de 2022

Total de publicações no feed em 5 de dezembro de 2022: **1.595**

INSTAGRAM EM NÚMEROS 2021 // @agencialusadenoticias

Importa referir que este tipo de publicações, mais infográficas, têm também sido testadas tanto no Facebook como no Twitter, onde o seu alcance tem sido bastante significativo. Uma amostra daquela que deve ser a nossa estratégia para estas redes no futuro.

Numa análise mais estatística da evolução das publicações feitas até ao momento, assinalamos que o número de impressões (métrica equivalente ao número de visualizações que por exemplo um e-mail marketing consegue obter é essencial para medirmos o sucesso da nossa marca de forma a obtermos uma maior interação com quem nos segue) tem sido sempre superior ao número de *likes* que a publicação recebe, número bastante positivo.

Aos poucos a Lusa está a conseguir criar o seu próprio espaço no mundo das redes sociais, garantido a quem a segue um serviço de jornalismo isento e rigoroso, consolidando assim ainda mais a posição da Agência como o principal fornecedor de notícias. No futuro, o caminho a ser trilhado deve exatamente ser construído por todas as observações referidas até agora. À medida que as redes sociais da Lusa vão crescendo, a exigência de quem nos acompanha também aumenta. Rubricas específicas semanais, míni séries de *storytelling*, criar parcerias com os mais jovens para a partilha de conteúdos no Instagram ou entrevistas com políticos no Twitter, diferentes tipos de explicadores ou ainda aproveitar as ferramentas que as próprias redes nos dão, como a possibilidade de fazer diretos, devem ser equacionadas. Seguindo a estratégia até agora adotada no Instagram, o futuro das restantes redes passa por um modelo idêntico, mas sempre adequada às especificidades de cada rede. Eliminar os mecanismos automáticos será um dos primeiros passos a ser dado. Graças à produção intensiva da Lusa não só em texto, mas também em vídeo, fotografia e áudio, as hipóteses de novos conteúdos são infinitas, assim como o potencial de crescimento em termos de seguidores.

15. Aceleração de iniciativas de transformação digital ao nível do trabalho da Lusa fruto do efeito de pandemia e da necessidade de laborar em regime de teletrabalho na maioria das áreas da empresa foi efetuado com enorme sucesso desde o início da pandemia através de utilização de plataformas para reuniões remotas, intensificação do uso de portáteis, disponibilidade de mais canais de VPN, e que têm sido utilizados de forma massiva e rápida para todos os trabalhadores da Lusa.

Neste âmbito foi desenvolvido para os jornalistas da Lusa uma funcionalidade de acesso a fontes de canais de TV no seu posto de trabalho de uma forma simples e customizada para as editorias específicas através de simples arrastar de ícons para os respetivos favoritos.



No final de 2021 foram iniciados os trabalhos para se efetuar a 9.ª edição do Anuário da Lusa relativamente a 2021. São mais de 160 páginas que recordam os principais eventos em Portugal nesse ano, ainda muito marcado pela pandemia e que obrigou o país a um “para-arranca”. Ou ainda pela crise que levou às eleições de janeiro de 2022. Há retratos dos portugueses que se destacaram pelo mundo, como aconteceu nos Jogos

Olímpicos de Tóquio 2020, disputados sem público devido à covid-19. Do desporto à justiça, e aos muitos “casos” do ano, do êxito da campanha de vacinação às manifestações são dezenas as fotos dos fotógrafos da Lusa. A Crescer, os textos dos jornalistas da agência que ajudam a entender o que aconteceu, a par de uma cronologia com os principais acontecimentos do ano.

Esta edição tem algumas novidades relativamente às anteriores. Tem um grafismo novo, ligações a outros conteúdos digitais, será lançado presencialmente em Lisboa e no Porto e pela primeira vez, o livro, editado pela Alêtheia, vai ser vendido nas livrarias e online.

Investimentos

Os investimentos efetuados em 2021 ascenderam a €544 mil, representando um decréscimo de 18,4% face ao exercício anterior. Foram realizados investimentos de substituição de equipamentos por obsolescência, de racionalização e reestruturação de processos internos e com o propósito de expansão da capacidade de produção e comercialização da agência.

Neste enquadramento, no exercício de 2021, o esforço de investimento foi aplicado sobretudo na modernização e expansão do parque informático – necessidade que se mantém premente com muitos dos trabalhadores, especialmente jornalistas, ainda em situação de teletrabalho –, em equipamento fotográfico e no reforço da área digital e multimédia (tanto a nível de *hardware* como de *software*), incluindo a conclusão da implementação de ferramentas de automatização de processos de produção, como o desenvolvimento de uma aplicação de apoio ao sistema editorial em utilização na Agência e os projetos de automatização de notícias, *text mining*, de avaliação automática de informação noticiosa e inspiradas no princípio da “informação nutricional” e de agregação de informação e desenvolvimento de recursos computacionais e ferramentas tecnológicas, baseadas em inteligência artificial, designado por Projeto *Contrafake*. O propósito deste projeto é a proteção e apoio aos profissionais de comunicação social, cidadãos e instituições contra desinformação veiculada pelas redes sociais e outras fontes de informação digital, e com incremento da literacia mediática e tecnológica para os utilizadores.

No desenvolvimento de ferramentas de produtividade de apoio ao trabalho, deu-se continuidade à implementação do projeto de distribuição de sinal de TV no posto de trabalho, através do *upgrade* do fornecimento e instalação de uma solução de captura de sinal de TV, transcodificação e distribuição de forma a ficar acessível a todos os postos de trabalho nas instalações da Lusa, ou remotos em VPN – garantindo o acesso dos jornalistas, através de um computador ou telemóvel, aos vários canais informativos e desportivos de televisão –, e do desenvolvimento da solução de planeamento e controlo orçamental, erigida através de ferramentas *Business Intelligence* (BI) de tratamento, análise e reporte de informação financeira. Procedeu-se ainda à implementação do projeto Estúdio Virtual, através da execução de obras de beneficiação do estúdio de gravações existente e da aquisição dos equipamentos necessários à realização de entrevistas presenciais e remotas com cenografia virtual. Realizam-se regularmente desenvolvimentos no sistema editorial LUNA (LUSA NewsAsset), incluindo a implementação de novos módulos e funcionalidades e alterações em funcionalidades existentes, e atualizações de outros *softwares* em utilização na Agência. Em 2021, concretizou-se a instalação e a migração dos servidores (*hardware*) e a migração do sistema editorial (*software*) para uma nova infraestrutura. A modernização tecnológica constitui um dos pressupostos definidos contratualmente entre o Estado Português e a Lusa.

No âmbito do projeto de execução de arquitetura e especialidades de remodelação das instalações do sistema de AVAC (Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado) no interior da redação dos pisos 1 e 2 do edifício sede da Lusa, procedeu-se à contratação de uma empreitada de obras para a sua realização, em 2021. Para tal, foram realizadas previamente as necessárias obras de preparação dos espaços, que incluíram a desmontagem de todos os

tetos metálicos na redação, reparação e pintura dos tetos reais e recolocação de armaduras, a instalação de novos estores em ambos os pisos, e ainda a renovação de todas as loiças sanitárias dos W.C. dos dois pisos. Realizaram-se as melhorias necessárias de reconfiguração do espaço, climatização e conforto, para fazer face à situação pandémica. Foram realizados ainda vários trabalhos de manutenção e modernização no edifício da sede que incluíram, além de intervenções pontuais de caráter corretivo e preventivo, a substituição dos estores do 3º piso e a continuação da operacionalização das medidas de autoproteção, em conformidade legal e por forma a aumentar as condições de segurança no local de trabalho.

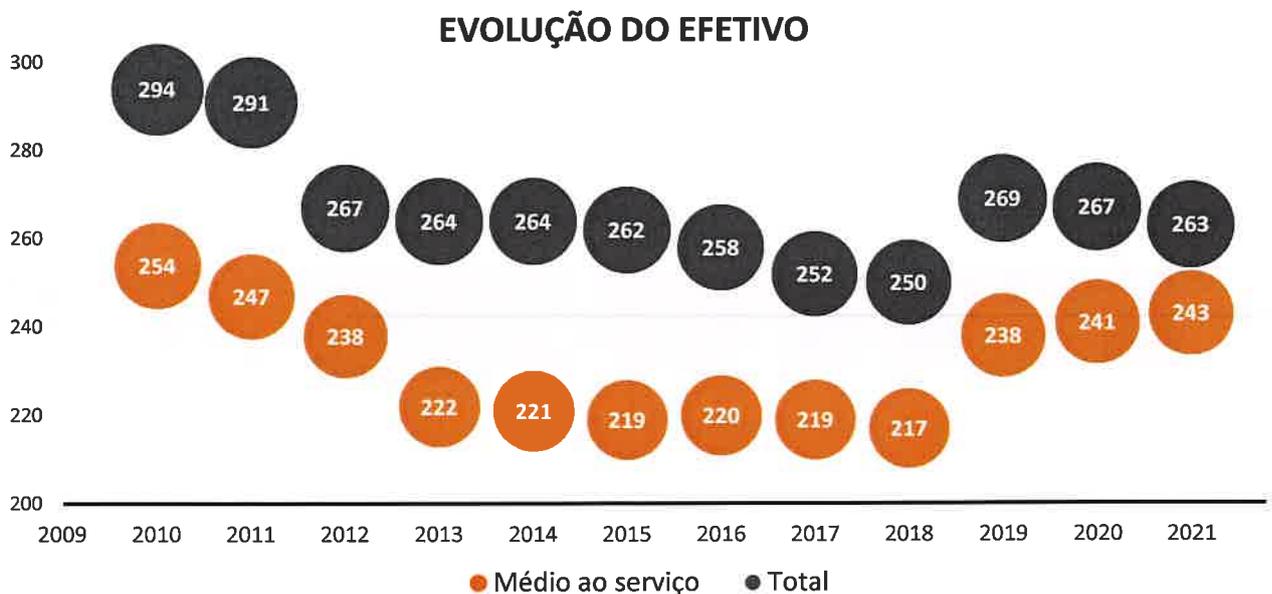
Em 2021, na sequência da destruição causada por fortes cheias, foram realizadas obras de remodelação das instalações da delegação de Díli. Por motivo de avaria do equipamento antigo, procedeu-se à substituição do Grupo Gerador do edifício da delegação de Díli, com a aquisição e instalação de um novo aparelho, imprescindível para utilização como fonte auxiliar de emergência, de modo a dar resposta às necessidades energéticas, de forma credível e eficiente, e a garantir o normal funcionamento e utilização das suas instalações.

A quase totalidade do investimento foi financiado com recursos próprios. O Projeto *Contrafake* foi cofinanciado ao abrigo do Sistema de Apoio à Transformação Digital da Administração Pública (SAMA 2020), que visa apoiar as operações que contribuam para a prossecução dos objetivos temáticos e prioridades de investimento relacionadas com a melhoria do acesso às TIC e com o reforço da capacidade institucional das entidades públicas e das partes interessadas e da própria eficiência da Administração Pública. O montante total executado em 2021 foi de €120 mil, tendo sido cofinanciado em cerca de 61%.

Recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2021, o total de efetivos da Agência é de 263, sendo 127 homens (48,3%) e 136 mulheres (51,7%), que compara com 267 no ano anterior (48,3% homens e 51,7% mulheres).

Entre os 263 trabalhadores no quadro de efetivos incluem-se 8 requisitados, 1 em situação de pré-reforma e 4 trabalhadores de baixa de média / longa duração. O efetivo médio ao serviço foi de 243, que compara com 241 em 2020.



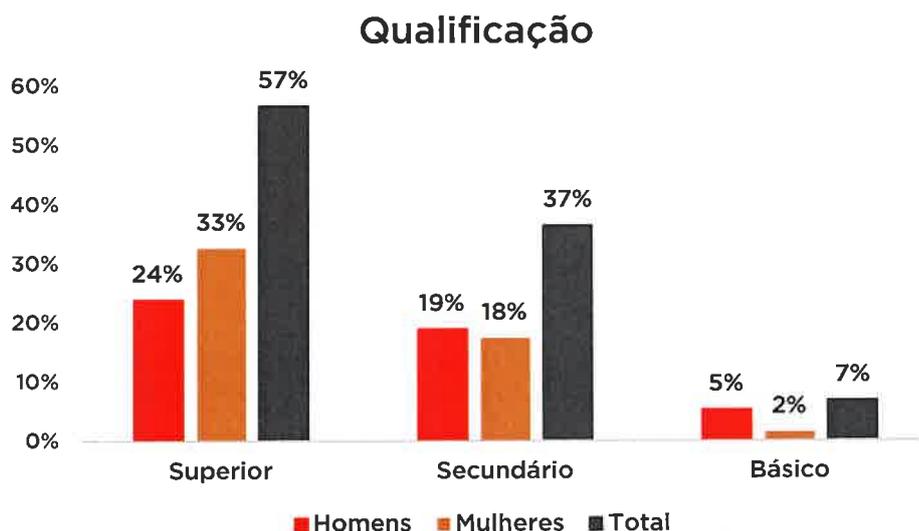
[Assinatura manuscrita]

Do efetivo total, 16,0% dos trabalhadores têm menos de 40 anos de idade (16,9% em 2020), 24,8% trabalham na Lusa há menos de dez anos (23,6% em 2020).

O grupo profissional mais expressivo é o dos jornalistas com 223 elementos, correspondente a 84,8% de todos os trabalhadores, dos quais 216 elementos pertencem ao efetivo ao serviço (212 em 2020), 7 estão requisitados.

Qualificação

No universo de 263 trabalhadores da Lusa, 56,7% têm como qualificações o nível do ensino superior (24,0% do sexo masculino e 32,7% do sexo feminino), 36,5% o nível do ensino secundário (19,0% do sexo masculino e 17,5% do sexo feminino), 6,1% o 3.º ciclo do ensino básico (4,6% do sexo masculino e 1,5% do sexo feminino), e 0,7% (sexo masculino) distribuem-se pelos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

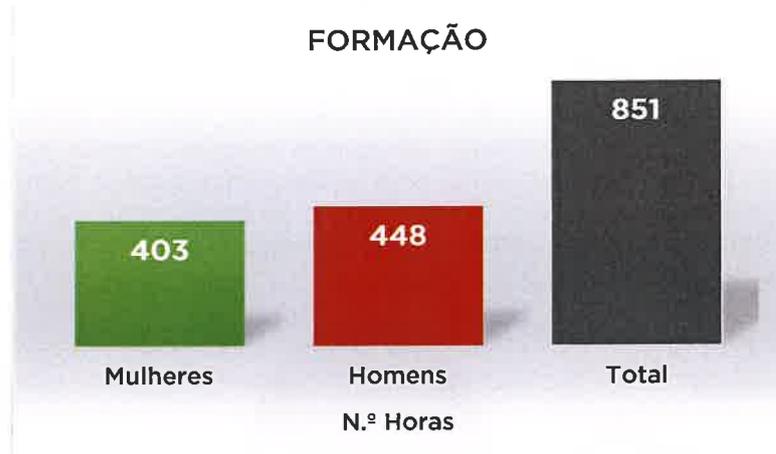


Formação profissional

A formação para a Lusa faz parte integrante da sua estratégia, no sentido de dotar os trabalhadores com competências para fazer face à conjuntura atual de contínua mudança do mercado onde se insere. Esta necessidade materializa-se, não só na atualização, como também na aquisição de novos conhecimentos e competências em todas as áreas internas da Agência. Contudo, o ano de 2021 continuou a ser um ano atípico, afetado ainda pela covid-19, com a necessidade do confinamento e do teletrabalho, esta situação originou uma diminuição de horas de formação face a anos anteriores, ainda assim foram ministradas 851 horas em 6 ações de formação:

Nome da ação de Formação	N.º de Participantes			N.º Horas		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Inglês	11	9	20	293	263	556
Seminário de Formação em Fundos Europeus	20	18	38	40	9	49
Curso de Gestão de Conciliação	1	0	1	30	0	30
Contratação Pública Regulada e Publicação de Contratos Públicos no Portal base	0	1	1	0	4	4
Formação em Data Analytics	2	7	9	40	140	180
Master Course em Gestão da Formação	0	1	1	0	32	32
TOTAL	34	36	70	403	448	851

No gráfico seguinte é possível observar a distribuição de horas de formação por homens e mulheres.



Em 2021 foram ministradas 851 horas de formação das quais 403 horas a mulheres e 448 horas a homens.

De realçar ainda que a Lusa mantém um protocolo com a Ciberdúvidas, Conteúdos Multimédia Lda., que garante a formação contínua dos jornalistas em redação de texto jornalístico e a monitorização permanente do fio noticioso da Agência para deteção e correção de quaisquer anomalias.

Sustentabilidade



O objetivo deste capítulo de sustentabilidade é apresentar o contributo da empresa rumo ao Desenvolvimento Sustentável conforme definido na Assembleia Geral da ONU em setembro 2015.

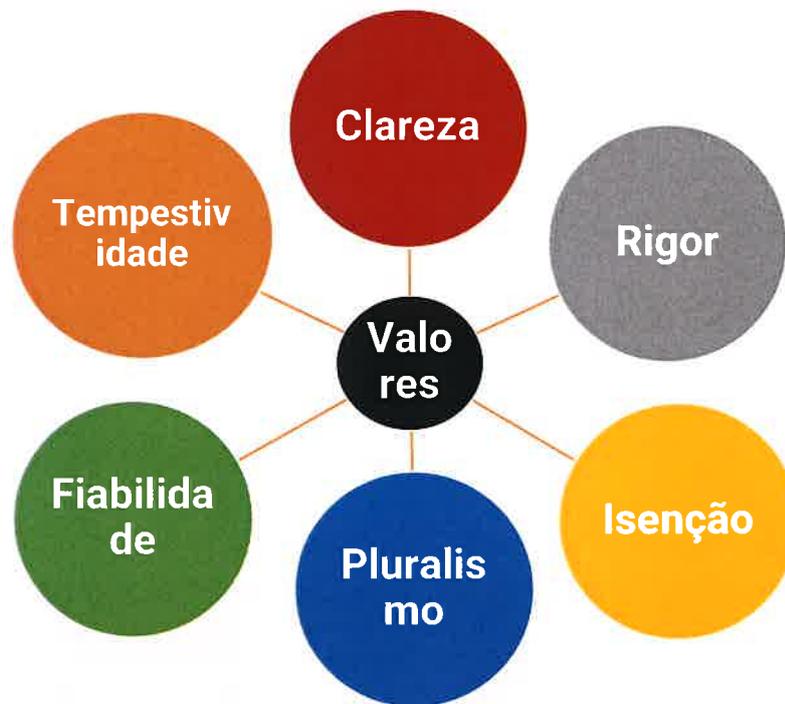
A agenda que vai orientar o desenvolvimento das sociedades até 2030 é composta por 17 objetivos (ver imagem anterior ODS). Estes objetivos colocam o foco nas pessoas, nos

Handwritten signature and initials in blue ink.

direitos humanos e na resposta às crescentes desigualdades sociais, bem como englobam questões centrais como a paz, a segurança e as alterações climáticas.

A concretização dos ODS dependerá não apenas do compromisso dos governos, mas também do envolvimento dos cidadãos e empresas.

A sustentabilidade sempre foi uma preocupação da Agência, tendo alguns dos conteúdos sido incluídos em outros relatórios efetuados, nomeadamente no Relatório de Governo Societário. O compromisso da Lusa com a sustentabilidade e com a transparência da sua atividade sempre foi uma marca diferenciadora da empresa não só no seu ramo de atividade como também pelo facto de pertencer ao setor público empresarial do estado. Não é demais relembrar os principais valores da empresa:



Assim, o capítulo aqui desenvolvido é o primeiro contributo da empresa para uma normalização deste tema, que irá ter desenvolvimentos e uma estrutura mais adequada dentro do referencial de normas do Global Reporting Initiative. Apesar disso abordaremos algumas das normas nomeadamente:

- GRI 102: Conteúdos Gerais
- GRI 103: Forma de Gestão
- GRI 201: Desempenho Económico
- GRI 202: Presença no Mercado
- GRI 204: Práticas de Compra
- GRI 205: Combate à Corrupção
- GRI 301: Materiais
- GRI 302: Energia
- GRI 303: Água e Efluentes
- GRI 306: Resíduos
- GRI 307: Conformidade Ambiental
- GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores
- GRI 402: Relações de Trabalho
- GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho
- GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades
- GRI 406: Não Discriminação

- GRI 407: Liberdade Sindical
- GRI 410: Práticas de Segurança
- GRI 413: Comunidades Locais
- GRI 415: Políticas Públicas
- GRI 416: Saúde e Segurança do Consumidor
- GRI 417: Marketing e Rotulagem
- GRI 418: Privacidade do Cliente

Um dos nossos objetivos futuros será a elaboração de um Relatório de Sustentabilidade que possa ser totalmente compreendido, que seja inserido nos sistemas de informação e comunicação das organizações, onde é verificável que cada vez mais se quer prestar contas, sobre as ações desenvolvidas na esfera da sustentabilidade, de forma credível.

▪ Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental

Ao nível da eficiência energética, a Lusa cumpre as normas de certificação do seu edifício-sede e, nos termos do Decreto-Lei n.º 104/2010, de 29 de setembro, procurou fornecedores alternativos no mercado livre e logrou reduzir a fatura energética ao longo dos anos.

Tem vindo a ser efetivada uma diminuição dos consumos de combustíveis e do número de viaturas do parque automóvel, com privilégio para uma redução da cilindrada e das emissões poluentes. Está a ser colocado em estudo a substituição progressiva das viaturas por híbridos, aquando da respetiva renovação dos contratos de aluguer operacional.

Em setembro de 2014, começou a ser efetuada a contagem de eletricidade consumida pelo contentor das antenas da MEO instalado no terraço do edifício sede tendo, a partir do mês seguinte, a Lusa passado a ser ressarcida do seu custo, estimado em cerca de €4 mil anuais. No final de 2019 o contrato foi cedido pela MEO à empresa Omtel Telecomunicações, estando em fase de revisão no âmbito da implementação da tecnologia 5G no mercado. Em dezembro de 2020 deu-se início a um novo contrato entre a Lusa e a Omtel com o valor de €79.200 para o período compreendido de 01-12-2020 a 30-11-2031.

Foi elaborado, por uma empresa certificada, um projeto de climatização geral para o edifício de forma a melhorar substancialmente a qualidade do ar interior e aumentar a eficiência energética do edifício, que está a ser implementado progressivamente, à medida da renovação dos equipamentos e da remodelação das instalações.

No capítulo da segurança do trabalho, continua a implementação de medidas de autoproteção tanto na sede da Lusa, em Lisboa, como nas instalações da delegação do Porto, de acordo com o DL n.º 224/2015. Estas ações consistiram em obter a certificação por parte ANPC da implementação de medidas autoproteção (MAP) e medidas de segurança contra incêndios e fenómenos sísmicos em locais de trabalho que a Lusa utiliza. Numa 1.ª fase foram efetuadas ações de sensibilização; foi entregue e aprovado pela ANPC o manual de medidas de autoproteção. Adicionalmente, estão a ser implementadas as medidas de correção e melhorias conforme cronograma proposto pela Lusa e aprovado pela ANPC e alteradas algumas estruturas do edifício de modo a estar em conformidade com as MAP. Desde 2018, foram dadas ações de formação de 1.ª intervenção tanto em Lisboa como no Porto e foram executados dois simulacros no Porto, prevendo-se realizar um simulacro geral em Lisboa logo que a situação sanitária o permita.

No âmbito das medidas de prevenção e combate à covid-19, a Lusa adotou um quadro global de atuação, criou um grupo de supervisão transversal às várias áreas e designou uma pequena equipa, o Ponto Focal, para fazer a gestão diária de processos, procedimentos (Plano de Contingência e Plano de Reabertura), logística e comunicação, com todos os trabalhadores, decorrentes da pandemia e do confinamento. Genericamente, foi adotado o

teletrabalho, sobretudo no caso dos jornalistas, exceto nas situações de necessidade imperativa de trabalho presencial, para o qual foram constituídas equipas que funcionam desfasadamente, em sistema de 'espelho'. No cumprimento da legislação que estabelece o regime de reorganização do trabalho e minimização de riscos de transmissão da doença covid-19 no âmbito das relações laborais, foi adotado, a partir do final de 2021, o regime de teletrabalho recomendado sempre que as funções o permitam, sendo voluntário o trabalho presencial. Têm vindo a ser adquiridos, conforme as necessidades identificadas a cada momento, equipamento de proteção individual (EPI) e aparelhos, materiais e produtos de desinfeção, segurança e limpeza.

A resposta global da empresa à necessidade de confinamento e ao teletrabalho decorreu de forma rápida e sem incidentes, não tendo existido qualquer quebra na prestação de serviços por parte da Lusa, nomeadamente ao nível do cumprimento do serviço noticioso de interesse público, nos exatos termos em que constam do contrato assinado com o Estado. De referir que apesar da Lusa nunca ter adotado um regime de teletrabalho de uma forma massiva, como o que se tem verificado, a sua implementação permitiu abrir portas para uma nova cultura de trabalho para todos, nomeadamente ao nível da assimilação de ferramentas digitais e colaborativas e ao nível da produtividade. A produção da Lusa registou um incremento face ao ano transato, bem como aumentou o número de seguidores nas redes sociais fruto de várias atividades iniciadas em 2020, como a disponibilização gratuita e com acesso livre de toda a informação relativa à pandemia, o que contribuiu para aumentar significativamente as visitas ao site da Lusa e, conseqüentemente, a visibilidade da Agência, num salto de uma tendência que se vinha a registar desde que as redes sociais começaram a ser trabalhadas mais intensamente, a partir do último trimestre de 2019.

Em novembro de 2021, a Lusa promoveu uma ação de vacinação antigripal, uma medida útil aos trabalhadores e à empresa, contribuindo para diminuir os casos suscetíveis de se confundirem com possível contaminação da covid-19.

Em 2021, a Lusa foi distinguida com o prémio Humana Circular 2021, pela qualidade e quantidade de notícias da Agência sobre sustentabilidade e ambiente.

▪ Formas de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

Política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores

A Lusa procedeu, em 2021, ao Inquérito de Satisfação junto dos seus clientes, relativo ao serviço público de 2020, com questões relacionadas com a qualidade do serviço, nomeadamente em termos da sua assistência comercial, assistência técnica, plataforma eletrónica online e serviços noticiosos propriamente ditos utilizando a Grelha de Inquérito de Satisfação aos Clientes. A Grelha, já usada no ano anterior, tem em vista a atualização das questões, e a obtenção de feedback mais elaborado, em especial naquelas avaliadas negativamente e ainda nas que visam o futuro dos produtos e serviços da Agência. Em resumo, o Inquérito de Satisfação aos Clientes Lusa promove a igualdade de tratamento entre Clientes pagantes e não pagantes, sendo ambos os segmentos chamados a dar a sua opinião e visão sobre os produtos e serviços da Agência, a afinação de conceitos e introdução de mais oportunidades de os Clientes elaborarem as suas respostas (perguntas livres). De referir que o universo total de subscritores avalia, em média, muito satisfatoriamente os serviços da Lusa.

Em 2021 foi dada continuidade ao protocolo em vigor com a Associação CAIS através da cedência de fotografias, notícias e reportagens, da colaboração na produção de conteúdos da revista CAIS (impressa e online), bem como da divulgação dos seus projetos e atividades. Adicionalmente, em dezembro, a Lusa, em parceria com a DELL, facilitou a oferta de três

computadores portáteis à CAIS, no âmbito de um programa interno da DELL, uma vez que a CAIS tinha sido alvo de furto nas suas instalações. Foi, por isso, um reforçar dos laços entre as duas instituições.

No âmbito da celebração de um Protocolo de Cooperação entre a Lusa e a RTC – Rádio Televisão Cabo-verdiana, que prevê a reativação da delegação da RTC na sede da Lusa e a realização de ações de formação em marketing digital e multimédia, foi realizada a última fase de uma formação a jornalistas cabo-verdianos. Para esse efeito, deslocaram-se a Cabo Verde dois jornalistas, durante uma semana.

A Lusa aderiu, em 2016, ao Compromisso de Pagamento Pontual a fornecedores, tornando-se parte ativa deste movimento de responsabilidade social na promoção de uma cultura de pagamento pontual e da competitividade da economia portuguesa que atualmente já inclui mais de 1500 entidades de vários quadrantes da economia portuguesa. O principal objetivo deste movimento é chamar a atenção para os efeitos nefastos na economia portuguesa onde cerca de 80% das empresas não cumpre com os seus prazos de pagamento, gerando ineficiência económica, desemprego e desincentivando a concorrência.

Durante o ano de 2021 manteve-se o apoio às atividades do Clube Lusa.

Políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, bem como regras implementadas com vista ao desenvolvimento sustentável

Em termos de desenvolvimento sustentável, para além das medidas referidas no ponto 2 deste capítulo, a Lusa adota políticas operacionais de eficiência energética e económica e de proteção ambiental, nomeadamente, no que se refere a:

- periódica verificação da qualidade do ar e da água da rede pública das instalações da sua sede. De realçar que com a situação de pandemia a Lusa implementou um plano de manutenção mais frequente bem como reviu todos os equipamentos do sistema de climatização ao nível de substituição ou reparação dos mesmos;
- recolha, tratamento e reciclagem seletiva de resíduos, nomeadamente à separação de lixo orgânicos, papel e cartão, plástico e metal, vidro e pilhas e baterias;
- redução do consumo de papel, para impressão ou fotocópia, e utilização de papel reciclado. A Implementação do portal de trabalhador, em 2020, permite a marcação de férias sem uso de papel, bem como o seu arquivo no sistema. No mesmo portal está registado o processo de avaliação de desempenho para todos os trabalhadores.
- redução do consumo de plásticos, nomeadamente em copos para máquinas de água e café e em água engarrafada. Adicionalmente e como forma de eliminar o consumo de água em garrafas de plástico foram adquiridas garrafas de vidro para todos os trabalhadores e para todas as salas de reunião evitando assim a aquisição de garrafas de água de plástico;
- reciclagem de material eletrónico, nomeadamente informático e fotográfico, através da sua venda a preços simbólicos aos trabalhadores interessados ou recolha para sucata eletrónica, em respeito das normas ambientais em vigor;
- reciclagem de mobiliário de escritório, com a doação a escolas ou IPSS;
- redução do consumo de eletricidade, através da substituição de toda a iluminação por lâmpadas de baixo consumo (LED), da programação da iluminação exterior e das zonas interiores comuns ou da utilização, sempre que exequível, de máquinas com função *stand-by*, com resultados visíveis nos gastos com energia elétrica;
- redução do consumo energético e aumento da eficiência térmica, com a substituição da Bomba de Calor, da Unidade de Tratamento de Ar Novo, equipamentos instalados no terraço do edifício;
- diminuição do desperdício de água canalizada, com a substituição de torneiras convencionais por doseadoras e temporizadoras.

- remodelação no sistema de climatização dos pisos 1 e 2 com a redução de equipamentos de ventilo-convectores, reduzindo o consumo energético, mas mantendo o conforto térmico.
- Remoção de todos os tetos falsos nos pisos 1 e 2 de modo a dar mais amplitude aos espaços.
- Substituição de todos os estores nos pisos 1, 2 e 3 por estores em PVC de modo a tornar os pisos mais confortáveis em termos de luminosidade como em termos de consumos energéticos mais vantajosos uma vez que isolam melhor a luz exterior para o interior dos pisos.
- Atribuição de um Kit higiénico a cada trabalhador composto por uma bolsa de algodão com duas máscaras comunitárias reutilizáveis para proteção individual, de forma a limitar o inevitável acréscimo de resíduos provocado pela utilização de máscaras cirúrgicas descartáveis, chave higiénica em cor cinza, em pvc e um frasco de álcool gel.
- Disponibilização de testes covid-19 para maior despiste de casos dentro da Agência.

Em termos de qualidade do ar nas suas instalações, a Lusa opera um sistema de tratamento (insuflação de ar tratado e extração de ar viciado), garantindo assim uma boa qualidade do ar do edifício da Sede. A empresa procede também a uma verificação regular da qualidade do ar interior (QAI) do edifício, através de empresas certificadas. De igual forma, é efetuada a monitorização da qualidade da água canalizada, através de análises periódicas em diversos pontos de recolha de amostra.

Ao nível do tratamento e reciclagem, a Lusa segrega os resíduos produzidos em recipientes próprios para papel, vidro, plástico, baterias, tinteiros e lixo orgânico. O vidro e o plástico, bem como o lixo orgânico, são depois levantados pelos serviços camarários. O papel é levantado por um reciclador específico. As baterias são entregues pela empresa num local de reciclagem. Toners e tinteiros são recolhidos pela empresa que presta serviços de impressão à Lusa. Lâmpadas e outro material elétrico a destruir são entregues regularmente num local de reciclagem. Sempre que necessário, os equipamentos eletrónicos obsoletos são também enviados para reciclagem. Os filtros e outros consumíveis do sistema de climatização são reciclados pela empresa que faz manutenção do sistema nas instalações da Lusa.

No que respeita ao consumo de eletricidade, o sistema de iluminação do edifício foi modificado com a utilização de lâmpadas LED (cerca de 1200 unidades), tendo o investimento efetuado sido recuperado no ano seguinte, através da poupança no consumo de energia elétrica, para além de garantir uma maior sustentabilidade ambiental. Foi adquirida uma UPS (Uninterruptible Power Supply) de substituição para prevenção de paragens de produção decorrentes da interrupção do fornecimento de energia e proteção de aparelhos em caso de subtensão, sobretensão ou sobrecarga de energia. Em 2019, para uma maior otimização energética, procedeu-se à mudança das duas UPS para a sala técnica dos servidores.

Integrado num programa mais vasto de promoção da melhoria do sistema de climatização e da eficiência térmica e energética, no âmbito de remodelações em curso no edifício da sede (recondicionamento do edifício às exigências de segurança da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, recuperação e remodelação do piso 0 e da redação e melhorias de carácter geral), têm vindo a ser efetuado um enorme esforço de investimento em intervenções estruturais no edifício da sede e na substituição de equipamentos obsoletos. Foi adquirida e instalada, em 2017, uma nova bomba de calor, no fim de 2018, procedeu-se à substituição do sistema de renovação de ar do edifício, com a aquisição e instalação, no início de 2019, de uma nova unidade de tratamento de ar novo (UTA), com o objetivo de melhoria da qualidade do ar interior do edifício e, em 2020 foi adquirido e instalado um Chiller, dando continuidade na redução do consumo de eletricidade e do aumento da eficiência energética. Encontra-se em implementação um sistema de gestão técnica centralizada dos sistemas de AVAC e de iluminação, na sequência da elaboração de um projeto de execução de climatização do edifício da sede da Lusa.

No âmbito do projeto de execução de arquitetura e especialidades de remodelação das instalações do sistema de AVAC (Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado) no interior da redação dos pisos 1 e 2 do edifício sede da Lusa, procedeu-se à contratação de uma empreitada de obras para a sua realização, em 2021. Para tal, foram realizadas previamente as necessárias obras de preparação dos espaços, que incluíram a desmontagem de todos os tetos metálicos na redação, reparação e pintura dos tetos reais e recolocação de armaduras, a instalação de novos estores em ambos os pisos, e ainda a renovação de todas as loiças sanitárias dos W.C. dos dois pisos. Foram realizados ainda vários trabalhos de manutenção e modernização no edifício da sede que incluíram, além de intervenções pontuais de caráter corretivo e preventivo, a substituição dos estores do 3.º piso e a continuação da operacionalização das medidas de autoproteção, em conformidade legal e por forma a aumentar as condições de segurança no local de trabalho.

Para fazer face à necessidade de renovação do equipamento de refrigeração de ar interior do edifício da sede, por motivo de avaria grave do equipamento antigo, adquirido em 2004, obsoleto e descontinuado, a Lusa teve a necessidade premente de celebrar um novo contrato de aquisição e instalação de um Chiller, um aparelho imprescindível na criação das condições de conforto térmico necessárias ao cumprimento do Decreto-Lei n.º 243/86, de 20 de agosto, que aprova o Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais, de Escritório e Serviços, nomeadamente os seus artigos 11.º a 13.º, relativos a condições de temperatura e humidade, e a uma cabal prestação do serviço de interesse público. Este equipamento foi instalado e entrou em atividade em fevereiro de 2021.

Relativamente ao consumo de água, a Lusa, para garantir uma boa qualidade de água nas suas instalações, substituiu toda a prumada principal de abastecimento de água ao edifício, aboliu água engarrafada em plástico, utiliza equipamentos de tratamento e purificação de água canalizada, servindo igualmente o consumo diário de água pelos trabalhadores.

A Lusa mantém os procedimentos básicos de sustentabilidade, baseados nos 5R (Reduzir, Reciclar, Reutilizar, Repensar e Recusar), por forma a reforçar as políticas que, entretanto, foram desenvolvidas, sobretudo ao nível do consumo energético e de papel e da reciclagem. Tem igualmente participado nos workshops promovidos sobre a matéria, nomeadamente no workshop promovido pelo ESPAP, "SNCP e novos desafios para economia sustentável". Neste âmbito a LUSA no final de 2021 aderiu ao BCSD em Portugal que é uma associação privada sem fins lucrativos, vinculada ao World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), com sede em Genebra, Suíça, e que na sua jornada para a sustentabilidade se foca entre outros tópicos na neutralidade carbónica, biodiversidade e capital natural, cadeia de valor, economia circular, *sustainable finance* e Cidades Sustentáveis e os principais objetivos são:

- Divulgar os princípios que caracterizam o desenvolvimento sustentável;
- Estimular e aprofundar a cooperação entre a comunidade empresarial, os governos e a sociedade civil com vista à promoção do desenvolvimento sustentável;
- Promover ações educacionais e de formação para divulgação dos princípios do desenvolvimento sustentável;
- Executar projetos e estudos de casos que ilustrem e estimulem o desenvolvimento sustentável.
- Participar ou promover noutras iniciativas que contribuam para o desenvolvimento sustentável do tecido empresarial português;

Foi implementada a 1.ª fase do projeto de faturação eletrónica a clientes abrangendo as entidades do setor público administrativo e setor público empresarial do estado de acordo com o consagrado no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, (e alterações subsequentes do Decreto-Lei n.º 14º/2020, de 7 de abril e Decreto-Lei n.º 104/2021, de 27 de novembro), que altera as condições de aplicação e os prazos de obrigatoriedade de faturação eletrónica a que se referem o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111- B/2017, de 31 de agosto, e o artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), em cumprimento dos



prazos e condições determinados pela Diretiva 2014/55/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos. Neste âmbito, existem já 108 clientes com faturação eletrónica num total de cerca de 400.

No âmbito da desmaterialização de processos e procedimentos, foi implementada a assinatura digital preferencial de todos os contratos emitidos pela Lusa, e outros documentos procedimentais, como forma de simplificação, flexibilização e transparência do processo e de redução do consumo de papel. No final de 2021, foi elaborado um diagnóstico pela DGLAB – Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, do qual resultou um conjunto de recomendações, com vista à desmaterialização de processos da área administrativa bem como do centro de documentação.

Para fazer face à necessidade de renovação do equipamento do Grupo Gerador do edifício da sede, por motivo de avaria grave do equipamento atual, adquirido em 1997, a Lusa teve necessidade premente de adquirir um Grupo Gerador, um aparelho imprescindível para utilização como fonte auxiliar (emergência), de modo a dar resposta às necessidades energéticas, de forma credível e eficiente, de forma a garantir o normal funcionamento e utilização das instalações, para uma cabal prestação do serviço de interesse público.

Planos de igualdade com vista a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres com vista a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional

A igualdade de género é um dos pressupostos da estratégia da Agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) n.º 5, e um princípio que se requer imperativo e universal nas modernas democracias ocidentais, dentro das quais Portugal se revê.

A promoção da igualdade de género está, cada vez mais, na agenda da Lusa, que pretende, assim, afirmar-se e distinguir-se por uma orientação de responsabilidade social. Nesse âmbito em 2019 foi realizado um diagnóstico interno, em colaboração com uma equipa de especialistas do ISEG/IDEFE. Foi também elaborado o relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens referente a 2018, disponível em <https://www.lusa.pt/about-lusa/Relat%C3%B3rio-da-Igualdade-de-Remunera%C3%A7%C3%B5es-por-G%C3%A9nero>.

O plano de Igualdade do Género, elaborado pela equipa de trabalho da Lusa em parceria com o ISEG, foi aprovado pelo Conselho de Administração em março de 2020 <https://www.lusa.pt/about-lusa/plano-para-igualdade-entre-homens-e-mulheres>, estando disponível no site da empresa para consulta de todos os trabalhadores. O plano tem um horizonte temporal de 3 anos, e de acordo com o normativo vigente, tem como objetivo criar condições internas para promover a Igualdade de género na empresa nas seguintes dimensões: Missão, valores e estratégia; Formação e desenvolvimento de competências; Progressão e desenvolvimento de carreiras; Proteção na parentalidade; e Comunicação interna e externa. Este plano é complementado pela criação de uma Comissão de Acompanhamento cujo objetivo é promover e garantir a concretização das medidas propostas.

A Lusa enviou o Plano para a Igualdade entre Homens e Mulheres na Agência Lusa referente ao triénio 2020-2022 para a CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e para a CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego a 20 de agosto de 2020, por correio eletrónico. Em 6 de janeiro e 29 de novembro de 2021 foi enviado para o SIOE - Sistema de Informação da Organização do Estado.

Em 31 de dezembro de 2021, entre os 263 trabalhadores, 127 eram homens (48,3%) e 136 mulheres (51,7%).

O grupo profissional mais expressivo é o dos jornalistas com 223 elementos, distribuídos em 112 homens e 111 mulheres. Destes, 216 pertencem ao efetivo ao serviço e 7 estão requisitados.

A estrutura de quadros de chefias é repartida por 36 homens e 35 mulheres. Em 31 de dezembro, os órgãos sociais, incluindo Assembleia Geral, são integrados por 7 mulheres e 3 homens.

Medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade de Género

Conforme referido no ponto anterior a promoção da igualdade de género está, cada vez mais, na agenda da Lusa.

Enquanto empresa do setor empresarial do Estado, a Lusa está também vinculada a um conjunto de obrigações legais e está atualmente a desenvolver um conjunto de atividades que permitam:

- Adotar Planos para a Igualdade entre mulheres e homens, após o desenvolvimento de um diagnóstico interno (Resolução de Conselho Ministros n.º 19/2012);
- Publicar anualmente o Plano, no sítio da Internet e enviar para a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. (Lei n.º 62/2017);
- Elaborar, de três em três anos, um relatório sobre as remunerações das mulheres e dos homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações (Resolução de Conselho Ministros n.º 18/2014);
- Divulgar internamente a informação relativa ao diagnóstico das remunerações das mulheres e dos homens, disponibilizando essa informação no respetivo sítio na Internet (Resolução de Conselho Ministros n.º 18/2014);
- Adotar medidas concretas para eliminar as diferenças identificadas, na sequência do relatório sobre as remunerações das mulheres e dos homens (Resolução de Conselho Ministros n.º 18/2014).

Sendo a igualdade de género um dos eixos estratégicos definidos pela Administração, desde 2017, a Lusa assumiu o compromisso de incorporar os princípios da Igualdade de Género e fortalecer a sua missão de Serviço Público.

Neste âmbito, foram e estão a ser desenvolvidas as seguintes atividades:

- Celebração, em dezembro de 2017, de um Acordo entre a Lusa e a CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego), com a adesão ao Fórum IGEN (Fórum Empresas para a Igualdade de Género), e no qual a Lusa comprometeu-se a:
 - assumir uma cultura de reconhecimento da igualdade de género como pilar do desenvolvimento e sustentabilidade;
 - incorporar os princípios de igualdade entre mulheres e homens num compromisso inequívoco com a promoção da igualdade profissional e com o fim de todos os processos discriminatórios.
- Criação, em janeiro de 2018, de um grupo de trabalho interno (Task Force), constituído por elementos de todas as áreas da empresa, que tem como objetivo garantir o cumprimento dos objetivos definidos e promover as boas práticas nas diferentes dimensões da Igualdade de género.
- Criação, em julho de 2018, e no âmbito do fortalecimento da missão de Serviço Público, de um novo Serviço Noticioso sobre a igualdade de género, com destaque na *homepage* do site www.lusa.pt/igen.
- Reforço das políticas de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal dos trabalhadores e trabalhadoras da Agência, como o incentivo do gozo da licença




parental, do estabelecimento de novos protocolos nas áreas da educação, da saúde e do lazer, da oferta do dia do aniversário ou ainda da atribuição de dispensa na tarde de aniversário das crianças a cargo (até 12 anos).

- Elaboração, em 2019, de um Diagnóstico Interno, em colaboração com uma equipa de especialistas do ISEG/IDEFE, bem como o Relatório relativo às remunerações das mulheres e dos homens 2018.
- Elaboração do Plano para a Igualdade entre homens e mulheres na Agência, aprovado em março de 2020.

Em janeiro de 2020, a Lusa renovou o compromisso de desenvolver medidas pela igualdade de género no trabalho com o Fórum IGEN e irá adotar e implementar as medidas estabelecidas no plano anteriormente referido.

O atual Conselho de Administração definiu inclusive como objetivo para 2022 a continuação da aposta na Igualdade de Género na empresa, quer no plano das responsabilidades, quer ao nível salarial.

Ainda em 2021 iniciou-se uma nova auditoria de género e plano para a igualdade que inclui a realização de diagnóstico interno, a elaboração dos relatórios da auditoria de género e da igualdade de remunerações, workshops com grupos estratégicos e apresentação de uma proposta de plano para a igualdade entre mulheres e homens na Agência. Estima-se que este projeto esteja concluído no 2.º semestre de 2022.

Políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo da produtividade

O Conselho de Administração mantém como estratégia o foco em projetos tecnológicos, com equipas de projetos multidisciplinares, em que os trabalhadores são chamados a intervir em áreas de atividade fora do âmbito do seu trabalho específico do dia-a-dia, contribuindo para a valorização profissional, criação de espírito de equipa e motivação pessoal.

Em 2020 e 2021, fruto da situação epidemiológica, não foi possível concretizar os planos de estágios que eram regulares na Lusa. Encontra-se em análise a possibilidade de realização de alguns estágios em Lisboa com um modelo híbrido de acompanhamento.

No âmbito da celebração de um Protocolo de Cooperação entre a Lusa e a RTC – Rádio Televisão Cabo-verdiana, que prevê a reativação da delegação da RTC na sede da Lusa e a realização de ações de formação em marketing digital e multimédia, foi realizada a última fase de uma formação a jornalistas cabo-verdianos. Para esse efeito, deslocaram-se a Cabo Verde dois jornalistas, durante uma semana.

Esta formação em Cabo Verde coincidiu com uma visita ao país do Presidente do Conselho de Administração, da Diretora de Informação e da Diretora Comercial e de Marketing, da qual resultou a assinatura de um protocolo de cooperação com o Governo de Cabo Verde, bem como de um Memorando de Entendimento com a Universidade de Cabo Verde. O protocolo prevê a realização de estágios curriculares para estudantes de comunicação social cabo-verdianos, formação contínua a profissionais da área, apoio às rádios comunitárias e participação em conferências e seminários internacionais, de acordo com a política editorial e as regras deontológicas da Lusa; o memorando abrange a realização de estágios na Lusa (na sede ou na delegação na Praia), apoio à formação, realização de seminários e conferências e organização de cursos de especialização para técnicos de comunicação e multimédia da Uni-CV, entre outras ações de interesse comum. Dando seguimento a estes protocolos, em 2022 iniciar-se-ão os estágios para duas alunas desta Universidade na sede da Lusa em Lisboa. O protocolo permite à redação, por outro lado, ter um contacto mais estreito com jovens e futuros jornalistas de outras origens.

Quanto aos estágios, uma atividade regular desde sempre na Lusa, só em abril foram retomados, num formato reduzido (apenas cinco estudantes) e por via remota. Um segundo grupo, também reduzido, foi adicionado em setembro, juntamente com um novo grupo dos estudantes de mestrado do curso de jornalismo da Universidade Nova, ao abrigo do protocolo assinado no ano anterior. O tema escolhido para este último grupo foi o das alterações climáticas.

Em 2021 foram ministradas 851 horas de formação das quais 403 horas a mulheres e 448 horas a homens.

Continuação da atribuição, trimestral, dos Prémios Lusa, de forma a promover e dar visibilidade aos trabalhadores da Lusa. O objetivo é reconhecer e premiar trabalhos, projetos, ideias das várias áreas da empresa que contribuam para o aumento da notoriedade, bem como para a melhoria do desempenho ao nível do dia a dia ou de condições de trabalho. Adicionalmente vai ser lançado o prémio Pedro Camacho, de modo a preservar a memória do antigo diretor de Informação, para premiar projetos inovadores no domínio das tecnologias de informação ligadas à área editorial.

Após diversas reuniões entre a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., o Sindicato dos Jornalistas, o SITESE – Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo e o SITE/CSRA – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividades do Ambiente do Centro, Sul e Regiões Autónomas, no final de 2019 foi concluído o processo de revisão do Regulamento da Avaliação de Desempenho, com vista à sua simplificação, tendo sido publicada no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 1 de 2020 a alteração parcial ao Acordo de Empresa.

Devido à situação de pandemia em 2021, ano de arranque da Avaliação de Desempenho, foi implementado um processo simplificado, ou seja, a existência de uma única fase de avaliação com início em janeiro de 2021 – Avaliação Final – que incluiu autoavaliação e heteroavaliação, relativamente a factos de desempenho de 2020. Face à continuação da situação pandémica o processo de 2021, a decorrer em 2022, será também nos mesmos moldes.

Já no início de 2022, foi criado um Grupo de Trabalho, com representantes dos ORT e da empresa, para iniciar o estudo relativo aos futuros modelos de trabalho na Lusa. Este grupo tem como objetivo criar um modelo que conjugue a unidade da empresa com a flexibilidade individual e familiar do trabalhador, assegurando a cultura da empresa, a coesão interna, o serviço da empresa, e a capacidade de resposta à atividade da empresa e potenciando o equilíbrio entre vida pessoal e familiar, o bem-estar e segurança dos seus trabalhadores.

Com as oscilações entre períodos de confinamento e desconfinamento parcial, 2021 continuou marcado pelas restrições pandémicas e, acima de tudo, pela incerteza. No seguimento do ano anterior, a Comunicação Interna foi essencial, e o site NÓS Lusa e a Newsletter SOMOS LUSA foram meios de comunicação privilegiada com os trabalhadores. Num modelo totalmente digital, a Lusa promoveu o Encontro Lusa Online “Vacinação – A Solução para a Pandemia”, uma entrevista e debate com Mariângela Simão da OMS.

Política de responsabilidade económica, por via da investigação, inovação, desenvolvimento e da introdução de novas tecnologias; plano de ação para o futuro e medidas de criação de valor para o acionista

No campo da Inovação e de Novos Projetos o ano de 2021 ficou marcado por diversas iniciativas, algumas destas no seguimento de projetos iniciados em 2019 e 2020. Neste âmbito importa assim destacar: processos de produção automática de notícias de bolsa; o início da utilização de ferramentas de inteligência artificial, que permitem sobretudo a transcrição automática de textos, conteúdos em voz, utilizando ferramentas de interação pessoa / máquina através de comandos de voz (reconhecimento de voz humana; Projeto Contrafake em parceria com o Inesc:ID, InKnow e CNCS, com protótipos de análise




nutricional de conteúdos, análise de contexto e viral de notícias, e literacia mediática ao nível da desinformação; continuação da implementação do *text mining* na base de dados da Lusa de forma a poder obter maior detalhe e classificação de notícias de uma forma automática.

Foram também efetuadas várias candidaturas com parceiros universitários ao nível da inteligência artificial tendo por base os arquivos digitais da Lusa. No final do ano foi iniciado o processo estratégico relacionado com o sistema editorial da Lusa.

O detalhe das iniciativas acima referidas encontra-se explanado no ponto Inovação/Modernização tecnológica.

Neste âmbito a Lusa mantém a sua participação na Minds International, uma rede de agências noticiosas que colaboram entre si, ao mais alto nível executivo, suportando o desenvolvimento digital das agências e da indústria dos media em geral, na EANA - European Alliance of News Agencies, organização à qual pertence a grande maioria das agências europeias e que tem como objetivo partilhar conhecimento e sinergias entre as agências associadas, e também num fórum mais tecnológico na IPTC. De referir que durante 2021 se assinaram vários protocolos de cooperação internacional com várias agências estrangeiras com o objetivo de estreitar laços de cooperação não só ao nível editorial bem como tecnológico com o objetivo de alcançar sinergias e permitir uma ação mais concertada e eficiente no combate á desinformação.

Ao nível internacional a Lusa conseguiu pela primeira vez obter o estatuto de cooperante para o nosso delegado em Moçambique, refletindo-se assim o reconhecimento pelas entidades oficiais sobre o todo o trabalho desenvolvido nos países de expressão oficial portuguesa ao longo de mais de 30 anos consubstanciado em acordos de cooperação com agências e entidades locais e em diversas atividades nesses países. De realçar que iremos alargar o processo de obtenção deste estatuto a todos os países africanos onde temos representação permanente.




Análise económica e financeira

Situação Económico-Financeira

A análise económica financeira, que se apresenta de seguida, sintetiza os resultados alcançados pela Lusa no ano de 2021 e a situação patrimonial e financeira no final do exercício em comparação com o ano de 2020.

(Euros)				
RENDIMENTOS E GANHOS	REAL 20	REAL 21	DIF. R21/R20	VAR. % R21/R20
Vendas e serviços prestados:	16 422 858	16 832 130	409 272	2,5%
Contrato com o Estado	12 641 369	12 925 534	284 165	2,2%
Indemnização Compensatória	13 056 993	13 134 253	77 259	0,6%
Ajustamento IC conforme n.º 5 da Cláusula 8.ª CPSNIIP	-415 624	-208 719	206 905	-49,8%
Outras	3 781 489	3 906 597	125 107	3,3%
Subsídios à exploração	23 843	19 359	-4 485	-18,8%
Reversões	23 877	352 876	328 999	1377,9%
Outros rendimentos e ganhos	88 805	83 527	-5 279	-5,9%
Rendimentos e ganhos operacionais	16 559 384	17 287 891	728 507	4,4%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	10	14	4	39,6%
Total dos rendimentos e ganhos	16 559 394	17 287 905	728 511	4,4%
GASTOS E PERDAS	REAL 20	REAL 21	DIF. R21/R20	VAR. % R21/R20
Fornecimentos e serviços externos	3 688 876	4 042 761	353 885	9,6%
Gastos com o pessoal	11 761 927	11 975 012	213 085	1,8%
Gastos de depreciação e de amortização	593 279	594 368	1 089	0,2%
Perdas por imparidade:	194 238	84 790	-109 448	-56,3%
Em dívidas a receber	194 238	84 790	-109 448	-56,3%
Provisões do período	97 578	77 213	-20 365	-20,9%
Outros gastos e perdas	88 075	60 130	-27 945	-31,7%
Gastos e perdas operacionais	16 423 972	16 834 273	410 301	2,5%
Gastos e perdas de financiamento	0	0	0	0,0%
Total dos gastos e perdas	16 423 972	16 834 273	410 301	2,5%
EBITDA	728 691	1 047 986	319 295	43,8%
Resultado operacional	135 412	453 618	318 207	235,0%
Resultado antes de impostos	135 422	453 633	318 211	235,0%
Imposto sobre o rendimento do período	59 422	70 050	10 628	17,9%
Resultado líquido do período	76 000	383 582	307 582	404,7%

Rendimentos e Ganhos

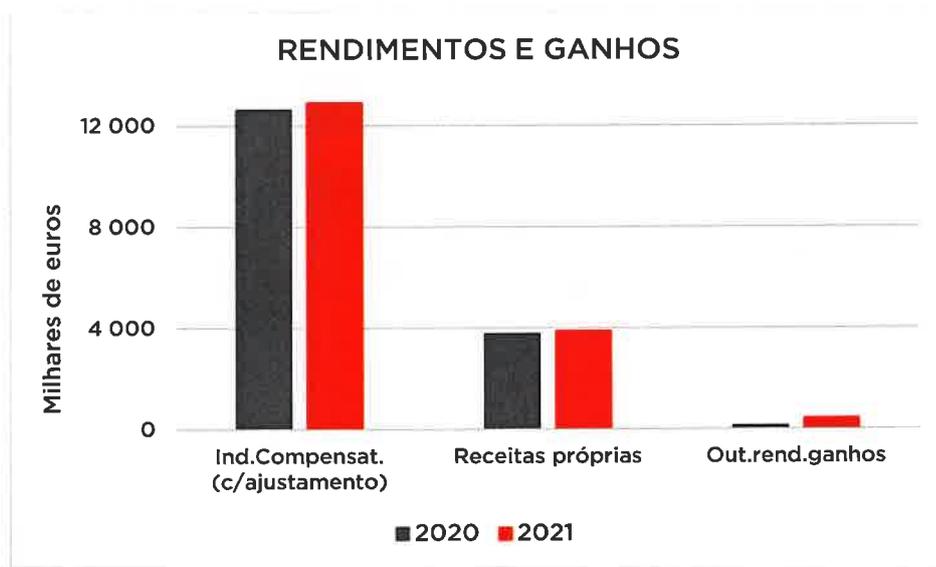
O total de rendimentos e ganhos ascendeu a €17,3 milhões o que traduz um acréscimo de €729 mil (4,4%) relativamente a 2020. Esta variação resulta, sobretudo, do crescimento do valor das vendas e serviços prestados e do aumento das reversões.

O crescimento de €409 mil verificado na rubrica vendas e serviços prestados decorre do aumento do valor do Contrato com o Estado, através da Indemnização Compensatória e da

diminuição do ajustamento, conforme n.º 5 da Cláusula 8.ª do referido contrato, e das receitas próprias. O valor do ajustamento da IC em 2020, de €416 mil, resultou de factos não recorrentes, designadamente a correção do custo do serviço público de 2017-2019 no âmbito da auditoria da IGF (correção do valor dos custos com pré-reformas), originando assim uma devolução de €263 mil, e do recebimento, em janeiro de 2021, do valor da inflação de 2018, no montante de €180 mil (sem IVA), referente ao contrato 2017-2019, que irá ser objeto de devolução uma vez que em 2018 já tinha havido lugar a devolução de IC.

O aumento registado nas reversões, de €329 mil, resulta da reversão de imparidades de clientes e da anulação e acertos de provisões em 2021.

No exercício de 2021, as receitas próprias totalizaram €3,9 milhões, registando um acréscimo de €125 mil (3,3%) face ao período homólogo, resultante das receitas provenientes da cobertura da PPUE e da recuperação observada nas áreas de negócio Institucionais e Órgãos de Comunicação Social. Não obstante, de salientar que o ano de 2021 continuou a ser fortemente marcado pela pandemia covid-19, com grande impacto negativo no mercado da comunicação social.



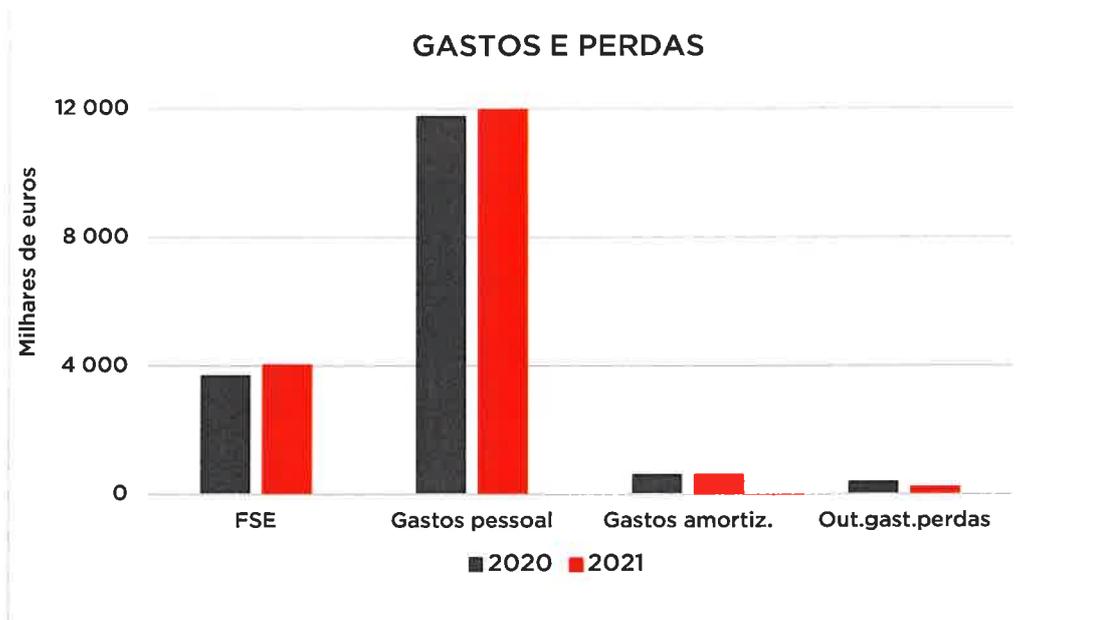
Gastos e Perdas

O total de gastos e perdas ascendeu a €16,8 milhões, o que reflete um acréscimo de €410 mil (2,5%) face ao ano transato. Para esta variação contribuíram principalmente os seguintes factos:

- Aumento de €354 mil (9,6%) dos fornecimentos e serviços externos como resultado, sobretudo, do crescimento dos gastos com serviços jurídicos em processos judiciais em curso, evidenciados na rubrica comissões e honorários, dos custos com deslocações, estadas e transportes por via da realização de grandes eventos políticos e desportivos nacionais e internacionais (alguns adiados do ano anterior, como os Jogos Olímpicos e o Campeonato da Europa de Futebol) e do aumento da cobertura de eventos públicos em 2021, de outros gastos relacionados com o aumento de atividade e dos gastos incorridos com a cobertura da Presidência Portuguesa da União Europeia. É importante referir que, devido à situação de confinamento, 2020 foi um ano de baixa atividade, pelo que é natural o aumento destes custos em 2021 para níveis anteriores à pandemia.
- Incremento nos gastos com pessoal de €213 mil (1,8%) como resultado, sobretudo, do descongelamento dos IRCT, nomeadamente a regularização da Avaliação de Desempenho, diuturnidades e progressões automáticas, do acréscimo das ajudas de custo com reportagens, por via da realização de grandes eventos e do aumento da

cobertura de outros eventos públicos, dos gastos com testagem covid-19 e da redução das baixas por doença e parto.

- A constituição de imparidades de clientes foi superior em 2020, dando origem a uma variação positiva de €109 mil.



Resultados

O resultado líquido, que ascendeu a €384 mil, apresentou, face ao período homólogo, um aumento de €308 mil (404,7%), como resultado, sobretudo, do acréscimo dos rendimentos e ganhos, designadamente o valor do contrato com o Estado, por via do aumento da Indemnização Compensatória e da diminuição do ajustamento, conforme anteriormente referido, as receitas próprias e as reversões.



Situação Patrimonial e Financeira

O ativo líquido, na ordem de €12,8 milhões, registou um aumento de €1,2 milhões relativamente ao ano transato, efeito essencialmente das seguintes variações:

- Diminuição de €364 mil nas dívidas de terceiros como resultado, fundamentalmente, do registo em 2020, na rubrica outros créditos a receber, do recebimento da inflação de 2018 referente ao Contrato com o Estado do triénio 2017/2019, que foi faturado em 2021.
- Aumento de €1,5 milhões em caixa e depósitos bancários.

O capital próprio na ordem de €5,7 milhões registou, face ao período homólogo, um acréscimo de €516 mil.

No passivo, no montante de €7,1 milhões, registou-se um aumento de €691 mil resultante das seguintes variações:

- Diminuição das provisões em €237 mil por via da anulação de provisões, da utilização de parte da provisão para responsabilidades com pré-reformados, em conjugação com reforços e a constituição de provisões para processos em curso.
- Acréscimo de €845 mil nas dívidas a terceiros, essencialmente por via do aumento das dívidas a fornecedores, da devolução do ajustamento da IC do Contrato com o Estado, resultante do exercício de 2021, de 2020 – neste caso, por via da correção do valor das pré-reformas no âmbito da auditoria da IGF e da devolução da inflação referente a 2018 -, e do triénio 2017-2019, e do consequente crescimento do valor do IVA a pagar na rubrica “Estado e outros entes públicos”.

(milhares de euros)

BALANÇO	2021	2020	VAR.
Ativo não corrente	7 362	7 409	-48
Dívidas de terceiros	1 590	1 954	-364
Diferimentos	348	260	88
Caixa e depósitos bancários	3 534	2 004	1 530
Total do Ativo	12 834	11 628	1 206
Capital Próprio	5 703	5 187	516
Passivo:	7 131	6 441	691
Passivo não corrente	360	598	-239
Dívidas a terceiros	6 652	5 807	845
Diferimentos	120	36	84
Total do Capital Próprio e do Passivo	12 834	11 628	1 206

Composição do Ativo e do Capital Próprio e Passivo





Principais Indicadores

Indicadores económico-financeiros (Milhares de euros)	2021	2020	Δ% 21/20
Rendimentos e ganhos operacionais	17 288	16 559	4
EBITDA	1 048	729	44
Resultado operacional	454	135	235
Resultado líquido	384	76	405
Resultado líquido por ação (euro)	0,18	0,04	405
VAB	12 789	12 734	0
Investimento	544	667	-18
Margem EBITDA	6%	4%	+ 2 p.p.
Margem Operacional	3%	1%	+ 2 p.p.
Margem líquida	2%	0%	+ 2 p.p.
VAB / Efetivo médio (euro)	52 631	52 838	0
Ativo líquido	12 834	11 628	10
Capital próprio	5 703	5 187	10
Capital social	5 324	5 324	-
Passivo	7 131	6 441	11
Rendibilidade do Capital Próprio (ROE)	7%	1%	+ 5 p.p.
Liquidez Geral	81%	72%	+ 9 p.p.
Autonomia Financeira	44%	45%	- 1 p.p.
Solvabilidade	80%	81%	- 1 p.p.
Cobertura do imobilizado	82%	78%	+ 4 p.p.

Recursos humanos	2021	2020	Δ% 21/20
Número de trabalhadores a 31 de dezembro	263	267	-1,5
Jornalistas	216	212	1,9
Assessores	3	3	-
Técnicos Superiores	13	13	-
Assistentes Administrativos	19	19	-
Assistentes Técnicos	2	1	100,0
Pessoal de Apoio	1	2	-50,0
Requisitados e Licenças sem Retribuição	8	7	14,3
Pré-reformados	1	10	-90,0
Efetivo médio ao serviço	243	241	0,8

Produção de notícias (n.º conteúdos)	2021	2020	Δ% 21/20
Foto	53 287	47 818	11,4
Áudio	11 076	9 226	20,1
Conteúdos mistos	1 883	2 009	-6,3
Texto	217 758	210 209	3,6
Vídeo	6 580	6 814	-3,4
Total	290 584	276 076	5,3

Riscos da atividade da empresa

A Empresa encontra-se exposta, essencialmente, aos seguintes riscos financeiros:

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade da Empresa encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio (vide Nota 3.1.11. do Anexo), relacionado, essencialmente, com as transações efetuadas com as delegações que tem no estrangeiro, em resultado do contrato de interesse público em vigor, com os recebimentos em moeda estrangeira de alguns clientes, e com os pagamentos a alguns fornecedores internacionais.

Foram utilizadas, em 31 de dezembro de 2021, as seguintes taxas de câmbio (câmbio de final do ano e câmbio médio), para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Moeda	2021	
	Câmbio no final do ano	Câmbio médio
AOA	0,0016	0,0016
USD	0,8829	0,8455
BRL	0,1585	0,1569
CFA	0,0015	0,0015
CNY	0,1390	0,1311
CVE	0,0091	0,0091
HKD	0,1132	0,1088
MOP	0,1099	0,1056
MZN	0,0140	0,0140
GBP	1,1901	1,1633

b) Risco de taxa de juro

A exposição da Empresa a este risco é muito reduzida.

c) Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber (cf. Nota 10 do Anexo). Para reduzir o risco de crédito, a Empresa tem políticas de concessão de crédito, com definição de limites de crédito por cliente e prazos de recebimento de 30 dias, como regra geral.

Em 2021, a crise da comunicação continuou a verificar-se, agudizada em virtude da situação pandémica posterior a março 2020. O prazo médio de recebimento situou-se nos 94 dias em 2021. Apesar do agravamento face aos 89 dias registados em 2020 e os 74 dias em 2019, é de salientar a recuperação relativamente aos valores registados durante 2021, que atingiram 127 dias no final do primeiro semestre. O risco de crédito é monitorizado regularmente com o objetivo de:

- Limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- Acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;

- Analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular através de reuniões com a Direção Comercial e a Direção de Áreas de Suporte, bem como com os assessores jurídicos sempre que necessário.

As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas considerando o critério económico e maximizando o critério fiscal e de acordo com:

- A análise da antiguidade das contas a receber;
- O perfil de risco do cliente;
- O histórico de relacionamento comercial e financeiro com o cliente;
- Acordos de pagamento existentes;
- As condições financeiras dos clientes.

O movimento nas perdas por imparidade das contas a receber encontra-se divulgado na Nota 17.1.

O Conselho de Administração considera que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente refletidas nas demonstrações financeiras, dado que sistematicamente são revistas.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de investimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

O contrato de prestação de serviços de interesse público estabelece uma contrapartida financeira mensal do Estado que permite satisfazer as necessidades de financiamento e minimizar a volatilidade nos recebimentos com origem nas receitas próprias. Apesar de, em 2021, não se ter verificado sempre o recebimento atempado, esta situação foi mitigada pelo facto de o valor do ajustamento da IC referente ao triénio ainda não ter sido devolvido.

Proposta de aplicação de resultados

Para o resultado líquido do exercício de 2021, no montante de €383.582, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

- Transferência de €19.179 para Reservas Legais;
- Transferência de €364.403 para a conta de Resultados Transitados.



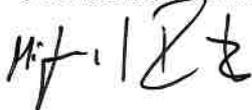
IV. Demonstrações financeiras

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2021	31/12/2020
Euros			
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	8	1 493 641	1 493 641
Edifícios e outras construções	8	4 584 753	4 735 408
Equipamento básico	8	633 108	780 292
Equipamento de transporte	8	3 333	13 333
Equipamento administrativo	8	28 951	32 023
Outros ativos fixos tangíveis	8	69 935	76 407
Investimentos em curso	8	123 577	244 456
<i>Subtotal ativos fixos tangíveis</i>		6 937 298	7 375 560
Ativos intangíveis			
Projetos de desenvolvimento	7	387 111	-
Outros investimentos financeiros			
IPPS-IUL	9	10 000	10 000
Fundo de compensação do trabalho		27 355	23 856
<i>Subtotal outros investimentos financeiros</i>		37 355	33 856
Total do ativo não corrente		7 361 764	7 409 416
Ativo corrente			
Clientes			
	10	1 244 706	1 146 948
Estados e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento			
Pagamentos por conta	11	18 147	68 553
Retenções efetuadas por terceiros	11	25 923	9 907
IVA	11	5 863	6 010
<i>Subtotal Estado e outros entes públicos</i>		49 933	84 470
Outros créditos a receber			
Pessoal	11	13 996	17 363
Devedores por acréscimos de rendimentos	11	-	181 700
Outros créditos a receber	11	253 548	113 417
Contrato com o Estado	11	28 024	410 362
<i>Subtotal outros créditos a receber</i>		295 568	722 842
Diferimentos			
	11	348 465	260 289
Caixa e depósitos bancários			
Depósitos bancários			
À ordem	4	3 520 316	1 991 798
Outros	4	8 833	8 188
Caixa	4	4 869	4 039
<i>Subtotal caixa e depósitos bancários</i>	4/19	3 534 018	2 004 025
Total do ativo corrente		5 472 690	4 218 574
TOTAL DO ATIVO		12 834 454	11 627 990

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2021	31/12/2020
Euros			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital Subscrito	12	5 324 225	5 324 225
Reservas legais	12	648 685	644 885
Resultados transitados	12	(1 007 020)	(1 087 063)
Excedentes de revalorização			
Antes de imposto sobre o rendimento	8/12	273 737	283 857
Impostos diferidos	6/12	(58 247)	(60 524)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio			
Subsídios ao investimento	20	137 019	4 651
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		1 057	1 057
		5 319 456	5 111 088
Resultado líquido do período		383 582	76 000
		5 703 038	5 187 088
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17.3	301 411	537 967
Passivos por impostos diferidos	6/16	58 247	60 524
Total do passivo não corrente		359 658	598 491
Passivo corrente			
Fornecedores	14	582 825	225 351
Estado e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento (IRC)	16	72 327	61 699
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	16	166 775	172 699
IVA	16	720 201	457 530
Contribuições para a segurança social	16	218 740	216 899
Outras tributações	16	805	777
Subtotal Estado e outros entes públicos		1 178 848	909 604
Outras dívidas a pagar			
Fornecedores de investimentos	14	382 352	394 341
Credores por acréscimos de gastos	16	1 721 240	1 702 983
Pessoal	16	1 189	2 695
Outras dívidas a pagar	16	161 758	156 522
Contrato com o Estado (Ajustamento da IC conforme nº5 da cláusula 8ª CPSNIP)	16	2 623 898	2 415 178
Subtotal outras dívidas a pagar		4 890 437	4 671 719
Diferimentos	16	119 648	35 737
Total do passivo corrente		6 771 758	5 842 411
		7 131 416	6 440 902
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		12 834 454	11 627 990

O Contabilista Certificado,



O Conselho de Administração,

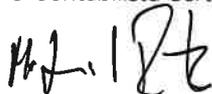




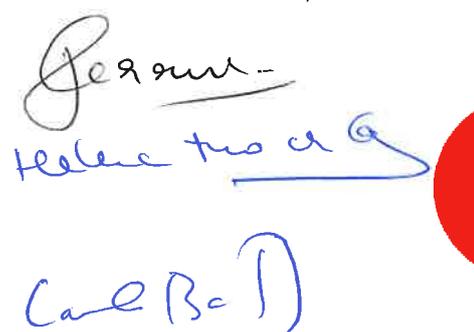
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados			
Contrato com o Estado	21	13 134 253	13 056 993
Ajustamento da IC conforme nº 5 da Cláusula B ¹ do CPSNIIP	11/16/21	(208 719)	(415 624)
Outras	21	3 906 597	3 781 489
Subtotal vendas e serviços prestados		16 832 131	16 422 858
Subsídios à exploração	20	19 359	23 843
Fornecimentos e serviços externos	23	(4 042 761)	(3 688 876)
Gastos com o pessoal			
Remunerações dos órgãos sociais	24	(160 292)	(129 826)
Remunerações do pessoal	24	(9 379 896)	(9 234 251)
Encargos sociais e outros	24	(2 434 825)	(2 397 850)
Subtotal gastos com o pessoal		(11 975 013)	(11 761 927)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Clientes	17.1/22	118 539	(171 618)
Subtotal imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		118 539	(171 618)
Provisões (aumentos/reduções)	17.3/22	72 334	(96 321)
Outros rendimentos			
Rendimentos suplementares	22.1	13 612	15 126
Rendimentos em investimentos não financeiros			
Sinistros	22.1	-	183
Outros			
Descontos	22.1	2 943	2 283
Diferenças de câmbio favoráveis	22.1	27 502	8 531
Reembolsos diversos	22.1	6 448	6 425
Diversos	22.1	33 022	56 257
Subtotal outros rendimentos		83 527	88 805
Outros gastos			
Impostos	22.2	(23 344)	(21 845)
Gastos em investimentos não financeiros			
Abates	22.2	(967)	(670)
Outros			
Quotizações	22.2	(20 137)	(24 385)
Outros não especificados			
Serviços bancários	22.2	(5 324)	(4 872)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	22.2	(7 008)	(34 594)
Multas e penalidades	22.2	(1 782)	(945)
Diversos	22.2	(1 569)	(763)
Subtotal outros gastos		(60 131)	(88 074)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 047 985	728 691
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Ativos fixos tangíveis	22.2	(546 712)	(593 279)
Ativos intangíveis	22.2	(47 655)	-
Subtotal gastos/reversões de depreciação e de amortização		(594 367)	(593 279)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		453 618	135 412
Juros e rendimentos similares obtidos			
De depósitos	25	14	10
Subtotal juros e rendimentos similares obtidos		14	10
Resultado antes de impostos		453 632	135 422
Imposto sobre o rendimento do período	6	(70 050)	(59 422)
Resultado líquido do período		383 582	76 000

O Contabilista Certificado,



O Conselho de Administração

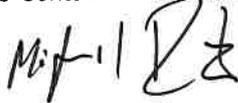


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	21	16 832 130	16 422 858
Custos das vendas e dos serviços prestados		(14 819 106)	(14 327 578)
Resultado bruto		2 013 024	2 095 280
Outros rendimentos	22	455 775	136 536
Gastos de distribuição		(316 411)	(431 420)
Gastos administrativos		(1 611 580)	(1 522 539)
Outros gastos		(87 176)	(142 435)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		453 632	135 422
Gastos de financiamento (líquidos)	25	-	-
Resultado antes de impostos		453 632	135 422
Imposto sobre o rendimento do período	6	(70 050)	(59 422)
Resultado líquido do período		383 582	76 000
Resultados por ação	26	0,18	0,04

Euros

O Contabilista Certificado,



O Conselho de Administração,



Carla B. D.
Helena T. de G.

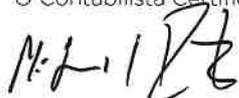
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Euros								
Descrição	Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Excedentes de revalorização	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 01 de janeiro de 2021	12	5 324 225	644 885	223 333	(1 087 063)	5 708	76 000	5 187 088
Alterações no período								
Ajustamentos de excedentes de revalorização	12	-	-	(10 120)	10 120	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	6	-	-	2 277	(2 277)	-	-	-
Aplicação de resultados	12	-	3 800	-	72 200	-	(76 000)	-
Subsídios ao investimento		-	-	-	-	132 366	-	132 366
		5 324 225	648 685	215 490	(1 007 020)	138 076	-	5 319 456
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	393 582	393 582
Resultado Integral		-	-	-	-	-	393 582	5 703 038
Operações com detentores de capital no período								
		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12	5 324 225	648 685	215 490	(1 007 020)	138 076	393 582	5 703 038

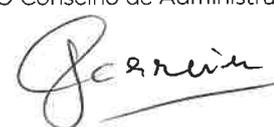
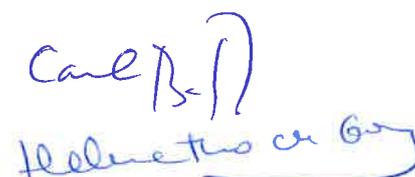
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

Euros								
Descrição	Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Excedentes de revalorização	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 01 de janeiro de 2020	12	5 325 000	612 133	231 176	(1 717 970)	33 142	655 042	5 138 522
Alterações no período								
Ajustamentos de excedentes de revalorização	12	-	-	(10 120)	10 120	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	6	-	-	2 277	(2 277)	-	-	-
Aplicação de resultados	12	-	32 752	-	622 290	-	(655 042)	-
Subsídios ao investimento		-	-	-	-	(27 433)	-	(27 433)
		5 325 000	644 885	223 333	(1 087 838)	5 708	-	5 111 088
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	76 000	76 000
Resultado Integral		-	-	-	-	-	76 000	5 187 088
Operações com detentores de capital no período								
Outras operações	12	(775)	-	-	775	-	-	-
		(775)	-	-	775	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12	5 324 225	644 885	223 333	(1 087 063)	5 708	76 000	5 187 088

O Contabilista Certificado,



O Conselho de Administração,

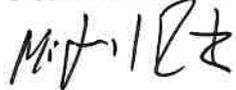



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

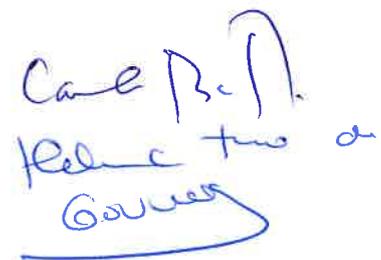
Euros

	NOTAS	PERÍODO	
		2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		21 543 983	19 962 838
Pagamentos a fornecedores		(2 757 236)	(2 844 744)
Pagamentos ao pessoal		(7 182 995)	(7 292 206)
Caixa gerada pelas operações		11 603 752	9 825 888
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		11 661	59 215
Outros recebimentos/pagamentos		(9 416 237)	(9 379 618)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		2 199 176	505 485
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(412 152)	(636 057)
Ativos intangíveis		(248 468)	-
Investimentos financeiros		(8 577)	(8 551)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	93
Investimentos financeiros		-	146
Juros e rendimentos similares		14	10
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(669 183)	(644 359)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		1 529 993	(138 874)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 004 025	2 142 899
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3 534 018	2 004 025

O Contabilista Certificado,



O Conselho de Administração,

V. Anexo

1. Introdução

A Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. ("Empresa") é uma sociedade anónima constituída em 31 de julho de 1997 e com sede em Lisboa, na Rua Dr. João Couto - Lote C.

A Lusa tem como atividade principal ser uma agência noticiosa, competindo-lhe assegurar uma informação factual, isenta, rigorosa e digna de confiança, prestando principalmente serviços de recolha de material noticioso ou de interesse informativo e o seu tratamento para difusão, divulgação do material recolhido, prestação ao Estado Português dos serviços de interesse público relativos à informação dos cidadãos e a prestação de serviços de telecomunicações de valor acrescentado no âmbito do exercício das atividades referidas, sendo esta atividade anteriormente desempenhada pela Agência Lusa de Informação - C.I.P.R.L., tendo a Empresa adquirido o estabelecimento comercial da referida cooperativa.

As demonstrações financeiras anexas, reportadas ao exercício económico de 12 meses, terminado em 31 de dezembro de 2021, são apresentadas em base individual.

A Empresa integra nas suas demonstrações financeiras as demonstrações financeiras da Lusa Brasil, apesar das operações da Empresa no Brasil se desenvolverem através de uma entidade que assume a forma jurídica de sociedade comercial, sob a denominação Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. ("Lusa Brasil") e formalmente independente da Empresa. No entendimento desta, aquela entidade na substância, corresponde efetivamente a uma delegação, que opera de forma similar às restantes delegações da Empresa, apenas tendo sido autonomizada juridicamente para cumprir com os requisitos específicos da legislação brasileira, razão pela qual se justifica a inclusão das demonstrações financeiras da mesma nas demonstrações financeira da Empresa. Durante o ano de 2021 continuou a ser executado o processo de encerramento da sucursal no Brasil e, à semelhança do ano anterior, não foi desenvolvida qualquer atividade operacional.

A 26 de março de 2021 foram aprovadas, em Assembleia Geral, as contas da Lusa relativas ao exercício de 2020.

O Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa para o triénio 2017-2019 terminou em 31 de dezembro de 2019. Em 2020 foram iniciadas reuniões com a tutela setorial no âmbito da elaboração do novo contrato. Na data de elaboração deste documento, o novo contrato, para o período 2022-2027, já se encontra assinado, tendo sido enviado ao Tribunal de Contas para a fiscalização prévia, sendo expectável que vigore em 2022, inclusive.

Em 21 de fevereiro de 2020 a RCM n.º 8-A/2020 aprovou a Indemnização Compensatória (IC) a atribuir à Lusa, em 2020, pelo cumprimento das obrigações do serviço noticioso e informativo de interesse público. A 10 de dezembro de 2020, para colmatar a inexistência de Contrato de Prestação de Serviço Público nesse ano, foi assinada Declaração de Compromisso, entre o Estado e a Lusa.

Em 8 de março de 2021 a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 15/2021 atribuiu à Lusa, a título de Indemnização Compensatória (IC), pelo cumprimento das obrigações do serviço noticioso e informativo de interesse público, para vigorar durante o 1.º semestre de 2021 ou até a entrada em vigor do Contrato com o Estado, um valor mensal de €1.346.260,92, até ao montante de €8.077.565,50, com IVA incluído.

Constatando-se a impossibilidade de assegurar a entrada em vigor do contrato no dia 1 de julho, foi elaborada a RCM n.º 107/2021, de 9 de agosto, que atribuiu à Lusa, a título de IC, um valor mensal de €1.346.260,92, até ao montante máximo de €8.077.565,50, com o IVA

incluído à taxa legal em vigor, pelo cumprimento das obrigações do serviço noticioso e informativo de interesse público do 2.º semestre.

A 16 de dezembro de 2021 o Conselho de Administração assinou uma Declaração de Compromisso, que visou colmatar a inexistência do Contrato de Prestação de Serviço Público para o ano de 2021. O documento foi objeto de análise técnica da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, após apreciação prévia pelo Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Média, e submetida superiormente, tendo tido aprovação do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, através do Despacho n.º 121/22 – SET, de 28 de janeiro.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração (CA) na sua reunião de 23 de fevereiro de 2022, sendo esta a data relevante para efeitos da autorização para divulgação das mesmas, embora tal divulgação dependa da sua aprovação pelos Acionistas, os quais podem determinar eventuais alterações, em sede de Assembleia Geral.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas em vigor à presente data.

O SNC estabelece que, sempre que as NCRF não deem resposta às necessidades dos utilizadores em termos de tratamento contabilístico de determinadas situações, estes deverão supletivamente recorrer, em primeiro lugar, às IFRS tal como adotadas pela União Europeia e, de seguida, às outras IFRS ainda não adotadas pela União Europeia.

2.2. Derrogações às disposições do SNC

Não foram expressamente derrogadas disposições do SNC que sejam suscetíveis de afetar materialmente a imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, resultados e fluxos de caixa da Empresa.

2.3. Conteúdos não comparáveis com períodos anteriores

Não aplicável.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Tendo em atenção o normativo definido no SNC, designadamente nas várias NCRF e Interpretações publicadas, apresentam-se de seguida as principais políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos ativos e passivos da Empresa.

3.1.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas, exceto no que se refere aos imóveis da Lusa, em que na sua mensuração é adotado o método da revalorização.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes (linha reta), de acordo com as taxas máximas legalmente fixadas no DR 25/2009, de 14 de setembro, alterado pelo DR 4/2015, de 22 de abril e respetivas vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	20 - 50
Equipamento básico	3 - 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 8

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2000, a Empresa efetuou uma reavaliação livre das frações detidas àquela data no "Edifício Lusa", registadas nas rubricas "Terrenos e recursos naturais" e "Edifícios e outras construções", com base em avaliações do seu valor de mercado.

No exercício de 2013, procedeu-se a uma revisão dos valores dos imóveis, tendo em vista a adequação do seu valor ao valor de mercado. As avaliações foram efetuadas por avaliadores independentes e o seu resultado encontra-se refletido na Nota 8.

3.1.2. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem projetos de desenvolvimento, estão registados ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado:

	<u>Anos</u>
Projetos de desenvolvimento	3

3.1.3. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros estão mensurados ao custo de aquisição deduzido de imparidades, quando existentes.

3.1.4. Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como:

- Locação financeira, se através deles forem transferidos para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à posse; e
- Locação operacional, se através deles não forem transferidos para a Empresa todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira - através dos quais são transferidas para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à sua posse - bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, os juros são incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo são registadas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.



3.1.5. Instrumentos financeiros

3.1.5.1. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável.

3.1.5.2. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, vencíveis a menos de 3 meses e imediatamente mobilizáveis.

3.1.5.3. Fornecedores e dívidas a pagar

As dívidas a pagar fornecedores e outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

3.1.6. Imparidades sobre dívidas a receber

Foram constituídas imparidades relativas a dívidas a receber de clientes e de outros devedores, de acordo com a expectativa de perdas a incorrer na sua cobrança, não só tendo em consideração o critério fiscal, mas essencialmente o critério económico (Nota 17.1.).

3.1.7. Especialização dos exercícios

Os réditos e gastos são reconhecidos no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos gerados são registadas nas rubricas de "devedores e credores por acréscimos" e "diferimentos".

3.1.8. Subsídios

Os subsídios do Governo são reconhecidos pela Empresa nas suas demonstrações financeiras apenas no momento em que são recebidos ou quando existe razoável certeza de que a Empresa cumprirá as condições a eles associados, tendo em atenção as disposições previstas na NCRF 22 - Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação dos Apoios do Governo.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em resultados de forma sistemática, durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

Os subsídios ao investimento, quando ocorrem, são inicialmente registados em capitais próprios, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil do respetivo ativo subsidiado.

3.1.9. Rédito

O rédito apenas é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos inerentes à transação fruem para a Empresa e quando é possível apurar o seu valor com fiabilidade, sendo registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquido de descontos e de devoluções expectáveis, tendo em atenção o princípio da especialização.



A Empresa regista os montantes que lhe são atribuídos, para fazer face aos custos que incorre com serviços de interesse público, relacionados com o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa, na rubrica de "Prestações de serviços" do exercício a que dizem respeito, de acordo com a especialização dos exercícios.

3.1.10. Imposto sobre o rendimento, incluindo impostos diferidos

O imposto do rendimento do exercício é constituído por imposto corrente e por imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 25.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem sido preenchidas as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.1.11. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os efeitos decorrentes de alterações em taxas de câmbio são tratados de acordo com o disposto na NCRF 23.

Neste sentido, as transações em moeda estrangeira são registadas no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional (Euro), pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes nas datas de cobrança, pagamento ou à data do balanço, são registadas em resultados do período em que ocorrem.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras das delegações, expressas em moeda estrangeira foram incluídas na demonstração dos resultados nas rubricas de resultados operacionais. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efetuada considerando as seguintes taxas de câmbio: i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os ativos e passivos monetários, ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados e iii) taxa de câmbio histórica para converter os ativos e passivos não monetários e as rubricas de capital próprio.

Os valores constantes das demonstrações financeiras da Delegação do Brasil, expressos em Reais, foram convertidos para Euros com base na aplicação do método da taxa histórica. Assim, e com base nesse método, as taxas de câmbio (Real/Euro) utilizadas foram as seguintes:



Taxas históricas	2021	2020
janeiro	0,1536	0,2173
fevereiro	0,1528	0,2113
março	0,1487	0,1855
abril	0,1503	0,1731
maio	0,1551	0,1627
junho	0,1648	0,1715
julho	0,1642	0,1651
agosto	0,1616	0,1554
setembro	0,1614	0,1571
outubro	0,1558	0,1511
novembro	0,1577	0,1555
dezembro	0,1567	0,1596
Taxa de fecho	0,1585	0,1569
Taxa média do ano	0,1569	0,1721

3.1.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando e somente quando, a Empresa teme uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um acontecimento passado em que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões existentes respeitam a processos em curso, cujos montantes foram determinados com base na estimativa que a Empresa e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade nomeadamente: provisões com processo de avaliação de desempenho, precários, processos em litigância de clientes, processos fiscais e a provisões com pré-reformas (cf. Nota 17.3).

3.1.13. Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no Anexo quando é expectável a existência de um benefício económico futuro.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

3.1.14. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Não aplicável.

3.3. Juízos de valor na aplicação das políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamentos no período contabilístico seguinte

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.5. Principais fontes de incertezas das estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 incluem, essencialmente, as vidas úteis dos ativos, a análise de imparidades e provisões.

As estimativas foram baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

4. Fluxos de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa evidenciados em balanço não estão afetados por quaisquer condicionantes suscetíveis de afetar a sua utilização futura.

O detalhe dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é o seguinte:

Natureza	2021	2020
Depósitos à ordem	3 520 316	1 991 798
Caixa (dinheiro em caixa)	4 869	4 039
Depósitos a prazo	8 833	8 188
Total de caixa e seus equivalentes	3 534 018	2 004 025

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, estimativas nem foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores.



6. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), nos termos do artigo 87º do código do IRC, à taxa de 21%. A tributação é acrescida de Derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

No exercício de 2021, a taxa nominal de imposto poderá variar entre 22,5% e 31,5% dependendo do valor do lucro tributável ("LT") apurado, o qual será tributado às seguintes taxas:

- Taxa de IRC: 21% sobre o LT;
- Derrama municipal: 1,5% sobre o LT;
- Derrama estadual: 3% sobre o LT se €1.500.000 < LT ≤ €7.500.000, 5% sobre o LT se €7.500.000 < LT ≤ €35.000.000 e 9% sobre se LT > €35.000.000.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa encontra-se adicionalmente sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no referido artigo.

Os prejuízos fiscais ("PFR") são reportáveis durante um período de 5 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esses exercícios. Adicionalmente, a dedução dos PFR está limitada a 70% do lucro tributável, independentemente dos exercícios de tributação em que tenham sido apurados.

De acordo com o n.º 3 do art.º 11 do Orçamento do Estado Suplementar para 2020, foi criado um regime especial de dedução dos prejuízos fiscais que venham a ser apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021, e relativamente aos prejuízos fiscais que se encontrem em reporte no primeiro dia do período de tributação de 2020. Neste sentido, o prazo de reporte passa a ser de 12 anos para os prejuízos fiscais de 2020 e 2021. O limite de 70% para dedução ao lucro tributável é elevado para 80%, sempre que essa diferença resulte da dedução de prejuízos fiscais da dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021. Relativamente aos prejuízos fiscais em reporte no primeiro dia do período de tributação de 2020, a contagem do seu prazo de reporte fica suspensa durante os períodos de tributação de 2020 e 2021, traduzindo-se num aumento de 2 anos do prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados em 2014 e anos seguintes.

Em 31 de dezembro de 2021, não existiam prejuízos fiscais reportáveis.

Desde 1 de janeiro de 2004 a Empresa deixou de aplicar o regime previsto no Artigo 23.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (CIVA), pelo facto do valor do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público celebrado com o Estado ter passado a estar sujeito a IVA à taxa normal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2021 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Ações de inspeção

i) No início de 2021 iniciou-se uma ação de inspeção por parte da Autoridade Tributária (AT) relativa às declarações de IRC respeitantes aos exercícios de 2018 e 2019 que ainda se encontra a decorrer, tendo sido enviada toda a informação solicitada até ao momento.

ii) Após a conclusão das ações de inspeção efetuadas por parte da Autoridade Tributária (AT) até ao término do exercício de 2019, encontram-se encerrados todos os anos anteriores a 2017 em termos de matéria fiscal.

iii) Durante o exercício de 2015, a Empresa foi objeto de uma ação de inspeção por parte da Autoridade Tributária (AT) relativa às declarações de IRC respeitantes aos exercícios de 2011 e 2012, tendo sido notificada a pagar €910.728, incluindo juros e coimas, conforme seguidamente discriminado:

Descrição	2011	2012	Total
Capital	87 140	731 895	819 035
Juros:			
Compensatórios	11 726	78 678	90 404
Mora	89	824	913
Coimas	188	188	376
Total	99 143	811 585	910 728

Relativamente à declaração de IRC de 2011, a AT não aceitou como custo fiscal o desreconhecimento do Arquivo de Imagem e a provisão constituída para o processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002.

Analisada a fundamentação apresentada no Projeto de Relatório de Inspeção Tributária, a Empresa entendeu não contestar a decisão relativa à provisão, mas discordou da mesma quanto ao desreconhecimento do Arquivo Imagem.

No que respeita à declaração de IRC de 2012, a AT não aceitou como custo fiscal o desreconhecimento de ativos relativos a dívidas reclamadas judicialmente ao Estado e a anulação de faturação a entidades institucionais. Neste caso, a Empresa entendeu não contestar a decisão da AT.

Assim, a Empresa deu conhecimento do seu entendimento à AT e, simultaneamente, entregou as declarações de substituição respeitantes aos exercícios de 2011 e 2012, tendo em dezembro de 2015 pago o imposto devido. Em 2016, quando notificada a Empresa pagou os correspondentes juros, dos quais foi constituída provisão para acautelar o risco associado no Balanço a 31 de dezembro de 2015.

No decurso de 2016, a Empresa recebeu o Relatório de Inspeção Tributária que manteve as conclusões do Projeto de Relatório e foi notificada para pagar capital e juros relativos ao desreconhecimento do Arquivo Imagem, no montante de €706.850. A diferença entre o valor da provisão (€708.037) e o valor da notificação da AT, no montante de €1.187, resulta do facto de não ter sido possível conciliar o valor da AT.

Em agosto de 2016, e apesar de ter sido pago à AT o montante relativo a este processo, tendo revertido na totalidade a provisão constituída no exercício anterior, a Empresa apresentou contestação ao mesmo. Idêntica ação foi utilizada pela Empresa, tendo contestado também o processo de desreconhecimento de ativos relativos a dívidas ao Estado.

No final de agosto de 2017 foi recebida a decisão final da AT tendo sido proferido o indeferimento à reclamação graciosa apresentada pela Lusa no ano de 2016. Perante este despacho o Conselho de Administração decidiu não impugnar judicialmente nem recorrer hierarquicamente à AT desta decisão.

iv) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Empresa foi notificada pela Administração Fiscal a pagar, aproximadamente, €2,6 milhões (excluindo juros e coimas), em resultado de revisões efetuadas em sede de IVA a determinadas transações ocorridas nos

exercícios de 2001 e 2002. A Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que as mesmas não têm fundamento. O processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002 encontrava-se em fase de recurso, após o Tribunal Tributário de Lisboa, em julho de 2011, ter julgado improcedente a ação da Lusa. Para acautelar esta contingência, foi constituída uma provisão em dezembro de 2011.

Em 15 de dezembro de 2016, a Empresa aderiu ao Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado, "PERES" na modalidade de pagamento em 36 prestações, aprovado pelo Dec. Lei n.º 67/2016 de 3 de novembro, por forma a regularizar a situação tributária acima descrita. Neste sentido, a provisão que havia sido constituída em 2011 foi revertida. Por outro lado, foi englobado no processo n.º 3271200401017896 o montante total de €3.956.286 dos quais €1.354.896 referem-se a custas, juros de mora e compensatórios, que foram objeto de um benefício de 80% no valor de €1.056.856. A 31 de dezembro de 2019 as 36 prestações acordadas encontravam-se pagas tendo sido liquidado o montante de €200.897 no decorrer de 2019, correspondente às 9 últimas prestações. A garantia bancária apresentada foi cancelada e o processo de execução fiscal extinto.

Impostos diferidos

Conforme referido na Nota 3.1.10., o imposto sobre o rendimento do exercício foi apurado de acordo com o preconizado na NCRF 25 – Impostos Sobre o Rendimento. Na mensuração do custo de imposto, além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de imposto corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de imposto e o lucro tributável originadas no exercício ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data de balanço.

O montante de imposto, quer corrente, quer diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos em reservas, é registado diretamente nestas rubricas não afetando o resultado do exercício.

À data de balanço, os impostos diferidos são atualizados por eventuais alterações na taxa de tributação que se espera estar em vigor à data da sua reversão, bem como por eventuais alterações na legislação fiscal relevante.

Tal como estabelecido na referida NCRF, são reconhecidos ativos por impostos diferidos, sempre que exista razoável segurança de que possam vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro ou quando existam impostos diferidos passivos, cuja reversão seja expectável no mesmo exercício dos impostos diferidos a constituir.

No cálculo dos impostos diferidos não se procedeu ao reconhecimento dos ativos por impostos diferidos associados a imparidades de dívidas a receber, por se considerar que existe o risco de não serem recuperáveis.



a) Reconciliação da taxa de imposto

	2021	2020
Resultado antes de impostos	453 632	135 422
Imposto sobre o Rendimento das pessoas coletivas	22,5%	22,5%
Débito de imposto esperado	102 067	30 470
Diferenças permanentes (i)	(209 436)	(128 553)
Ajustamentos à colecta (ii)	37 319	38 661
Imposto sobre o rendimento do exercício	(70 050)	(59 422)
Imposto corrente (Nota 16)	72 327	61 699
Imposto diferido gerado no exercício	(2 277)	(2 277)
	70 050	59 422

(i) Este montante tem a seguinte composição:

Multas e outras penalidades	1 761	940
Provisões líquidas	236 556	208 914
Outras correções, líquidas	(1 169 143)	(781 201)
	(930 826)	(571 346)
Taxa nominal de imposto	22,5%	22,5%
	(209 436)	(128 553)

(ii) Os ajustamentos à coleta resultam dos gastos que no âmbito da legislação em vigor são tributados autonomamente.

b) Movimento dos impostos diferidos

2021	Saldo inicial	Ajustamentos	Constituição/ Reversão	Saldo final
Impostos diferidos passivos (i) (Nota 16):				
Excedentes de revalorização	60 524	-	(2 277)	58 247
	60 524	-	(2 277)	58 247

(i) à taxa de imposto de 22,5%

2020	Saldo inicial	Ajustamentos	Constituição/ Reversão	Saldo final
Impostos diferidos passivos (i) (Nota 16):				
Excedentes de revalorização	62 801	-	(2 277)	60 524
	62 801	-	(2 277)	60 524

(i) à taxa de imposto de 22,5%

7. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2021		Projetos de desenvolvimento
Ativo bruto		
Saldo em 31 de dezembro de 2020		633 758
Aquisições		106 300
Transferências		328 466
Abates		(633 758)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		434 766
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade		
Saldo em 31 de dezembro de 2020		(633 758)
Reforços		(47 655)
Regularizações por alien, transf e abates		633 758
Saldo em 31 de dezembro de 2021		(47 655)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2021		387 111

No decurso do ano de 2021, efetuou-se o abate dos projetos de desenvolvimento obsoletos e que se encontravam totalmente amortizados, no montante de 633.758 euros.

8. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2021	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1 493 641	7 960 163	3 048 443	203 452	461 588	3 057 365	244 456	17 269 108
Aquisições	-	33 555	125 167	-	6 870	24 315	247 976	437 883
Transferências	-	17 300	23 089	-	-	-	(368 855)	(328 466)
Abates	-	-	(6 893)	-	(4 372)	-	-	(11 265)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1 493 641	8 011 018	3 989 806	203 452	464 086	3 081 680	123 577	17 367 260
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(3 224 756)	(3 068 151)	(190 119)	(429 564)	(2 980 958)	-	(9 893 548)
Reforços	-	(201 509)	(294 473)	(10 000)	(9 942)	(30 787)	-	(546 711)
Regularizações por alien, transf e abates	-	-	5 926	-	4 371	-	-	10 297
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(3 426 265)	(3 356 698)	(200 119)	(435 135)	(3 011 745)	-	(10 429 962)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2021	1 493 641	4 584 753	633 108	3 333	28 951	69 935	123 577	6 937 298

No decurso do ano de 2021, procedeu-se o abate de bens descontinuados que faziam parte, na sua maioria, do equipamento básico e do equipamento administrativo. O valor líquido contabilístico de €967 refere-se equipamento fotográfico e equipamento ar condicionado.

Em 2021, o aumento na rubrica de "Equipamento básico" resultou, sobretudo, da aquisição de equipamento informático com destaque para portáteis de modo a assegurar condições de teletrabalho, equipamento audiovisual e televisões. O aumento na rubrica de "Edifícios e outras construções" resultou de obras de beneficiação e de conformidade com recomendações ligadas à saúde pública nas infraestruturas do edifício da Lusa, na delegação de Díli, por força da ocorrência de graves cheias em 2021. O aumento na rubrica "Equipamento Administrativo" justifica-se pela aquisição de diverso material de escritório, com destaque para a aquisição de bastidores e de diverso material apoio de cozinha.

Por último, de referir que o valor registado em “Outros Ativos Fixos Tangíveis” respeita à migração do software Luna para uma nova infraestrutura e às melhorias na estrutura tubular do sistema de iluminação do estúdio.

O valor da rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” refere-se essencialmente ao serviço de instalação e migração de servidores, ao desenvolvimento e manutenção da solução de planeamento e controlo orçamental.

31 de dezembro de 2020	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1 493 641	7 750 736	3 643 472	203 452	445 930	3 036 010	102 600	16 675 840
Aquisições	-	81 751	224 055	-	16 315	21 482	323 339	666 941
Transferências	-	127 677	53 806	-	-	-	(181 483)	-
Abates	-	-	(72 989)	-	(657)	(127)	-	(73 673)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1 493 641	7 960 163	3 848 443	203 452	461 588	3 057 365	244 456	17 269 108
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade								
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(3 044 366)	(2 827 527)	(165 151)	(423 350)	(2 912 606)	-	(9 373 000)
Reforços	-	(180 390)	(312 570)	(24 968)	(6 872)	(68 479)	-	(593 279)
Regularizações por alien, transf e abates	-	-	71 946	-	657	127	-	72 730
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(3 224 756)	(3 068 151)	(190 119)	(429 564)	(2 980 958)	-	(9 893 549)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2020	1 493 641	4 735 408	780 292	13 333	32 023	76 407	244 456	7 375 560

A Lusa adota o método da revalorização na mensuração dos imóveis que compõem o ativo fixo tangível, abaixo discriminados:

- Em Portugal: “Edifício Lusa”, em Lisboa, correspondente à sede da Empresa, sito na R. Dr. João Couto, Lote C, Lisboa, constituído por 10 frações (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J), distribuídas por 9 andares;
- Em Díli – Edifício em terreno arrendado (não propriedade da Lusa) na Avenida de Portugal, Díli, em Timor-Leste.

“Edifício Lusa” em Lisboa

Em 2000 foram fixados os primeiros montantes revalorizados para o “Edifício Lusa”, em Lisboa.

Em 31 de dezembro de 2012 os valores relativos ao “Edifício Lusa”, em Lisboa, eram os seguintes:

Custo aquisição do terreno	Custo aquisição do edifício	Total custo aquisição
1.445.059,24	6.662.331,49	8.107.390,73

Reavaliação terreno ano 2000	Reavaliação edifício ano 2000	Valor terreno após reavaliação	Valor bruto edifício após reavaliação	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor líquido Contabilístico 31.12.2012
219.698,02	831.369,39	1.664.757,26	7.493.700,88	1.989.985,82	7.168.472,32

No exercício de 2013, procedeu-se a uma revisão dos valores dos imóveis.

Com base em relatório de avaliação do “Edifício Lusa”, em Lisboa, realizado por avaliador independente, procedeu-se a uma nova revalorização, na circunstância, com diminuição do valor, tendo sido adotados os seguintes procedimentos:

- O novo valor, de €6.566.175, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;

- O gasto de depreciação do exercício de 2013 foi, assim, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- A repartição do novo valor resultante da avaliação foi dividido numa parcela relativa ao terreno e noutra respeitante ao edifício, tendo sido adotada, na repartição, as taxas que refletiam a divisão em 31 de dezembro de 2012 do valor do imóvel, líquido de depreciações do edifício, sem a consideração de qualquer prévia revalorização: 22,75% para o terreno e 77,25% para a edificação (valor atribuído contabilisticamente aquando da aquisição e valor de obras subsequentes registadas como ativo fixo tangível, líquidos de depreciações acumuladas, procurando, deste modo, albergar o natural decréscimo do valor do edifício, pela passagem do tempo);
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes corresponderam à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

Neste contexto, resultou a seguinte expressão contabilística do imóvel “Edifício Lusa”, em Lisboa, em 31 de dezembro de 2013:

Novo valor do terreno	Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
1.493.641,23	6.956.824,11	1.884.290,34	6.566.175,00	143.817,26	6.422.357,74

Estas alterações implicaram que a reserva de revalorização não realizada tenha passado para €211.165 (a reserva de revalorização no termo de 2012 era de €815.868, incluindo uma parte realizada de €235.199) e o passivo por impostos diferidos tenha ficado em €39.641 (€163.868 no termo de 2012).

As rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções” englobam as frações do “Edifício Lusa” que foram cedidas a título definitivo pelo Estado Português pelo montante global de €2.982.811, de acordo com o Auto de Cessão da Direção-Geral do Património, de 25 de novembro de 1997, e de acordo com a Portaria n.º 995/97, de 26 de novembro.

De acordo com a legislação supra referida, e nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70 de 13 de março, se aos bens cedidos não for dado o destino que justificou a cessão, ou se o cessionário culposamente deixar de cumprir qualquer condição ou encargo, o Secretário de Estado do Tesouro pode, ouvido o cessionário, ordenar a reversão dos bens cedidos, para o domínio do Estado, não tendo o cessionário direito, salvo caso de força maior, à restituição de importâncias pagas ou à indemnização por benfeitorias realizadas, sendo que o direito de reversão só pode ser exercido dentro de um ano, a contar do conhecimento oficial do facto que lhe deu causa.

Em 2018, foram efetuadas avaliações por entidades independentes, para todos os imóveis da Empresa. Relativamente ao “Edifício Lusa”, em Lisboa, apesar do valor ser superior ao registado contabilisticamente, optou-se por não se considerar a referida valorização, por uma questão de prudência. Na base desta decisão esteve, por um lado, não se considerar que o valor fosse sustentável a médio prazo e, por outro, o facto da avaliação do imóvel considerar que “não existem quaisquer constrangimentos à livre transação em mercado imobiliário aberto entre um comprador e um vendedor potenciais, não tendo ambos, limitações ou constrangimentos que derivem de interesses específicos no imóvel, estatutos jurídicos condicionantes ou limitativos”, não considerando o previsto no auto de cessão da Direção Geral do Património de 25 de novembro de 1997, nem o facto de metade das frações do imóvel estarem oneradas e condicionadas.



Edifício em Díli

O valor do edifício de Díli foi inicialmente, igualmente, registado ao custo histórico, líquido de depreciações. Procedeu-se, também, a uma avaliação por avaliador independente, da qual resultou um aumento do montante contabilístico.

Deve referir-se que, em Díli, a propriedade do terreno não é da Lusa, pagando esta uma renda pela sua ocupação mediante a edificação.

Em 31 de dezembro de 2012 os valores relativos ao imóvel de Díli eram os seguintes:

Ano aquisição	Valor do edifício	Total bruto 31.12.2012	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2012
31-12-2002	295.429,07	295.429,07	59.578,18	235.850,89

Os procedimentos de registo da revalorização foram os seguintes:

- O valor da avaliação foi de €496.778, conversão do montante de \$680.785 à taxa de final do ano de 2013;
- Àquele valor atribuído ao imóvel foi, todavia, efetuada uma dedução, de €124.343, para, prudentemente, acautelar a hipótese de o valor da avaliação poder conter total ou parcialmente o valor do terreno, sendo aquele montante o valor atual das rendas futuras, em perpetuidade, tendo por base uma taxa de atualização de 10%;
- Obteve-se, assim, um valor de €372.435 para o edifício;
- O valor do edifício assim obtido, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação do exercício de 2013 foi, como nos outros casos, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes corresponderam à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

Neste contexto, resultou a seguinte expressão contabilística do imóvel de Díli, em 31 de dezembro de 2013:

Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
466.515,73	94.080,67	372.435,06	9.330,31	363.104,74

Estas alterações implicaram a constituição de reserva de revalorização não realizada de €133.162 e um passivo por impostos diferidos de €41.078.

Em 2018, conforme referido em 3.1.1 foram efetuadas avaliações por entidades independentes para todos os imóveis da Empresa. Relativamente ao Edifício em Díli considerou-se que o valor apurado não é materialmente diferente do valor registado contabilisticamente, pelo que se optou por não refletir contabilisticamente qualquer valorização.

Assim, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a valorização dos imóveis é a seguinte:

Em 31 de dezembro de 2021, os valores respeitantes aos imóveis têm a seguinte decomposição:

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz	Imposto Diferido
Lisboa	1 493 641	7 522 909	3 244 014	4 278 896	5 772 537	167 949	26 682
Dili	-	477 710	178 873	298 837	298 837	105 788	31 565
Maputo (a)	-	10 399	3 380	7 019	7 019	-	-
Totais	1 493 641	8 011 019	3 426 266	4 584 752	6 078 394	273 737	58 247

(a) Obras de benfeitorias na delegação de Maputo

Em 31 de dezembro de 2020, os valores respeitantes aos imóveis têm a seguinte decomposição:

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz	Imposto Diferido
Lisboa	1 493 641	7 483 249	3 053 693	4 429 556	5 923 197	174 647	28 189
Dili	-	466 516	168 723	297 793	297 793	109 211	32 335
Maputo (a)	-	10 399	2 340	8 059	8 059	-	-
Totais	1 493 641	7 960 163	3 224 756	4 735 408	6 229 049	283 857	60 524

(a) Obras de benfeitorias na delegação de Maputo

9. Outros investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo de aquisição e, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram registados os seguintes movimentos:

Investimentos financeiros	2021	2020
IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais	10 000	10 000
FCT - Fundo de Compensação do trabalho	27 355	23 856
Total	37 355	33 856

EPA – European Pressphoto Agency - entidade criada para a prestação de serviços de fotografia e imagem. A participação da Lusa refere-se a sete ações, no valor nominal de €15 mil cada, que representam 1,37% do respetivo capital social e encontra-se contabilizada ao custo de aquisição, deduzida da perda por imparidade constituída nos anos de 2015 e 2019. De realçar que durante o ano 2014 houve uma redução do valor unitário da ação, conforme minutas da Assembleia Geral da EPA realizada a 31 de julho de 2014. Em 2014, o valor nominal de cada ação era de €20 mil, representando 1,89% do respetivo capital social. Dado os resultados apresentados e auditados em 2018 e o plano de negócios que estimava a continuação de prejuízos em 2019, foi decidido efetuar a imparidade pelo valor remanescente de €105.000, estando, assim, a participação com uma imparidade a 100%.

IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais - entidade que tem por objeto a produção, transmissão e transferência de conhecimento científico e técnico que proporcione valor económico, social e cultural à sociedade, de modo a contribuir para a promoção de uma elevada qualidade na conceção, avaliação, regulação, supervisão e concretização das políticas públicas e de intervenção social, tendo em vista o bem-estar das populações, bem como na gestão e desenvolvimento das instituições públicas e das organizações não-governamentais. A Lusa detém uma unidade de participação do capital da entidade, no montante de €10.000.

O valor do fundo de compensação do trabalho visa garantir ao trabalhador uma parte das compensações (até 50%) a que ele tem direito em caso de cessação do contrato de trabalho,

Handwritten signatures and initials:
 A. [Signature]
 J. [Signature]

a todos os contratos celebrados após 1 de outubro de 2013, que no caso da Lusa correspondiam a 52 e 47 trabalhadores em 2021 e 2020, respetivamente.

10. Clientes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2021			2020		
	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável
Clientes c/c	1 244 706	-	1 244 706	1 146 948	-	1 146 948
Clientes - cobrança duvidosa	504 185	(504 185)	-	722 287	(722 287)	-
	1 748 891	(504 185)	1 244 706	1 869 235	(722 287)	1 146 948

O montante das perdas por imparidade acumuladas está detalhado na Nota 17.1.

11. Outros ativos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2021	2020
Outros ativos correntes:		
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (a)	44 070	78 460
IVA	5 863	6 010
Pessoal	13 996	17 363
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	181 700
Outros créditos a receber:		
Outros créditos a receber	253 548	113 417
Contrato com o Estado (Atualização da inflação de acordo com o contrato de prestação de serviço público - 2017/2019, cf cláusula 8ª, nº4)	-	382 338
Verba a receber por parte do Estado (Contrato de Prestação de Serviço Público)	28 024	28 024
Gastos a reconhecer	348 465	260 289
	693 966	1 067 601
(a) O montante de IRC tem a seguinte composição:		
Pagamentos por conta	18 147	68 553
Retenções na fonte	25 923	9 907
	44 070	78 460

O montante de €382.338 tem por base o número 4 da Cláusula 8.ª do Contrato com o Estado - "o montante da indemnização compensatória será atualizado anualmente, tendo por base a taxa oficial de inflação verificada em Portugal (...)". Nesse sentido, no final de 2019, a Lusa emitiu uma fatura referente ao valor da inflação da IC relativa a 2019, com base na taxa de inflação de 2017 (1,4%) e de 2018 (1%), no valor de €311 mil (sem IVA), para o contrato do triénio 2017-2019. Este montante foi recebido no início de 2021.

Na rubrica "Devedores por acréscimos de rendimentos", o montante de €181.700, registado em 2020, diz, essencialmente, respeito ao acréscimo de rendimentos referente à inflação de 2018 relativa ao contrato com o Estado, recebida em 2021.

Em 2020, foi reconhecido o valor a receber por parte do Estado, no montante de €28.024, dado que o custo do serviço público do ano foi superior ao valor da indemnização compensatória de 2020 (cf. Nota 21).

12. Capital próprio

Composição do Capital

Em 31 de dezembro de 2021 o capital da Empresa é de €5.324.225, totalmente subscrito e realizado, e era composto por 2.126.690 ações com o valor nominal de €2,5 cada.

Em 2020 foi efetuada uma amortização de 310 ações no valor de €775, com redução do capital social da Lusa, conforme o artigo 347.º do CSC, como resultado da insolvência do acionista "O Primeiro de Janeiro, S.A.". Neste sentido foram também alterados os Estatutos da Lusa.

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2021:

NOME	%	MONTANTE
DIREÇÃO GERAL DO TESOUREIRO E FINANÇAS	50,15	2 670 000
GLOBAL MEDIA GROUP	23,36	1 243 550
PÁGINAS CIVILIZADAS, LDA.	22,35	1 190 160

A 31 de dezembro de 2021, a Empresa Páginas Civilizadas, Lda., procedeu à aquisição das 476.074 ações escriturais, cada uma com o valor nominal de €2,5 detidas até então pela Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso da liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis

No decurso do exercício de 2013, a Empresa efetuou uma reavaliação livre aos imóveis da Lusa, registadas nas rubricas "Terrenos e recursos naturais" e "Edifícios e outras construções", com base em avaliações do seu valor de mercado, de que resultou um saldo em 31 de dezembro de 2013 de excedente de revalorização de €1.542.857.

Desde o exercício de 2015 que o excedente de revalorização evidencia uma diminuição significativa face ao ano de 2013, em resultado da alienação do imóvel de Macau em 2015. O montante do excedente de revalorização apresentado em 2021 e 2020 ascendeu a €215.490 e €223.333, respetivamente.

Resultados transitados

As variações registadas no Capital Próprio em 2021, encontram-se detalhadas nas Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, no capítulo IV - Demonstrações Financeiras.

Aplicações de resultados

Na reunião de Assembleia Geral realizada a 26 de março de 2021 foi deliberado que o resultado líquido positivo de €76.000, referente ao exercício económico findo em 31 de dezembro 2020, fosse transferido para Reservas Legais o montante de €3.800 e €72.200 para a rubrica de Resultados Transitados.

Na reunião de Assembleia Geral realizada a 3 de junho de 2020 foi deliberado que o resultado líquido positivo de €655.042, referente ao exercício económico findo em 31 de dezembro 2019, fosse transferido para Reservas Legais o montante de €32.752 e €622.290 para a rubrica de Resultados Transitados.

13. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existem valores em dívida com instituições de crédito.

14. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2021	2020
Fornecedores	582 825	225 351
Fornecedores de investimentos	382 352	394 341
	965 177	619 692

15. Locações financeiras e Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2021 a Empresa não mantinha contas a pagar relativas a contratos de locação financeira.

Em 31 de dezembro de 2021 os contratos de locações operacionais, respeitantes a viaturas ao serviço da Empresa, têm o seguinte detalhe:

Contrato nº	Matricula	Prestador de Serviço	Valor do Contrato	Dívida a 31-12-2021	Data de Início	Data de Fim	Dívida a 31-12-2020
2014357068	74-PP-61	ARVAL SERVICE LEASE, SA	35 100	3 204	19/03/2015	18/01/2023	110
2014357067	61-PQ-32	ARVAL SERVICE LEASE, SA	33 800	3 071	30/03/2015	29/01/2023	202
2014357066	40-PR-36	ARVAL SERVICE LEASE, SA	33 800	3 237	13/04/2015	13/02/2023	103
5000624	59-TI-83	ALD AUTOMOTIVE	17 124	3 444	07/08/2017	06/01/2023	3 590
5002965	74-TX-35	ALD AUTOMOTIVE	15 558	2 848	12/12/2017	10/01/2023	4 476
5000349	28-TE-78	ALD AUTOMOTIVE	15 558	3 180	29/07/2017	27/01/2023	3 273
5000348	28-TE-79	ALD AUTOMOTIVE	15 558	3 233	28/07/2017	27/01/2023	3 273
4131/1	43-VD-15	LEASEPLAN	13 615	7 749	17/09/2018	16/09/2022	9 611
4131/1	43-VD-36	LEASEPLAN	13 615	7 749	17/09/2018	16/09/2022	9 611
4131/1	45-VG-67	LEASEPLAN	13 309	8 300	05/11/2018	04/11/2022	9 948
4131/1	45-VG-76	LEASEPLAN	13 388	8 308	19/10/2018	18/10/2022	9 956
4131/1	82-VO-56	LEASEPLAN	12 324	8 037	29/11/2018	28/11/2022	9 483
4131/1	83-VO-60	LEASEPLAN	12 324	8 037	29/11/2018	28/11/2022	9 483
			245 072	70 397			73 119

As locações operacionais foram objeto de um prolongamento da vigência do contrato.

16. Outros passivos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2021	2020
Outros passivos não correntes:		
Passivos por impostos diferidos (Nota 6)	58 247	60 524
Outros passivos correntes:		
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (Nota 6)	72 327	61 699
Retenção de impostos sobre rendimentos - IRS	166 775	172 699
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	720 201	457 530
Contribuições para a segurança social	218 740	216 899
Outras tributações	805	777
	1 178 848	909 604
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	1 575 345	1 536 832
Outros acréscimos de gastos	145 895	166 151
	1 721 240	1 702 983
Pessoal	1 189	2 695
Outras dívidas a pagar:		
Outras dívidas a pagar	161 758	156 522
Contrato com o Estado (Ajustamento da IC conforme nº5 da cláusula 8ª)	2 623 898	2 415 178
	2 785 656	2 571 700
Rendimentos a reconhecer	119 648	35 737
	5 864 828	5 283 243

Na rubrica “Remunerações a liquidar”, estão incluídos os valores referentes à estimativa de férias e subsídio de férias que se vencem em 2022.

O montante de €119.648, registado na rubrica “Rendimentos a reconhecer” refere-se, essencialmente, ao contrato de cedência de espaço celebrado com a Omtel, Estruturas de Comunicações, S.A., pelo prazo de 15 anos, e ao recebimento relativo ao projeto Iberifier, cuja duração será de 30 meses.

Na rubrica “Outras dívidas a pagar” está registada a estimativa relativa aos anos de 2021, 2020, 2019, 2018 e 2017 do ajustamento à Indemnização Compensatória a devolver ao Estado, no montante de €2.623.898. No ano de 2021, o aumento do saldo em €208.720 refere-se ao ajustamento da IC de 2021.

No ano de 2020, o aumento do saldo em €443.648 refere-se ao ajustamento da IC relativa ao contrato do triénio 2017-2019. No âmbito da inspeção da IGF, efetuada no final de 2020, reportada aos anos de 2018 e 2019, foi efetuada uma correção ao valor do cálculo do custo do serviço público no valor de €263.373, referente a pré-reformas. O restante valor, no montante de €180.275, está relacionado com o acréscimo de rendimentos efetuado no final de 2020 por via da inflação de 2018, que deveria ter sido considerada nesse ano, mas só agora registada como proveito.

O Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa para o triénio 2017-2019 terminou em 31 de dezembro de 2019. Em 2020 foram iniciadas reuniões com a tutela setorial no âmbito da elaboração do novo contrato. Na data de elaboração deste documento, o contrato já se encontra assinado, tendo sido enviado ao Tribunal de Contas para a fiscalização prévia, sendo expectável que vigore em 2022, inclusive.

Em 21 de fevereiro de 2020 a RCM n.º 8-A/2020 aprovou a Indemnização Compensatória (IC) a atribuir à Lusa, em 2020, pelo cumprimento das obrigações do serviço noticioso e

informativo de interesse público. A 10 de dezembro de 2020, para colmatar a inexistência de Contrato de Prestação de Serviço Público neste ano foi assinada Declaração de Compromisso, entre o Estado e a Lusa.

Em 8 de março de 2021 a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 15/2021 atribuiu à Lusa, a título de Indemnização Compensatória (IC), pelo cumprimento das obrigações do serviço noticioso e informativo de interesse público, para vigorar durante o 1.º semestre de 2021 ou até a entrada em vigor do Contrato com o Estado, um valor mensal de €1.346.260,92, até ao montante de €8.077.565,50, com IVA incluído.

Constatando-se a impossibilidade de assegurar a entrada em vigor do contrato no dia 1 de julho, foi elaborada a RCM n.º 107/2021, de 9 de agosto, que atribuiu à Lusa, a título de IC, um valor mensal de €1.346.260,92, até ao montante máximo de €8.077.565,50, com o IVA incluído à taxa legal em vigor, pelo cumprimento das obrigações do serviço noticioso e informativo de interesse público do 2.º semestre.

A 16 de dezembro de 2021 o Conselho de Administração assinou uma Declaração de Compromisso, que visou colmatar a inexistência do Contrato de Prestação de Serviço Público para o ano de 2021. O documento foi objeto de análise técnica da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, após apreciação prévia pelo Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Média, e submetida superiormente, tendo tido aprovação do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, através do Despacho n.º 121/22 - SET, de 28 de janeiro.

17. Perdas por imparidade, processos judiciais e fiscais em curso e provisões

17.1. Perdas por imparidade de clientes e outros devedores e de investimentos financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de perdas por imparidade acumuladas, relativas a clientes e outros devedores:

2021	Perdas por imparidade em clientes (Nota 10)	Perdas por imparidade em dividas a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(722 287)	(20 205)	(742 492)
Reforços (a) (Nota 22.2)	(84 790)	-	(84 790)
Anulação/regularização (b)	302 892	-	302 892
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(504 185)	(20 205)	(524 390)
(a) Esta rubrica tem a seguinte decomposição:			
Dívidas de clientes	(84 790)	-	(84 790)
	(84 790)	-	(84 790)
(b) Esta rubrica tem a seguinte decomposição:			
- Anulação de créditos considerados incobráveis	99 563	-	99 563
- Reversões de créditos considerados incobráveis	-	-	-
- Reversões de imparidades (Nota 22.1)	203 329	-	203 329
	302 892	-	302 892

2020	Perdas por imparidade em clientes (Nota 10)	Perdas por imparidade em dividas a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(582 546)	(18 705)	(601 251)
Reforços (a) (Nota 22.2)	(192 738)	(1 500)	(194 238)
Anulação/regularização (b)	52 996	-	52 996
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(722 287)	(20 205)	(742 492)
(a) Esta rubrica tem a seguinte decomposição:			
Dívidas de clientes	(192 738)	-	(192 738)
	(192 738)	-	(192 738)
(b) Esta rubrica tem a seguinte decomposição:			
- Anulação de créditos considerados incobráveis	30 376	-	30 376
- Reversões de créditos considerados incobráveis	-	-	-
- Reversões de imparidades (Nota 22.1)	22 620	-	22 620
	52 996	-	52 996

Em termos de investimentos financeiros (cf. Nota 9.) existiu a constituição de imparidade em 2019 do valor remanescente da participação no capital da EPA pelo que a situação é a seguinte:

2021	Perdas de imparidade em investimentos financeiros (Nota 9)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (a)	(140 000)
Constituição	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(140 000)
(a) EPA	

2021	Perdas de imparidade em investimentos financeiros (Nota 9)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (a)	(140 000)
Constituição	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(140 000)
(a) EPA	

17.2. Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2021 encontram-se a decorrer as seguintes ações:

- Ação interposta pela Empresa contra o Estado referente à legalidade das liquidações de imposto e juros compensatórios, respeitante à não sujeição a IVA das contraprestações pagas pelo Estado, pelo serviço público prestado, no valor de €2.754.078 (Processo nº 3271200401017896 SFLX13). Este processo tem uma garantia inicial associada de €3.710.950 emitida pelo Banco BPI, S.A. e cujo beneficiário é a Autoridade Tributária. O plano PERES terminou em setembro de 2019 com o pagamento de 36 prestações de acordo com o plano de pagamentos. Consequentemente, a dívida fiscal ajustada pelo perdão de juros foi extinta, bem como a garantia bancária, cancelada em outubro e cujo valor era de €2.094.697. A Empresa manteve o processo de contestação, tendo sido notificada para juntar novos elementos de prova o que foi concretizado em 2020 e também em 2019, encontrando-se a aguardar nova decisão sobre o processo.

Em dezembro de 2021 e, tendo por base o Acórdão proferido pelo Tribunal Central Administrativo Sul (TCAS) no âmbito do recurso interposto da sentença proferida pelo Tribunal Tributário de Lisboa, a qual havia julgado parcialmente procedente a Impugnação Judicial deduzida contra as liquidações adicionais de IVA de 2001 e 2002 e respetivas liquidações de juros compensatórios. No Acórdão o TCAS negou provimento aos recursos interpostos pela Lusa e pela Fazenda Pública e confirmou a sentença proferida pelo Tribunal Tributário de Lisboa. No que respeita ao recurso interposto pela Lusa, o TCAS concluiu que as indemnizações compensatórias configuram uma contraprestação sujeita a IVA. Neste ponto, o TCAS julgou improcedentes as alegações da Lusa quanto aos invocados erros de julgamento da sentença, quer em matéria de direito quer em matéria de facto, na parte respeitante à qualificação das indemnizações compensatórias, o que, conduziu à conclusão de que tais indemnizações se encontram sujeitas a IVA. Relativamente ao recurso da Fazenda Pública, o TCAS manteve o entendimento de que no caso vertente inexistente responsabilidade da Lusa no retardamento do imposto, mantendo assim a sentença que determinou a anulação das liquidações de juros compensatórios, no montante de

€ 152.688. Iremos ainda recorrer para o Supremo Tribunal Administrativo como última possibilidade de recurso.

- Ação interposta pela Empresa contra o Estado referente à titularidade de créditos, vencidos e não pagos, no montante global de €3.906.400 (Processo n.º 924/10.7BELSB).

Em setembro e outubro de 2021 foram ouvidas novamente testemunhas por parte da Lusa e do Estado e foram incluídos novos documentos para instrução do processo. Encontramo-nos à espera da decisão final.

- Ação interposta pela Empresa contra o Estado referente à dedutibilidade fiscal de créditos sobre o Estado considerados para efeitos de IRC relativo a 2012 (Processo n.º 2336/17.2BELRS, do Tribunal Tributário de Lisboa), no valor de €872 851,95. A Lusa foi notificada pela AT em julho de 2019 em como não concorda com o pedido de anulação da liquidação, pelo que a Agência mantém a reclamação constante da petição inicial no Tribunal Tributário de Lisboa. Foram entregues as alegações finais junto do Tribunal Tributário de Lisboa em fevereiro de 2021. Encontramo-nos nesta fase à espera de decisão final.

Na mesma data, encontram-se a decorrer diversos processos gerais de cobrança em contencioso de devedores da Lusa, dos quais se destacam os seguintes:

Cliente	Tipo Processo	2021	2020
Megafin	Ação Executiva	35 317	36 317
Gráfica Açoreana	Ação Executiva	9 529	36 280
Jornal I (*)	Ação Executiva	60 997	60 997
Diário Açores	Ação Executiva	55 388	55 388
S.T&S.F.	Ação Executiva	53 145	53 145
Masemba	PER	11 643	11 643
Descobrirpress	PER	5 731	5 731
Total		231 750	259 501

Nota: Os valores apresentados incluem juros à exceção da Gráfica Açoreana, que já se encontram liquidados.

(*) Processo findo em janeiro 2022.

De realçar que a diminuição dos valores em litigância em 2021 se deve, essencialmente, ao processo da Gráfica Açoreana resultante da ação do tribunal e ao cumprimento do acordo de pagamento da Megafin, cuja ação encontra-se suspensa.

17.3 Provisões

Em 31 de dezembro de 2021 as provisões para riscos e encargos apresentavam o seguinte detalhe:

Provisões para outros riscos e encargos	Saldo inicial	Reforço (Nota 22.2)	Utilização	Diminuições (Nota 22.1)	Saldo Final
Pré-Reformas	225 941	-	(164 222)	(50 437) (b)	11 282
Processos judiciais em curso e outras provisões	281 936	77 213 (a)	-	(99 110) (c)	260 039
Processo encerramento sucursal Brasil	30 090	-	-	-	30 090
Total	537 967	77 213	(164 222)	(149 547)	301 411

(a) Reforço diz respeito à estimativa referente ao Relatório de Auditoria do IGF, ao processo de avaliação de desempenho e a processo judicial referente a nulidade de contrato.

(b) Decréscimo diz respeito ao ajustamento da estimativa das pré-reformas.

(c) Decréscimo diz respeito à diminuição dos processos de avaliação de desempenho, RV Google e Gráfica Açoreana

A utilização verificada na rubrica "Pré-Reformas" decorre de pagamentos efetuados durante o ano de 2021. A diminuição verificada na mesma rubrica deve-se ao acerto da estimativa da provisão calculada decorrente da responsabilidade para o ano de 2022 assumida para com 1 situação de pré-reforma.

O reforço verificado na rubrica “Processos judiciais em curso” decorre, essencialmente de estimativa de valores referentes a litigâncias laborais e ajustamento da estimativa referente ao Relatório de Auditoria do IGF.

O valor registado na rubrica “Processo encerramento sucursal Brasil” destina-se a cobrir todos os encargos com o encerramento da sucursal da Empresa no Brasil, que se estima que irá ocorrer no ano de 2022 dado que não houve nenhum desenvolvimento em 2021.

Em 31 de dezembro de 2020 as provisões para riscos e encargos apresentavam o seguinte detalhe:

Provisões para outros riscos e encargos	Saldo Inicial	Reforço (Nota 22.2)	Utilização	Diminuições (Nota 22.1)	Saldo Final
Pré-Reformas	508 659	22 516	(305 235)	-	225 941
Processos judiciais em curso e outras provisões	208 132	75 061 (a)	-	(1 257) (b)	281 936
Processo encerramento sucursal Brasil	30 090	-	-	-	30 090
Total	746 881	97 578	(305 235)	(1 257)	537 967

(a) Reforço diz respeito à estimativa referente ao Relatório de Auditoria do IGF, ao processo de avaliação de desempenho e a processo Gráfica Açoreana.

(b) Decréscimo diz respeito à diminuição dos processos ativos / RV Google.

A utilização verificada na rubrica “Pré-Reformas” decorre de pagamentos efetuados durante o ano de 2020 referente a 10 pré-reformados (12 em 2019), constantes no plano e tendo por base os acordos efetuados em 2010. O reforço efetuado no corrente exercício nesta rubrica decorre do ajustamento da idade da reforma.

O reforço verificado na rubrica “Processos judiciais em curso” decorre, essencialmente: (i) estimativa de valores referentes ao processo de avaliação desempenho (ii) de juros relativos a um potencial processo com a Segurança Social em resultado da cessação do vínculo laboral em 2016 com um ex-funcionário; e (iii) estimativa para litígio existente com um antigo cliente.

O valor registado na rubrica “Processo encerramento sucursal Brasil” destina-se a cobrir todos os encargos com o encerramento da sucursal da Empresa no Brasil, que se estima que irá ocorrer no ano de 2021 dado que não houve nenhum desenvolvimento em 2020.

A 31 de dezembro de 2021, a responsabilidade com valores atualizados era a seguinte:

Pré-Reformados	2021	2022	Total 2021/22
Valor Nominal		11 282	11 282
Valor Atualizado		11 282	11 282
Responsabilidade a 31 dezembro	11 282	-	-
Numero Pré-Reformados Iniciais	10	1	
Saídas	9	1	10
Numero Pré-Reformados Finais	1	-	
Idade Reforma (anos e mês)	66,6	66,7	

18. Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as responsabilidades por garantias prestadas pela Empresa eram as seguintes:

Entidades	Número	2021	2020
EMGFA - Estado Maior General das Forças Armadas (a)	02/137/64260	17 945	17 945
B.N.U - Serviços de Migração da RAEM (b)	07/0236	2 211	2 050
B.N.U - Serviços de Migração da RAEM (b)	18/0181	2 207	2 046
B.N.U - Serviços de Migração da RAEM (b)	18/0242	2 207	2 046
B.N.U - Serviços de Migração da RAEM (b)	20/0457	2 208	2 046
		26 778	26 133

(a) Contrato de prestação de serviços em vigor cujo beneficiário é o EMGFA.

(b) Valor depositado como garantia por 4 colaboradores que se encontram temporariamente em Macau (20.000 MOP por colaborador). Este valor será devolvido quando regressarem a Portugal.

19. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os instrumentos financeiros eram os seguintes:

Ativos financeiros	2021	2020
Caixa e seus equivalentes (Nota 3.1.5.2 e Nota 4)	3 534 018	2 004 025
Contas a receber de terceiros	1 590 207	1 954 260
	5 124 225	3 958 285

Passivos financeiros	2021	2020
Contas a pagar a terceiros	(6 652 110)	(5 806 673)
	(6 652 110)	(5 806 673)

O valor da rubrica "Contas a receber de terceiros" inclui os saldos devedores das rubricas de clientes, Estado e outros entes públicos e outras contas a receber.

O valor da rubrica "Contas a pagar a terceiros" inclui os saldos credores das rubricas de fornecedores, Estado e outros entes públicos e outras contas a pagar.

20. Subsídios

Em 31 de dezembro de 2021, os subsídios eram os seguintes:



Subsídio	Subsídio total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado	Montante por reconhecer	Montante a devolver
Subsídios ao investimento:	227 747	89 103	138 645	6 277	90 728	137 019	-
Google	81 823	81 823	-	-	81 823	-	-
Histórias da Coesão (Iberian Stories)	7 280	7 280	-	2 426	5 055	2 225	-
Projeto Contrafake	138 645	-	138 645	3 851	3 851	134 794	-
Projeto Euragora / Stars4Media	-	-	-	-	-	-	-
Projeto Iberifier	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios à exploração:	312 771	270 528	42 243	19 267	262 745	49 466	560
Google	198 178	198 178	-	-	198 178	-	-
Histórias da Coesão (Iberian Stories)	31 291	31 291	-	696	31 271	-	20
Projeto Contrafake	31 750	4 367	27 383	18 571	19 436	12 314	-
Projeto Euragora / Stars4Media	14 400	14 400	-	-	13 860	-	540
Projeto Iberifier	37 152	22 291	14 861	-	-	37 152	-
Total	540 519	359 630	180 888	25 544	353 473	186 485	560
Google	(a) 280 001	280 001	-	-	280 001	-	-
Histórias da Coesão	(b) 38 571	38 571	-	3 123	36 326	2 225	20
Projeto Contrafake	(c) 170 395	4 367	166 027	22 422	23 287	147 108	-
Projeto Euragora / Stars4Media	(d) 14 400	14 400	-	-	13 860	-	540
Projeto Iberifier	(e) 37 152	22 291	14 861	-	-	37 152	-

- (a) Projeto concluído no final de 2017 encontrando-se apenas a ser reconhecido o investimento subsidiado
(b) Projeto concluído em 2020 encontrando-se a ser reconhecido o investimento subsidiado
(c) Projeto iniciado em maio de 2020 e estima-se o seu término em abril 2022
(d) Projeto iniciado e findo em 2020
(e) Projeto iniciado em setembro de 2021 e terá a duração de 30 meses.

Em 2019, a Lusa candidatou-se ao Programa SAMA 2020, tendo a candidatura sido selecionada em agosto de 2019. O Projeto teve início em maio de 2020, estando previsto o seu término em abril de 2022. Este projeto, que consiste em desenvolver uma aplicação sobre o teor de desinformação difundida em conteúdos, é um agregador de aplicações para análise e deteção de desinformação, análise preditiva de informação viral ao nível de cibersegurança e levantamento do estado da arte sobre ferramentas e conteúdos ao nível da desinformação noticiosa. O projeto está estimado em €299 mil e tem um cofinanciamento de €170 mil. O trabalho encontra-se a ser desenvolvido com a colaboração do Inesc-ID (do Instituto Superior Técnico), do CNCS - Centro Nacional de Cibersegurança e da tecnológica portuguesa InKnow.

Em 2020 foi concluído o projeto Histórias Ibéricas da Coesão efetuado em parceria com a agência de notícias EFE e financiado por fundos europeus, tendo recebido o valor de €38.571. Nesta data encontra-se registado o montante excedente de €20 para respetiva devolução.

Durante 2020 a Lusa colaborou também no projeto Stars4Media cujo objetivo foi promover um novo jornalismo multilingue e transfronteiriço sobre questões de debate chave com vista também a melhorar as oportunidades comerciais. Um dos desafios foi o de tornar os debates europeus animados enquanto se encontram novas receitas para os meios de comunicação social, Parceria efetuada com a EFE, Universidade de Bruxelas e Lusa tendo recebido €14.400. Após o registo dos custos relativos ao projeto encontra-se por devolver o valor de €540.

Em dezembro de 2016 a Empresa candidatou-se ao projeto DNI/Google, que tinha como objetivo o desenvolvimento tecnológico de uma plataforma de última geração, dando lugar a um portal que aloja a futura oferta global de serviços da LUSA. Este projeto atingiu um total de financiamento da Google de €280 mil, sendo que o restante investimento, €120 mil, foram da responsabilidade da Empresa. O projeto terminou no final de 2017, não se encontrando qualquer valor para reconhecer.

O projeto Iberifier resulta de uma candidatura internacional, ligada ao EDMO - Observatório Europeu para os Media Digitais - que trabalha sob a alçada direta da Comissão Europeia, a Lusa integrou, com mais 23 parceiros liderados pela Universidade de Navarra, o projeto

Iberfier em 1 de setembro de 2021, com um total de financiamento de cerca de €1,5 milhões. Esta equipa ibérica, constituída por doze universidades, cinco organizações de verificação de notícias e agências noticiosas, mais outros cinco centros de investigação multidisciplinar. Este projeto terá a duração de 30 meses e o financiamento da Lusa será de cerca de €37 mil, num total de €49 mil (cf. Nota 16).

Em 31 de dezembro de 2020, os subsídios eram os seguintes:

Subsídio	Subsídio total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado	Montante por reconhecer
Subsídios ao investimento:	227 747	89 103	138 645	27 433	84 451	143 296
Google	81 823	81 823	-	25 007	81 823	-
Histórias da Coesão	7 280	7 280	-	2 426	2 629	4 651
Projeto Contrafake	138 645	-	138 645	-	-	138 645
Projeto Euragora / Stars4Media	-	-	-	-	-	-
Subsídios à exploração:	275 619	248 237	27 383	23 843	243 478	32 142
Google	198 178	198 178	-	-	198 178	-
Histórias da Coesão	31 291	31 291	-	9 118	30 574	717
Projeto Contrafake	31 750	4 367	27 383	865	865	30 885
Projeto Euragora / Stars4Media	14 400	14 400	-	13 860	13 860	540
Total	503 367	337 339	166 027	51 277	327 929	175 438
Google	(a) 280 001	280 001	-	25 007	280 001	-
Histórias da Coesão	(b) 38 571	38 571	-	11 545	33 203	5 368
Projeto Contrafake	(c) 170 395	4 367	166 027	865	865	169 530
Projeto Euragora / Strars4Media	(d) 14 400	14 400	-	13 860	13 860	540

- (a) Projeto concluído no final de 2017 encontrando-se apenas a ser reconhecido o investimento subsidiado
 (b) Projeto concluído em 2020 encontrando-se a ser reconhecido o investimento subsidiado
 (c) Projeto iniciado em maio de 2020 e estima-se o seu término em abril 2022
 (d) Projeto iniciado e findo em 2020

21. Prestações de serviços

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as prestações de serviços efetuadas foram as seguintes:

	2021	2020
Mercado nacional	16 296 981	15 846 450
Mercado externo	535 150	576 408
	16 832 131	16 422 858

	2021	2020
Indemnização compensatória líquida	12 925 534	12 641 369
Receitas próprias	3 906 597	3 781 489
	16 832 131	16 422 858

Mercado Nacional:

Indemnização compensatória	13 134 253	13 056 993
Ajustamento à indemnização compensatória	(208 719)	(415 624)
Receitas próprias	3 371 447	3 205 081
Mercado Externo (receitas próprias)	535 150	576 408
	16 832 131	16 422 858

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e conforme estipulado no contrato programa para o triénio 2017-2019, e nas Declarações de Compromisso de 2020 e 2021, a rubrica "mercado nacional" encontra-se deduzida do ajustamento à indemnização

compensatória no montante de €208.719 e €415.624, respetivamente. O montante a deduzir em 2020 refere-se a ajustamentos derivados de custos de pré-reformas, no valor de €263.373, referente ao contrato em vigor no triénio 2017-2019, e também à inflação de 2018, no valor de €180.275 de 2018 (cf. nota 16). Relativamente à inflação, cumpre referir que, de acordo com o número 4 da Cláusula 8.ª do Contrato com o Estado, “o montante da indemnização compensatória será atualizado anualmente, tendo por base a taxa oficial de inflação verificada em Portugal (...)”. Nesse sentido, no final de 2019 a Lusa emitiu uma fatura referente ao valor da inflação da IC, relativa a esse ano, com base na taxa de inflação de 2017 (1,4%) e de 2018 (1%), no montante de €311 mil (sem IVA), tendo no ano de 2020 efetuado o acréscimo de rendimentos relativo à inflação de 2018, que deveria ter sido considerada nesse ano, mas só agora registada como proveito.

Os montantes reconhecidos em 2020, caso tivessem sido incluídos nos respetivos anos deveriam ter sido devolvidos ao Estado conforme estipulado no contrato.

Em sentido inverso, dado que em 2020 se verificou, pela primeira vez, que o custo do serviço público, líquido dos proveitos associados, é superior à indemnização compensatória do ano, em €28.024, consequência dos factos já relatados em gastos com pessoal, este montante foi especializado como receitas adicionais, por contrapartida da rubrica de “Outros créditos a receber”, de acordo com o contrato com Estado, suportado pelo DL n.º 167/2008 (cf. Nota 11).

22. Outros rendimentos e gastos operacionais

22.1 Outros rendimentos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros rendimentos obtidos e ganhos operacionais foram os seguintes:

	2021	2020
Subsídios à exploração (Nota 20)	19 359	23 843
Reversões de imparidade clientes (Nota 17.1.)	203 329	22 620
Reversões de provisões (Nota 17.3.)	149 547	1 257
Rendimentos suplementares	13 612	15 126
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	183
Outros rendimentos e ganhos operacionais	69 915	73 496
	455 762	136 525

22.2 Outros gastos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros gastos e perdas operacionais incorridos foram os seguintes:

	2021	2020
Gastos de depreciação e de amortização	594 367	593 279
Provisões (Nota 17.3.)	77 213	97 578
Perdas por imparidade clientes (Nota 17.1.)	84 790	194 238
Impostos	23 344	21 845
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	967	670
Outros gastos e perdas operacionais	35 820	65 559
	816 501	973 169

23. Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os gastos incorridos com fornecimentos e serviços externos foram os seguintes:

	2021	2020
Correspondentes e colaboradores	1 113 946	1 027 162
Trabalhos especializados	606 680	622 180
Rendas e alugueres	550 428	508 185
Deslocações, estadas e transportes	343 699	212 633
Serviço de agências noticiosas	301 544	302 184
Conservação e Reparação	263 545	254 103
Honorários	238 476	124 447
Comunicação	144 290	160 876
Energia e fluidos	137 113	121 661
Limpeza, higiene e conforto	97 923	105 927
Vigilância e segurança	92 779	97 085
Seguros	41 195	37 552
Publicidade e propaganda	3 439	3 737
Outros	107 704	111 144
	4 042 761	3 688 876

O valor dos honorários do Revisor Oficial de Contas em 2021 e 2020 foi de €15.750 e €15.750, respetivamente.

24. Gastos com o pessoal

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os gastos incorridos com o pessoal foram os seguintes:

	2021	2020
Remunerações do pessoal	9 379 896	9 234 251
Encargos sobre remunerações	2 057 328	2 032 352
Remunerações dos órgãos sociais	160 292	129 826
Outros custos com o pessoal	377 497	365 498
	11 975 013	11 761 927

Em 31 de dezembro de 2021, o total de efetivos da Agência é de 263 (267 em dezembro de 2020).

Em dezembro de 2021, nos 263 trabalhadores efetivos incluem-se 8 requisitados e com licenças sem retribuição, 1 em situação de pré-reforma e 4 trabalhadores de baixa por doença de média / longa duração.

Em dezembro de 2020, nos 267 trabalhadores efetivos incluem-se 7 requisitados e com licenças sem retribuição, 10 em situação de pré-reforma e 2 trabalhadores de baixa por doença de média / longa duração.

25. Resultados financeiros

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os resultados financeiros foram os seguintes:

	2021	2020
Juros e rendimentos similares obtidos		
De depósitos	14	10
Resultados financeiros	14	10

26. Resultado por ação

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o resultado por ação foi como se segue:

	2021	2020
Número de ações	2 129 690	2 129 690
Resultado líquido	383 582	76 000
Resultado por ação	0,18	0,04

27. Partes relacionadas

Os saldos pendentes com as entidades relacionadas e as transações efetuadas em 2021 e 2020, com essas mesmas entidades, estão evidenciados nos quadros seguintes (IVA incluído):

27.1 Saldos com partes relacionadas - IVA Incluído

ENTIDADE	NATUREZA	Clientes		Outras contas a Receber		Fornecedores		Outras contas a pagar	
		31 dez 2021	31 dez 2020	31 dez 2021	31 dez 2020	31 dez 2021	31 dez 2020	31 dez 2021	31 dez 2020
Estado Português	Acionista	-	-	28.024	410.362	-	-	2.623.898	2.415.178
Global Media Group	Acionista	668.440	578.885	-	-	1.002	11.370	-	-
Global Notícias - Media Group, S.A.		500.534	443.559	-	-	-	-	-	-
Rádio Notícias (TSF)		131.617	105.666	-	-	-	-	-	-
Diário de Notícias do Funchal		5.424	5.424	-	-	-	-	-	-
Açormédia		30.864	24.236	-	-	-	-	-	-
Notícias Direct		-	-	-	-	1.002	11.370	-	-
Impresa-Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A.	Acionista	76.469	76.527	-	-	-	-	-	-
Impresa Publishing, SA		17.508	16.700	-	-	-	-	-	-
SIC - Soc. Ind. De Comunicação, SA		58.961	59.827	-	-	-	-	-	-
Publico-Comunicação Social SA	Acionista	7.811	7.811	-	-	-	225	-	-
Rádio e Televisão de Portugal, SA	Acionista	40.477	39.862	-	-	-	-	-	-
Empresa do Diário do Minho, LDA	Acionista	1.558	1.558	-	-	-	-	-	-
EPA	Out.Partes Relacionadas	-	-	-	-	19.806	19.508	-	-
TOTAL		794.756	786.454	28.024	410.362	20.808	31.103	2.623.898	2.415.178

(*) A 31 de dezembro de 2021, a Empresa Páginas Civilizadas, Lda., procedeu à aquisição das 476.074 ações escriturais detidas até então pela Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

A 31 de dezembro de 2021, a Empresa Páginas Civilizadas, Lda., procedeu à aquisição das 476.074 ações escriturais detidas até então pela Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., não sendo a Impresa Parte Relacionada a 31 de dezembro de 2021.

27.2 Transações com partes relacionadas - IVA incluído

Transações com partes relacionadas - IVA incluído										
ENTIDADE	NATUREZA	Clientes		Outras contas a Receber		Fornecedores		Outras contas a pagar		
		2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Estado Português		16.155.131	16.060.102		28.024					
Global Media Group	Acionista	470.397	470.433	-	-	6.235	15.634	208.719	443.648	
Global Noticias - Media Group, S.A.		332.827	332.687	-	-	-	-	-	-	-
Rádio Notícias (TSF)		84.427	84.427	-	-	-	-	-	-	-
Diário de Notícias do Funchal		32.546	32.546	-	-	-	-	-	-	-
Açormédia		20.598	20.774	-	-	-	-	-	-	-
Notícias Direct		-	-	-	-	6.235	15.634	-	-	-
Impresa-Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A.	Acionista	457.759	438.042	-	-	-	-	-	-	-
Impresa Publishing, SA		104.500	97.217	-	-	-	-	-	-	-
SIC - Soc. Ind. De Comunicação, SA		353.259	340.825	-	-	-	-	-	-	-
NP-Notícias de Portugal, CRL	Acionista	-	-	8	40	-	-	-	-	-
Público-Comunicação Social, SA	Acionista	93.735	93.735	-	-	520	225	-	-	-
Rádio e Televisão de Portugal, SA	Acionista	430.622	430.192	-	-	-	-	-	-	-
Empresa do Diário do Minho, LDA	Acionista	18.699	18.699	-	-	-	-	-	-	-
EPA	Out Partes Relacionadas	-	-	-	-	117.966	117.888	-	-	-
TOTAL		17.626.343	17.511.202	8	28.064	124.721	133.747	208.719	443.648	

(*) A 31 de dezembro de 2021, a Empresa Páginas Civilizadas, Lda., procedeu à aquisição das 476.074 ações escriturais detidas até então pela Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

A 31 de dezembro de 2021, a Empresa Páginas Civilizadas, Lda., procedeu à aquisição das 476.074 ações escriturais detidas até então pela Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A, não sendo a Impresa Parte Relacionada a 31 de dezembro de 2021.

27.3 Remunerações do pessoal chave de gestão

Remuneração do pessoal chave de gestão de 1 de janeiro a 30 de maio de 2021:

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2021				
	Fixa (*)	Variável	Bruto (1)	Redução Remuneratória (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	50 772	0	50 772	2 539	48 234
Maria João Dias Pessoa Araújo	2 742	0	2 742	137	2 605
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira (*)	2 350	0	2 350	118	2 233
			55 864	2 794	53 072

Nota: Vencimento e despesas de representação sem redução remuneratória

(*) Renúncia do Mandato 19-10-2021

Estas remunerações em 2021 continuavam a estar sujeitas a uma redução de 5%, nos termos do artigo 21.º da RCM n.º 14/2012, de 14 de fevereiro.

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade			Identificar	Encargo anual da entidade
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	8	763	Seg. Social	11 445	0	175	Seguro acid. trab. e doenças prof.	284
Maria João Dias Pessoa Araújo	0	0	Seg. Social	0	0	0	-	0
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira (*)	0	0	Seg. Social	530	0	0	-	0
		763		11 975	0	175		284

(*) Renúncia do Mandato 19-10-2021

Remuneração do pessoal chave de gestão de 31 de maio a 31 de dezembro de 2021:

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2021				
	Fixa (*)	Variável	Bruto (1)	Redução Remuneratória (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	50 602	0	50 602	2 530	48 072
Maria João Dias Pessoa Araújo	5 056	0	5 056	253	4 803
Carla Maria dos Santos Filipe Batista (*)	0	0	0	0	0
Helena de Ferro Gouveia	6 576	0	6 576	329	6 247
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira (**)	5 834	0	5 834	292	5 542
			68 068	3 404	64 664

Nota: Vencimento e despesas de representação sem redução remuneratória

(*) Não sofre remuneração por incompatibilidade com a função que exerce

(**) Renúncia do Mandato 19-10-2021

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade			Identificar	Encargo anual da entidade
Joaquim de Jesus Pedro Correira	8	1 038	Seg. Social	11 417	0	245	Seguro acid. trab. e doenças prof.	285
Maria João Dias Pessoa Araújo	0	0	Seg. Social	0	0	0	-	0
Carla Maria dos Santos Filipe Batista	0	0	Seg. Social	0	0	0	-	0
Helena de Ferro Gouveia	0	0	Seg. Social	1 484	0	0	-	0
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira (*)	0	0	Seg. Social	1 316	0	0	-	0
		1 038		14 217	0	245		285

Remuneração do pessoal chave de gestão de 1 de janeiro a de 31 de dezembro de 2020:

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2020					
	Fixa (**)	Variável	Bruto (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	86 070	0	86 070	4 303	0	81 767
Maria João Dias Pessoa Araújo	4 900	0	4 900	245	0	4 655
Denise Mendes da Costa Silva Pires (**)	4 050	0	4 050	203	0	3 847
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	4 200	0	4 200	210	0	3 990
			99 220	4 961	0	94 259

(**) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

(**) Renunciou ao mandato 31-10-2020

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade			Identificar	Encargo anual da entidade
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	8	1 846	Seg. Social	19 420	0	420	Seguro acid. trab. e doenças prof.	485
Maria João Dias Pessoa Araújo	0	0	Seg. Social	0	0	0	-	0
Denise Mendes da Costa Silva Pires	0	0	Seg. Social	914	0	0	-	0
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0	0	Seg. Social	948	0	0	-	0
		1 846		21 282	0	420		485

28. Gestão de Riscos Financeiros

A Empresa encontra-se exposta, essencialmente, aos seguintes riscos financeiros:

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade da Empresa encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio (vide Nota 3.1.11.), relacionado, essencialmente, com as transações efetuadas com as delegações que tem no estrangeiro, em resultado do contrato de interesse público em vigor, com os recebimentos em moeda estrangeira de alguns clientes, e com os pagamentos a alguns fornecedores internacionais.

Foram utilizadas, em 31 de dezembro de 2021, as seguintes taxas de câmbio (câmbio de final do ano e câmbio médio), para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Moeda	2021	
	Câmbio no final do ano	Câmbio médio
AOA	0,0016	0,0016
USD	0,8829	0,8455
BRL	0,1585	0,1569
CFA	0,0015	0,0015
CNY	0,1390	0,1311
CVE	0,0091	0,0091
HKD	0,1132	0,1088
MOP	0,1099	0,1056
MZN	0,0140	0,0140
GBP	1,1901	1,1633

[Handwritten signatures and initials]

b) Risco de taxa de juro

A exposição da Empresa a este risco é muito reduzida.

c) Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber (Nota 10.). Para reduzir o risco de crédito, a Empresa tem políticas de concessão de crédito, com definição de limites de crédito por cliente e prazos de recebimento de 30 dias, como regra geral.

Em 2021, a crise da comunicação continuou a verificar-se, agudizada em virtude da situação pandémica posterior a março 2020. O prazo médio de recebimento situou-se nos 94 dias em 2021. Apesar do agravamento face aos 89 dias registados em 2020 e os 74 dias em 2019, é de salientar a recuperação relativamente aos valores registados durante 2021, que atingiram 127 dias no final do primeiro semestre. O risco de crédito é monitorizado regularmente com o objetivo de:

- Limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- Acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- Analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular através de reuniões com a Direção Comercial e Direção Áreas de Suporte, bem como com os assessores jurídicos sempre que necessário.

As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas considerando o critério económico e maximizando o critério fiscal e de acordo com:

- A análise da antiguidade das contas a receber;
- O perfil de risco do cliente;
- O histórico de relacionamento comercial e financeiro com o cliente;
- Acordos de pagamento existentes;
- As condições financeiras dos clientes.

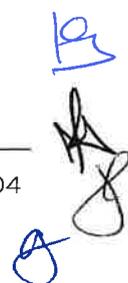
O movimento nas perdas por imparidade das contas a receber encontra-se divulgado na Nota 17.1.

O Conselho de Administração considera que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente refletidas nas demonstrações financeiras, dado que sistematicamente são revistas.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de investimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

O contrato de prestação de serviços de interesse público estabelece uma contrapartida financeira mensal do Estado que permite satisfazer as necessidades de financiamento e minimizar a volatilidade nos recebimentos com origem nas receitas próprias. Apesar de, em 2021, não se ter verificado sempre o recebimento atempado, esta situação foi mitigada pelo facto de o valor do ajustamento da IC referente ao triénio ainda não ter sido devolvido.



29. Compromissos assumidos

Os compromissos assumidos pela Empresa dizem respeito às responsabilidades com os pré-reformados conforme detalhe da Nota 17.3.

30. Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração (CA) em 23 de fevereiro de 2022.

Após o termo do exercício e até à presente data não ocorreram outros acontecimentos subsequentes materiais que impliquem ajustamentos e ou divulgação nas contas do exercício.

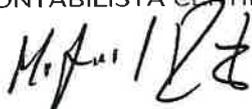
Nem os proprietários nem qualquer outra entidade têm poder para alterar as Demonstrações Financeiras.

31. Outras informações

Para o resultado líquido do exercício de 2021, no montante de €383.582, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

- Transferência de €19.179 para Reservas Legais;
- Transferência de €364.403 para a conta de Resultados Transitados.

O CONTABILISTA CERTIFICADO,



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



MARIA JOÃO
DIAS PESSOA
DE ARAÚJO

Assinado de forma
digital por MARIA
JOÃO DIAS PESSOA
DE ARAÚJO
Dados: 2022.03.07
16:29:39 Z

Carla Raí
Helene Maria Teixeira dos Santos
Teresa de Gouveia

VI. Cumprimento de orientações legais

O presente relatório foi aprovado em reunião do Conselho de Administração (CA) de 23 de fevereiro de 2022, tendo sido elaborado com base nas instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2021, emanadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (Ofício-Circular ref.ª SAI_DGTF/2022/359, de 20 de janeiro de 2022).

1. Objetivos de gestão (artigo 38.º RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

O Plano de Atividades e Orçamento definiu um conjunto de objetivos principais a alcançar no triénio 2021-2023:

- 1) Assinar o novo contrato-programa com o Estado, com uma duração de seis anos e com um valor que, para além da indemnização compensatória de 12,8 milhões de euros (sem IVA) atribuída à Lusa nos últimos quatro anos, contemple igualmente a verba destinada a cobrir os encargos decorrentes da integração de 23 trabalhadores nos quadros da Agência e a regularização dos processos de avaliação não efetuados entre 2011 e 2019, cumprindo assim o serviço público em todos os vetores aí definidos.

O Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa para o triénio 2017-2019 terminou em 31 de dezembro de 2019. Em 2020 foram iniciadas reuniões com a tutela setorial sobre um novo contrato de prestação de serviço público.

À data da elaboração do presente relatório, o novo Contrato para os anos de 2022-2027, encontra-se já assinado e enviado ao Tribunal de Contas para a fiscalização prévia, sendo expectável vigore em 2022, inclusive.

- 2) Cobrir, de forma irrepreensível, a Presidência Portuguesa da União Europeia, que decorre no primeiro semestre de 2021 e para a qual a Lusa foi contratada pelo Estado português; e desenvolver todos os esforços para conseguir contratos prestigiantes como este com entidades nacionais ou internacionais.

No final de 2020, após candidatura, a Lusa tornou-se parceira do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em termos de criação, produção e divulgação de material noticioso e multimédia relativo à Presidência Portuguesa da União Europeia (PPUE), tendo sido celebrado um protocolo especificamente para esse efeito. Nesse âmbito, disponibilizou no seu site, a título gracioso e de acesso livre, o fio noticioso dos temas relativos ao assunto, tanto em português como em inglês.

A Lusa cumpriu com grande sucesso o projeto de acompanhamento da PPUE, num formato maioritariamente virtual, devido ao contexto pandémico do primeiro semestre do ano. O projeto terminou em 30 de junho de 2021, tendo sido produzidos um total de 9.474 conteúdos (fotográficos, texto, em inglês e de agenda).

A partir de outubro de 2021, em virtude da celebração de um protocolo com a Agência Internacional de Comércio Externo de Portugal (AICEP), foi também realizado um trabalho de cobertura noticiosa sistemática sobre a participação portuguesa na Expo Dubai.

- 3) Aumentar a notoriedade nacional e internacional da marca Lusa, reafirmando o papel da Agência como entidade vital e incontornável no panorama mediático português e na frente do combate à desinformação, dado fazer parte integral do seu DNA e da sua missão.

Em 2019, a Lusa candidatou-se ao Programa SAMA 2020, tendo a candidatura sido selecionada em agosto de 2019. O Projeto teve início em maio de 2020, estando previsto o seu término em abril de 2022. Este projeto, que consiste em desenvolver uma aplicação sobre o teor de desinformação difundida em conteúdos, é um agregador de aplicações para análise e deteção de desinformação, análise preditiva de informação viral ao nível de cibersegurança e levantamento do estado da arte sobre ferramentas e conteúdos ao nível da desinformação noticiosa. O projeto está estimado em €299 mil e tem um cofinanciamento de €170 mil.

Este projeto encontra-se atualmente na sua fase final, tendo os protótipos de informação nutricional (Inforadar), deteção de viralidade (ViraLetras) e notícias correlacionadas (CorreTexto) sido incorporados num *dashboard* único. Os próximos passos passarão por colocar esta funcionalidade disponível ao público, bem como toda a documentação de apoio e estudos científicos relacionados. Será também divulgada nas redes sociais a finalização do projeto bem como o apelo à utilização das funcionalidades.

- 4) Lançar um grande debate interno sobre o teletrabalho e as consequências que daí decorrem para a qualidade da produção noticiosa da Agência, procurando ao mesmo tempo encontrar soluções que permitam a utilização criativa das suas instalações.

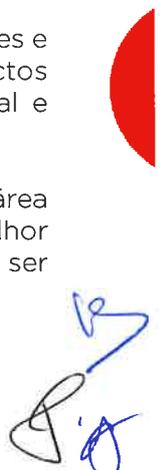
Os anos de 2020 e 2021 foram fortemente marcados pela pandemia da covid-19. As circunstâncias excecionais criadas pela pandemia obrigaram a Lusa, num primeiro tempo, a criar planos de contingência para a realização do trabalho em equipas alternadas, por períodos de 15 dias. Posteriormente, com a instituição do estado de emergência, todos os trabalhadores foram colocados em regime de teletrabalho.

No último trimestre de 2021, na sequência de reuniões mantidas com as Organizações Representativas dos Trabalhadores, e tendo por base os debates realizados, a auscultação efetuada aos trabalhadores, hierarquias e diretores, assim como as necessidades e os objetivos da empresa, a administração da Agência considerou que o modelo de regresso à empresa deve ser híbrido e respeitar o equilíbrio entre flexibilidade e conexão na gestão da empresa, mantendo a sua unidade e cultura. Sabendo que não há uma solução única e que existem editorias e departamentos que têm especificidades, será dada a cada direção a opção de as gerir, compatibilizando as necessidades da empresa e a sua atividade, com as dos trabalhadores, sempre que possível. Este novo modelo de regresso ao trabalho presencial será transitório, assente num ambiente de segurança, e estará sempre sujeito a alterações decorrentes da evolução das condicionantes internas e externas. A empresa fará uma avaliação periódica dos resultados da aplicação deste modelo.

Já no início de 2022, foi criado um grupo de trabalho, com representantes dos ORT e da empresa, para iniciar o estudo relativo aos futuros modelos de trabalho na Lusa. Este grupo tem como objetivo criar um modelo que conjugue a unidade da empresa com a flexibilidade individual e familiar do trabalhador, assegurando a cultura da empresa, a coesão interna, o serviço da empresa, e a capacidade de resposta à atividade da empresa e potenciando o equilíbrio entre vida pessoal e familiar, o bem-estar e segurança dos seus trabalhadores.

Foram realizadas reuniões com diretores, órgãos representativos dos trabalhadores e debates com vários oradores de diferentes áreas de especialidade sobre os impactos da pandemia no futuro do trabalho em geral e na área de comunicação social e agências de notícias em específico.

- 5) Manter a aposta na modernização tecnológica da Agência, nomeadamente na área da Inteligência Artificial e na robotização da produção noticiosa, tirando o melhor partido de projetos inovadores que estão em andamento e que deverão ser



concretizados a curto prazo. Lançar o Prémio Pedro Camacho para premiar projetos inovadores no domínio das tecnologias de informação ligadas à área editorial, a grande missão que Pedro Camacho abraçou com entusiasmo e dedicação nos seus últimos três anos de vida.

Durante este ano é de realçar os seguintes projetos ou iniciativas:

- Continuação do projeto ContraFake de construção de algoritmo de análise de conteúdos na perspetiva de nível de desinformação intrínseco, como referido no objetivo 3).
 - Projeto Voice bot de notícias em contínuo da Lusa, **que** está a ser revisto com uma parceria com a Defined Crowd empresa portuguesa especializada em IA.
 - Candidatura a projetos do H2020 sobre desinformação: SayGreen, Iberifier, FY(R). A Lusa encontra-se a colaborar no Iberifier integrada num consórcio de 23 participantes, liderado pela Universidade de Navarra, em Espanha. Este projeto iniciou-se em outubro 2021 e tem a duração de 30 meses. O principal contributo da Lusa assenta na literacia mediática como meio de lutar contra a desinformação.
 - Consolidação do uso do Ezyinsights como aplicação de análise semântica do espaço digital. O projeto baseia-se no varrimento do espaço digital de modo a analisar o alcance dos conteúdos produzidos pela Lusa no leitor final, através dos *sites* dos clientes.
 - Uso do Portal do Jornalista nas suas componentes de transcrição de áudio para texto, legendagem de vídeos, traduções, sumarização, feed por tópicos; Novas funcionalidades relativamente a legendagem e arquivo em pastas próprias de artigos relacionados ao nível de transcrições, de modo a obter mais eficiência e colaboração entre jornalistas, serão efetuadas durante 2022.
 - Text mining para automatização de classificação de notícias.
- 6) Continuar a procurar soluções inovadoras, no país e no estrangeiro, para aumentar as receitas próprias da Agência (com novos serviços e geografias), apesar do ambiente muito negativo em que vive a esmagadora maioria dos clientes da Lusa no setor da comunicação social em Portugal e no mundo.

As receitas próprias registaram um acréscimo de €125 mil em 2021 face ao ano transato. Ainda que registando ganhos, o ano de 2021 continuou marcado pela pandemia. Os constrangimentos da covid-19 tiveram impacto no ciclo de conferências internacionais planeadas em regime presencial. Ainda assim, a Lusa efetua a cobertura especial do evento Expo Dubai 2020, uma iniciativa subcontratada pela AICEP, para cobertura institucional da presença portuguesa neste evento mundial, que teve início em outubro de 2021.

De referir a tendência decrescente da receita proveniente das áreas de negócio Empresas e Mercado Externo, por via de rescisões e negociações em baixa, ainda assim compensada pelo aumento verificado nas áreas de negócio Institucionais e nos Órgãos de Comunicação Social.

- 7) Promover debates e conferências relacionados com temas fraturantes do mundo moderno; fazer o mesmo em relação a todos os grandes temas que atravessam neste momento a União Europeia.

Também devido à situação pandémica e às restrições ao nível da saúde pública e distanciamento, não foi possível levar a cabo a grande maioria das iniciativas de marketing e comerciais que estavam agendadas para 2021. Numa altura em que o nível de contágio era ainda elevado, e que a vacinação ainda não era considerada elevada, não foi considerado prudente a realização destas iniciativas. Quanto ao projeto das Conferências 5G, a não execução das mesmas em ambiente híbrido

deveu-se a externalidades, nomeadamente do regulador ANACOM, impossibilitando a APDC de organizar com a Lusa esta iniciativa.

- 8) Avançar para as negociações de um Acordo de Empresa adequado aos novos desafios que a Agência enfrenta e cujo anacronismo, em diversas cláusulas, se tem vindo a tornar cada vez mais evidente.

Dado a indefinição e incerteza provocada pela pandemia, não foi possível efetuar o plano de recomendações para a revisão do AE. Estima-se que o plano global de alterações seja feito ainda durante o 1.º semestre de 2022 para ser submetido aos sindicatos.

- 9) Concretizar o Processo de Avaliação de Desempenho de todos os trabalhadores e limar as arestas para que possa entrar em velocidade de cruzeiro.

Após diversas reuniões entre a Lusa, o Sindicato dos Jornalistas, o SITESE - Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo e o SITE/CSRA - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividades do Ambiente do Centro, Sul e Regiões Autónomas, no final de 2019 foi concluído o processo de revisão do Regulamento da Avaliação de Desempenho, com vista à sua simplificação, tendo sido publicada no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 1 de 2020 a alteração parcial ao Acordo de Empresa.

Devido à situação de pandemia em 2021, ano de arranque da Avaliação de Desempenho, foi implementado um processo simplificado, ou seja, a existência de uma única fase de avaliação com início em janeiro de 2021 - Avaliação Final - que incluiu autoavaliação e heteroavaliação, relativamente a factos de desempenho de 2020. Face à continuação da situação pandémica o processo de 2021, a decorrer em 2022, será também nos mesmos moldes.

- 10) Manter a aposta em caminhar para a Igualdade de Género na empresa, quer no plano das responsabilidades, quer ao nível salarial.

Na sequência da elaboração, em 2019, de um Diagnóstico Interno, em colaboração com uma equipa de especialistas do ISEG/IDEFE, bem como o Relatório relativo às remunerações das mulheres e dos homens, iniciou-se em 2021 a realização de uma nova auditoria de género e plano para a igualdade que inclui a realização de diagnóstico interno, a elaboração dos relatórios da auditoria de género e da igualdade de remunerações, workshops com grupos estratégicos e apresentação de uma proposta de plano para a igualdade entre mulheres e homens na Agência.

- 11) Encontrar novas ideias que permitam que a Lusa venha a ser reconhecida como uma das melhores empresas para trabalhar em Portugal.

Este estudo foi adiado para 2023, fruto do efeito pandémico.

- 12) Continuar a investir na desmaterialização de todos os processos administrativos da Agência.

No âmbito da desmaterialização de processos e procedimentos, foi implementada a assinatura digital preferencial de todos os contratos emitidos pela Lusa, e outros documentos procedimentais, como forma de simplificação, flexibilização e transparência do processo e de redução do consumo de papel. No final de 2021, foi elaborado um diagnóstico pela DGLAB - Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, do qual resultou um conjunto de recomendações, com vista à desmaterialização de processos da área administrativa bem como do centro de documentação.

Relativamente à produção editorial da Lusa, em 2021, voltou a aumentar relativamente aos anos anteriores, totalizando 290.584 conteúdos noticiosos e cumprindo com todas as metas contratuais celebradas com o Estado, o que se traduz numa média diária de 796 conteúdos jornalísticos que alcançaram os volumes, anuais e diários, por tipo de produção.

Tipo de Conteúdo	Média Diária		Contrato Serviço Público*
	2020	2021	2017/2019
Foto	131	146	100 a 150
Áudio	25	30	30 a 45
Misto	5	5	0
Texto (Todos os Géneros)	574	597	400 a 500
Vídeo	19	18	15 a 30
	754	796	-

* A Declaração de Compromisso 2021 tem as mesmas obrigações do Contrato 2017/2019

Execução do Plano de Atividades e Orçamento para 2021

O Plano de Atividades e Orçamento para 2021 da Lusa foi aprovado em sede do Conselho de Administração em 24 de março de 2021 e em reunião de Assembleia Geral a 31 de maio de 2021.

O EBITDA em 2021, de €1,048 milhões, apresenta uma variação positiva de €225 mil como resultado da interação entre a diminuição nas vendas e serviços prestados e a evolução favorável registada nos gastos e perdas operacionais.

O volume de negócios regista uma diminuição de €152 mil por via da conjugação entre a evolução favorável de €99 mil registada nas receitas próprias e o desvio desfavorável de €251 mil no Contrato com o Estado. Este deve-se, por um lado, à devolução de €209 mil do valor da IC e, por outro, uma vez que, no PAO 2021, o custo previsto do serviço público é superior ao valor de IC atribuída no OE 2021 em €42 mil, a Lusa havia considerado o valor do défice como proveito. De acordo com o artigo 10.º do DL n.º 167/2008, de 26 de agosto, os montantes, que em resultado dos controlos se apurarem como excessos ou défices de compensação, devem ser objeto de devolução ou pagamento pelo Estado.

Os gastos com o pessoal apresentam uma diminuição de €213 mil como efeito das baixas por doença e parto acima do estimado, saída de trabalhadores e desvio favorável nas ajudas de custo em reportagens e formação profissional.

Em 2021 a Lusa não tem endividamento bancário.

No quadro seguinte é possível observar a execução orçamental relativa ao PAO 2021:

(Euros)

Execução orçamental	PAO 2021	REAL 2021	Variação R21/O21	
			Valor	%
EBITDA	823 177	1 047 986	224 809	27,3%
Volume de Negócios	16 983 872	16 832 130	-151 742	-0,9%
Contrato com o Estado	13 176 325	12 925 534	-250 791	-1,9%
Outras vendas e serviços prestados	3 807 548	3 906 597	99 049	2,6%
PMP (dias)	35	48	13	37,1%
PMR (dias)	80	94	14	17,5%
Investimento	470 975	544 183	73 208	15,5%
Quadro de Pessoal				
Gastos	12 188 007	11 975 012	-212 994	-1,7%
N.º efetivo	262	263	1	0,4%
Nível de endividamento	0	0	0	n.c.

n.c. - não comparável

O investimento total da Lusa foi de €544 mil em 2021, €73 mil acima do previsto, como efeito da situação pandémica, tendo sido necessário recorrer à aquisição de equipamento informático, por via da manutenção da situação de teletrabalho, e a melhorias efetuadas na redação para atender a necessidades de reconfiguração do espaço, climatização e conforto, e da necessidade de realização de obras e aquisição de um gerador na delegação de Díli, por força da ocorrência de graves cheias em 2021.

Relativamente à execução orçamental do investimento, a mesma é detalhada no quadro seguinte:

Investimento/projeto	PAO 2021	Executado 2021	Desvio	Observações
A Aquisição de equipamento básico	122 500	174 968	52 468	
A01 Equipamento informático (portáteis)	25 000	45 438	20 438	Aquisição de portáteis por via do teletrabalho.
A02 Equipamento informático (desktops)	5 000	0	-5 000	
A03 Equipamento informático (outros)	10 000	8 920	-1 080	
A04 Monitores	5 000	4 394	-606	
A05 Câmaras de vídeo	5 000	0	-5 000	
A06 Equipamento fotográfico	7 500	9 599	2 099	Substituição de objetiva para máquina fotográfica.
A07 Acessórios Multimédia	5 000	4 438	-562	
A08 Gravadores digitais	5 000	7 583	2 583	Substituição de gravadores digitais.
A09 TVs, cobertura de sinal TV, gravação e distribuição por IP	15 000	18 555	3 555	Upgrade do projeto de distribuição de sinal de TV no posto de trabalho.
A10 Upgrade de servidores	40 000	76 041	36 041	Instalação e migração dos servidores do sistema editorial (HW) para uma nova infraestrutura.
B Desenvolvimento de software/aquisição de sistemas	268 475	267 738	-737	
B01 Desenvolvimentos adicionais LUNA	20 000	17 588	-2 412	Migração do sistema editorial (SW) para uma nova infraestrutura.
B02 Solução BI + Planning	35 000	90 575	55 575	Desenvolvimento da solução de planeamento e controlo orçamental (ferramentas BI de tratamento, análise e reporte de informação financeira).
B03 Solução Gestão Documental	15 000	0	-15 000	
B04 Inteligência artificial/escrita automatizada de notícias	20 000	0	-20 000	
B05 Customer Relationship Management (CRM)	10 000	0	-10 000	
B06 Microsites	5 000	0	-5 000	
B07 Site - reestruturação	40 000	39 500	-500	
B08 SAMA 2020	53 156	46 550	-6 606	
	70 319	73 525	3 206	
C Manutenção/melhoramento de infraestruturas	80 000	95 260	15 260	
C01 Reparações/obras diversas no edifício	80 000	95 260	15 260	Empreitada de remodelação da redação, implementação do Estúdio Virtual (execução de obras de beneficiação do estúdio de gravações existente e aquisição dos equipamentos necessários à realização de entrevistas presenciais e remotas com cenografia virtual) e realização de obras de remodelação das instalações da delegação de Díli, incluindo a aquisição de um novo gerador de energia elétrica.
- Outros investimentos	0	6 217	6 217	Equipamento e mobiliário diverso para a sede e delegações nacionais e no estrangeiro.
TOTAL	470 975	544 183	73 208	

Relativamente às rubricas "A01 - Equipamento informático" e "A09 - Cobertura de sinal TV, gravação e distribuição por IP", os desvios desfavoráveis resultam das necessidades decorrentes da pandemia covid-19 e o recurso ao teletrabalho, adotado genericamente, sobretudo no caso dos jornalistas, exceto nas situações de necessidade imperativa de trabalho presencial, para o qual foram constituídas equipas que funcionam desfasadamente, em sistema de 'espelho'. Verificou-se a necessidade crescente de aquisição de equipamentos informáticos e, com os acessos concorrenciais à VPN pela maioria dos trabalhadores da LUSA, incorreram-se em gastos para se fazer alterações a essa infraestrutura para não causar grandes perturbações no nível de serviço e com o *upgrade* da solução de distribuição de sinal de TV no posto de trabalho, garantindo o acesso dos jornalistas, através de um computador ou telemóvel, aos vários canais informativos e desportivos de televisão. Concretizou-se a instalação e a migração dos servidores (*hardware*) e a migração do sistema editorial (*software*) para uma nova infraestrutura, com impacto nas rubricas "A10 - Upgrade de servidores" e "B01 - Desenvolvimentos adicionais LUNA", respetivamente. A Lusa continuou a disponibilizar gratuitamente ao grande público, no seu site, conteúdos sobre a pandemia covid-19.

Foi necessária a substituição, por avaria e obsolescência, de gravadores digitais e equipamento fotográfico (rubricas de investimento A06 e A08).

Procederam-se ainda a desenvolvimentos na solução de planeamento e controlo orçamental, erigida através de ferramentas *Business Intelligence* (BI) de tratamento, análise e reporte de informação financeira (rubrica B02) e à implementação do projeto Estúdio Virtual, através da execução de obras de beneficiação do estúdio de gravações existente e da aquisição dos equipamentos necessários à realização de entrevistas presenciais e remotas com cenografia virtual (rubrica de investimento C01). Esta rubrica inclui ainda a empreitada de remodelação da redação no edifício da sede, com a realização de melhorias com vista a atender a necessidades de reconfiguração do espaço, climatização e conforto, decorrente da situação pandémica, e das instalações da Delegação de Díli, incluindo a aquisição de um novo gerador, devastada por fortes cheias em 2021.

À data de elaboração do presente relatório, não foi ainda celebrado um contrato de gestão entre o Estado e o Presidente do Conselho de Administração para o mandato 2021-2023, ao abrigo do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março (Estatuto do Gestor Público), e obedecendo à minuta constante do anexo da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, que estabelece as regras quanto à elegibilidade, composição, determinação e atribuição aos gestores públicos que exerçam funções executivas em empresas públicas do Setor Empresarial do Estado.

2. Gestão do risco financeiro

Em 2017 o endividamento bancário foi reduzido a zero, deixando a empresa de ter encargos financeiros associados.

Anos	2021	2020	2019	2018	2017
Encargos Financeiros (€) (i)	0	0	0	0	1 129
Taxa Média de Financiamento (%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,6%

(i) - inclui juros suportados e outros encargos associados

3. Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 65.º da Lei n.º 75/2020, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2021), apurado nos termos da forma disposta no n.º 4 do artigo 159.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (DLEO 2019):

Variação do Endividamento	2021	2020
	Valores (€)	
Financiamento Remunerado (corrente e não corrente)	0	0
Capital Social / Capital Estatutário	5 324 225	5 324 225
Novos investimentos no ano t (com expressão material)	0	0
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	0	

Nota: Em 2021 a Lusa não tinha passivo remunerado ativo

n.c. - não comparável

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

4.1. Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM n.º 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009

PMP	2021	2020	Variação 2021-20	
			Valor	%
Prazo (dias)	48	35	13	37,1%

Em 2021, o prazo médio de pagamentos regista um acréscimo de treze dias face a 31 de dezembro 2020. A deterioração do prazo médio de pagamentos a fornecedores resulta do adiamento de alguns pagamentos por via do não recebimento das prestações da IC nos respetivos meses.

4.2. Mapa da posição a 31/12/2020 dos Pagamentos em Atraso (“arrears”), nos termos do DL n.º 65-A/2011, de 17 de maio

Dívidas Vencidas	31 de dezembro de 2021				
	0-90 dias (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	188 566	369	0	0	769
Aq. de Capital	0	0	0	0	0
Total	188 566	369	0	0	769

31 de dezembro de 2020

Dívidas Vencidas	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)				
	0-90 dias (€)	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	11 364	1 421	4 777	18	1 629
Aq. de Capital	0	0	0	0	0
Total	11 364	1 421	4 777	18	1 629

Relativamente à dívida com prazo superior a 90 dias regista-se uma redução de €7 mil, face a 31/12/2020.

Dívidas Vencidas	31/12/2020	31/12/2021	VAR.
	(A) >90 dias	(B) >90 dias	(B) - (A)
Aq. de Bens e Serviços	7 845	1 138	-6 707
Aq. de Capital	0	0	0
Total	7 845	1 138	-6 707

Os valores das dívidas vencidas no prazo de 90 a 120 dias e de 120 a 240 dias referem-se a uma fatura dos advogados Garrigues Portugal, que foi liquidada em janeiro de 2022. No prazo >360 dias, o valor constante refere-se a faturação da Gráfica Açoreana pelo facto da Lusa estar em situação litigiosa, conforme identificado no quadro constante no capítulo das "Pendências Judiciais".

5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

A Assembleia Geral (AG) da Lusa para aprovação das contas de 2020 realizou-se a 26 de março de 2021, não tendo sido proferidas quaisquer recomendações do acionista Estado, aquando da aprovação das contas.

6. Remunerações / honorários

6.1. Mesa da Assembleia Geral

▪ Mandato 2021-2023

Mandato (Início-fim)	Cargo	Nome	Valor da senha Fixado (€)	Número de Senhas Pagas	Valor Bruto Auferido 2021 (€)
2021-2023 (Início a 31-05-2021)	Presidente	Cristina Maria Pereira Freire	500	2	1 000
2021-2023 (Início a 31-05-2021)	Vice- Presidente	António Correia de Oliveira	425	2	850
2021-2023 (Início a 31-05-2021)	Secretário	Maria Fernanda Sousa Rebelo Lopes Pires Borges	350	2	700
					2 550

- Mandato 2018-2020 (término a 31 de maio de 2021)

Mandato (Início-fim)	Cargo	Nome	Valor da senha Fixado (€)	Número de Senhas Pagas	Valor Bruto Auferido 2021 (€)
2018-2020 (Início a 21-03-2018)	Presidente	Cristina Maria Pereira Freire	500	3	1 500
2018-2020 (Início a 21-03-2018) (*)	Vice- Presidente	Manuel Coelho Gonçalves Soares	425	0	0
2018-2020 (Início a 21-03-2018)	Secretário	Maria Fernanda Sousa Rebelo Lopes Pires Borges	350	3	1 050
(*) Renúncia ao mandato em 30-09-2020					2 550

6.2. Conselho de Administração

- Mandato 2021-2023

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRI O ou Opção pela Média dos últimos 3			Indicação do n.º total de mandatos	
			Forma ⁽¹⁾	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)		Identificação da data de autorização e Forma
2021-2023	Presidente	Joaquim de Jesus Pedro Carreira	AG	31/05/2021	Não	Lusa, S.A.	Destino	AG 31-05-2021	1
2021-2023	Vice-Presidente (não executivo)	Maria João Dias Pessoa de Araujo	AG	23/07/2021	n a (*)	n a (*)	n a (*)	n a (*)	2
2021-2023	Vogal (não executivo)	Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	AG	23/07/2021	n a (*)	n a (*)	n a (*)	n a (*)	1
2021-2023	Vogal (não executivo)	Helena Ferro de Gouveia	AG	31/05/2021	n a (*)	n a (*)	n a (*)	n a (*)	1
2021-2023 (**)	Vogal (não executivo)	Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	AG	31/05/2021	n a (*)	n a (*)	n a (*)	n a (*)	8

Legenda: ⁽¹⁾ - Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

⁽²⁾ - Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem ou opção pela média dos últimos 3 anos - prevista nos n.ºs 8 e 9 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-D)

(*) - Defenido em ata o pagamento de valor igual ao auferido como vencimento 14 vezes ao ano

(**) Renúncia ao mandato em 19-10-2021

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Régime
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	Lusa, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial
	OBERCOM	Secretário da Assembleia-Geral	Sector Público
Maria João Dias Pessoa de Araújo	Lusa, S.A.	Vice-Presidente (Não-Executivo) do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial
	DGTF	Diretora-Geral	Sector Público
	Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A.	Administradora não executiva	Sector Público Empresarial
	Parvalorem, S.A. Parups, S.A. Parparticipadas SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia	Sector Público Empresarial
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	Lusa, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial
	Universidade Nova de Lisboa	Professora Associada, Departamento de Ciências da Comunicação (DCC) da NOVA FCSH; Investigadora, Instituto de Comunicação da NOVA (ICNOVA); Membro da direção da revista académica Media & Jornalismo	Sector Público
Helena Ferro de Gouveia	Lusa, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial
	Global Media Group	Diretora de Comunicação do Grupo Bel	Sector Privado
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	Renúncia em 19 de outubro de 2021		

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	S	C	4 592	1 837
Maria João Dias Pessoa de Araujo (*) (***)	S	C	800	-
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista (*) (***)	S	C	800 (a)	-
Helena Ferro de Gouveia (*)	S	C	800	-
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira (*) (**)	S	C	800	-

(*) - Pagamento de um valor mensal catorze vezes ao ano, de acordo com ata da AG de 31-05-2021, o qual foi sujeito a redução de 5% de acordo com o art.º 21.º da RCM n.º16/2012 de 14 de fevereiro.

(**) - Renúncia ao mandato em 19-10-2021

(***) - Nomeação em AG de 23 de julho de 2021

(a) - Não auferir remuneração por incompatibilidade com a função que exerce.

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2021 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor bruto (3)=(1)+(2)	Reduções remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	50 602	0	50 602	2 530	48 072
Maria João Dias Pessoa Araújo	5 056	0	5 056	253	4 803
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	0	0	0	0	0
Helena Ferro de Gouveia	6 576	0	6 576	329	6 247
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira (*)	5 834	0	5 834	292	5 542
			68 068	3 403	64 664

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

(*) Renúncia ao mandato em 19-10-2021

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor/dia	Montante pago Ano	Identificação	Encargo Anual			Identificar	Valor
Joaquim de Jesus Pedro Carreira (01-06-2021 a 31-12-2021)	8	1 038	Seg. Social	11 417	0	0	Seguro acid. trab. e doenças prof.	285
Maria João Dias Pessoa Araújo (23-07-2021 a 31-12-2021)	0	0	Seg. Social	0	0	0	-	0
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista (23-07-2021 a 31-12-2021)	0	0	Seg. Social	0	0	0	-	0
Helena Ferro de Gouveia (01-06-2021 a 31-12-2021)	0	0	Seg. Social	1 484	0	0	-	0
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira (renúncia a 19-10-2021)	0	0	Seg. Social	1 316	0	0	-	0
		1 038		14 217	0	0		530

Nota: os valores de segurança social são calculados sobre as remunerações com redução remuneratória.

Membro do Conselho de Administração	Encargos com Viaturas - 2021								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com rendas	Nº Prestações Contratuais Romanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	S	S	33 800	Renting	2015	2023	292	2 044	13
Maria João Dias Pessoa Araújo	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Helena Ferro de Gouveia	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	N	N	-	-	-	-	-	-	-

Legenda: (*) - aquisição: ALD, Leasing ou outra

Membro do Conselho de Administração	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (€)
				Identificar	Valor	
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	1 422	437	145	Despesas de representação	74	2 078
Maria João Dias Pessoa de Araujo	0	0	0	-	0	0
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	0	0	0	-	0	0
Helena Ferro de Gouveia	0	0	0	-	0	0
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira (*)	0	0	0	-	0	0
						2 078

(*) Renúncia em 19-10-2021

▪ Mandato 2018-2020 (término a 31 de maio de 2021)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3			Indicação do nº total de mandatos	
			Forma ⁽¹⁾	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)		Identificação da data de autorização e Forma
2018-2020	Presidente	Nicolau Fernando Ramos dos Santos	AG	21/03/2018	Não	Lusa, S.A	Destino	AG 21-03-2020	1
2018-2020	Vice-Presidente (não executivo)	Maria João Dias Pessoa de Araujo	AG	21/03/2018	n a (*)	n a (*)	n a (*)	n a (*)	1
2018-2020 (**)	Vogal (não executivo)	Denise Mendes da Costa Silva Pires	AG	21/03/2018	n a (*)	n a (*)	n a (*)	n a (*)	1
2018-2020	Vogal (não executivo)	Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	AG	21/03/2018	n a (*)	n a (*)	n a (*)	n a (*)	7

Legenda: ⁽¹⁾ - Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

⁽²⁾ - Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem ou opção pela média dos últimos 3 anos - prevista nos n.ºs 8 e 9 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-D)

(*) - Defendo em ata o pagamento de valor igual ao auferido como vencimento, 14 vezes ao ano

(**) Renúncia ao mandato em 31-10-2020

Membro do CA	Acumulação de Funções - mandato 2018-2020			
	Entidade	Função	Regime*	Identificação da data da autorização e forma**
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	Lusa, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial	AG 31-03-2020
	RDP - Antena 1	Comentador	Sector Público Empresarial	
Maria João Dias Pessoa de Araújo	Lusa, S.A.	Vice-Presidente (Não-Executivo) do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial	n.a
	DGTF	Diretora-Geral	Sector Público	n.a
	Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A.	Administradora não executiva	Sector Público Empresarial	n.a
	Parvalorem, S.A.; Parups, S.A.; Parparticipadas SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia	Sector Público Empresarial	n.a
Denise Mendes da Costa Silva Pires	<i>Renúncia em 31 de outubro de 2020</i>			
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	Lusa, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial	n.a
	Exerce as funções de: Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo da BALSEGER - SGPS, S.A.; CCO - Chief Corporate Officer e Secretário da Sociedade da IMPRESA - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.; Administrador das empresas do Grupo IMPRESA, SIC - Sociedade Independente de Comunicação, SA, IMPRESA PUBLISHING, S.A., GMTS - Serviços Técnicos e Produção Multimédia, Lda, INFOPORTUGAL - Sistemas de Informação e Conteúdos, SA e IMPRESA OFFICE & SERVICE SHARE - Gestão de Imóveis e Serviços, S.A. GMTS - Serviços Técnicos e Produção Multimédia, Lda; Administrador não executivo da VASP - Distribuidora de Publicações, S.A. (participada da IMPRESA); Presidente do Conselho Fiscal da SIC Esperança - Associação de Solidariedade Social.		Sector Privado	n.a
	Vogal do Conselho Fiscal da NP - Notícias de Portugal, Cooperativa de Utentes de Serviços de Informação, CRL.		Cooperativa	n.a

*Regime - Privado/Público

**Identificação da data da autorização e forma - AG/DUE/D

n.a. - não aplicável

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento	Despesas Representação
Nicolau Fernando Ramos dos Santos (*)	S	C	4 578	1 831
Maria João Dias Pessoa de Araujo (*)	S	C	350	-
Denise Mendes da Costa Silva Pires (*) (**)	S	C	300	-
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira (*)	S	C	300	-

(*) - Pagamento de um valor mensal catorze vezes ao ano, de acordo com ata da AG de 21-03-2018, o qual foi sujeito a redução de 5% de acordo com o art.º 21.º da RCM n.º16/2012 de 14 de fevereiro.

(**) - Renúncia ao mandato em 31-10-2020

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2021 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor bruto (3)=(1)+(2)	Reduções remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	50 772	0	50 772	2 539	48 234
Maria João Dias Pessoa Araújo	2 742	0	2 742	137	2 605
Denise Mendes da Costa Silva Pires (*)	0	0	0	0	0
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	2 350	0	2 350	118	2 233
			55 864	2 793	53 071

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

(*) Renúncia ao mandato em 31-10-2020

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor/dia	Montante pago Ano	Identificação	Encargo Anual			Identificar	Valor
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	8	763	Seg. Social	11 445	0	0	Seguro acid. trab. e doenças prof.	284
							Seguro Saúde	175
Maria João Dias Pessoa Araújo (01-01-2021 a 31-05-2021)	0	0	Seg. Social	0	0	0	-	0
Denise Mendes da Costa Silva Pires (renúncia a 31-10-2020)	0	0	Seg. Social	0	0	0	-	0
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira (01-01-2021 a 31-05-2021)	0	0	Seg. Social	530	0	0	-	0
		763		11 976	0	0		459

Nota: os valores de segurança social são calculados sobre as remunerações com redução remuneratória.

Membro do Conselho de Administração	Encargos com Viaturas - 2021								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor de Renda Mensal	Gasto Anual com rendas	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	S	S	33 800	Renting	2015	2023	292	1 460	13
Maria João Dias Pessoa Araújo	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Denise Mendes da Costa	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	N	N	-	-	-	-	-	-	-

Legenda: (1) - aquisição: ALD, Leasing ou outra.

Membro do Conselho de Administração	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	0	0	0	Despesas de representação	0	0
Maria João Dias Pessoa de Araújo	0	0	0	-	0	0
Denise Mendes da Costa Silva Pires (*)	0	0	0	-	0	0
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0	0	0	-	0	0
						0

(*) Renúncia em 31-10-2020

No exercício de 2021 não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão, nem foram pagas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

6.3. Fiscalização

6.3.1. Conselho Fiscal

▪ Mandato 2021-2023

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) (€)	N.º de Mandatos (*)
			Forma ⁽¹⁾	Data		
2021-2023	Presidente Conselho Fiscal	Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Sampaio	AG	31/05/2021	1 286	2
2021-2023	Vogal	Pedro Jorge dos Santos Braumann	AG	31/05/2021	964	2
2021-2023	Vogal e ROC efetivo	Susana Rodrigues de Jesus	AG	31/05/2021	1 313	4
2021-2023	Vogal e ROC suplente	António Magalhães & Carlos Santos	AG	31/05/2021	-	3

Legenda: ⁽¹⁾ - indicar AG/DUE/Despacho

(*) - inclui o mandato atual

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2021 (€)		
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Sampaio	10 500	0	10 500
Pedro Jorge dos Santos Braumann	7 875	0	7 875
Susana Rodrigues de Jesus	9 188	0	9 188
António Magalhães & Carlos Santos	0	0	0
	27 563	0	27 563

(ii) Mandato 2021-2023 - início a 31-05-2021

▪ Mandato 2018-2020 (término a 31 de maio de 2021)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) (€)	N.º de Mandatos (*)
			Forma ⁽¹⁾	Data		
2018-2020	Presidente Conselho Fiscal	Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Sampaio	AG	21/03/2018	1 282	1
2018-2020	Vogal	Pedro Jorge dos Santos Braumann	AG	21/03/2018	961	1
2018-2020	Vogal e ROC efetivo	Susana Rodrigues de Jesus	AG	21/03/2018	1 313	3
2018-2020	Vogal e ROC suplente	António Magalhães & Carlos Santos	AG	21/03/2018	-	2

Legenda: ⁽¹⁾ - indicar AG/DUE/Despacho

(*) - inclui o mandato atual

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2021 (€)		
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Sampaio	7 481	0	7 481
Pedro Jorge dos Santos Braumann	5 611	0	5 611
Susana Rodrigues de Jesus	6 562	0	6 562
António Magalhães & Carlos Santos	0	0	0
	19 654	0	19 654

(ii) Mandato 2018-2020 - início a 21-03-2018

6.3.2. Revisor Oficial de Contas

▪ Mandato 2021-2023

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º de registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data	Data do Contrato		
2021-2023	Vogal e ROC efetivo	Susana Rodrigues de Jesus	ROC n.º 1338	20160948	AG	31/05/2021	22/06/2021	-	10
2021-2023	Vogal e ROC suplente	António Magalhães & Carlos Santos	SROC n.º 53	20160038	AG	31/05/2021	-	-	8

Legenda: ⁽¹⁾ - Assembleia Geral (AG)/Deliberação Unânime por escrito (DUE)/Despacho (D)

Nota: Mencionar o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

Nome	Valor anual do Contrato de Prestação de Serviços 2021 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais 2021 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Susana Rodrigues de Jesus	15 750	0	15 750	Relatório nos termos do artigo 78.º do CIVA	200	0	200
António Magalhães & Carlos Santos	0	0	0	n.a.	0	0	0

n.a. - não aplicável

▪ Mandato 2018-2020 (término a 31 de maio de 2021)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º de registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data	Data do Contrato		
2018-2020	Vogal e ROC efetivo	Susana Rodrigues de Jesus	ROC n.º 1338	20160948	AG	21/03/2018	09/04/2018	-	9
2018-2020	Vogal e ROC suplente	António Magalhães & Carlos Santos	SROC n.º 53	20160038	AG	21/03/2018	-	-	7

Legenda: ⁽¹⁾ - Assembleia Geral (AG)/Deliberação Unânime por escrito (DUE)/Despacho (D)

Nota: Mencionar o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

Nome	Valor anual do Contrato de Prestação de Serviços 2021 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais 2021 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Susana Rodrigues de Jesus	15 750	0	15 750	n.a.	0	0	0
António Magalhães & Carlos Santos	0	0	0	n.a.	0	0	0

n.a. - não aplicável

NOTA: O montante de €15.750 refere-se ao valor contratual anual, independentemente do mandato

6.4. Auditor Externo

No ano de 2021 não se verificou a contratação de serviços de auditoria externa.

Na sequência da decisão do Conselho de Administração da Lusa em 2016, sobre a contratação de Contabilista Certificado, foi efetuado, em 2019, um ajuste direto à empresa Epimetheus - Serviços de Consultoria e Gestão S.A., pertencente ao grupo Neyond, para fornecimento dos respetivos serviços por um período de três anos.

Contabilista Certificado: Miguel André Augusto Pinto, Contabilista Certificado n.º 88 195.

6.5. Restantes trabalhadores

Em 2021, tal como em 2019 e 2020, foram repostos os direitos previstos nos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho. Em 8 de agosto de 2019, após diversas reuniões, a Lusa e os Sindicatos (SJ - Sindicato de Jornalistas; SITESE - Sindicatos dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo; SITE/CRSA - Sindicato das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividades do Ambiente, Centro Sul e Regiões Autónomas) assinaram um protocolo com vista à resolução dos processos de Avaliação de Desempenho não realizados entre os anos de 2011 e 2019. Devido à situação de pandemia em 2021, ano de arranque da Avaliação de Desempenho, foi implementado um processo simplificado, ou seja, a existência de uma única fase de avaliação com início em janeiro de 2021 - Avaliação Final - que incluiu autoavaliação e heteroavaliação, relativamente a factos de desempenho de 2020. Face à continuação da situação pandémica o processo de 2021, a decorrer em 2022, será também nos mesmos moldes.

7. Aplicação do disposto no artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

A Lusa seguiu a recomendação do acionista Estado dada na Assembleia Geral realizada em 28 de março de 2013, pelo que a utilização de cartão de crédito por parte do Presidente do Conselho de Administração cessou a partir dessa data.

Em 2021 não ocorreu o reembolso de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

- Mandato 2021-2023

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	80	96	
Maria João Dias Pessoa de Araujo	-	0	
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	-	0	
Helena Ferro de Gouveia	-	0	
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira (*)	-	0	
(*) Renúncia em 19-10-2021		96	

Importa referir que os gastos com comunicações têm por base a política de comunicações em vigor na empresa, conforme contrato com a ALTICE, para voz e dados, com uma adesão para 24 meses, abrangendo cerca de 350 números.

Nome	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Joaquim de Jesus Pedro Carreira	459,20 €	1.315	356	1.672	O valor mensal afeto a estes gastos é de 1/4 das despesas de representação o que, para um período de 12 meses, é de €5.510. Verifica-se assim que os gastos reais são apenas 52,0% do máximo permitido no período (€3.214 para um mandato de 7 meses)
Maria João Dias Pessoa de Araújo	-	0	0	0	
Carla Maria dos Santos Filipe Baptista	-	0	0	0	
Helena Ferro de Gouveia	-	0	0	0	
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira (*)	-	0	0	0	
				1.672	

(*) Renúncia em 19-10-2021

▪ Mandato 2018-2020 (término a 31 de maio de 2021)

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	80	0	
Maria João Dias Pessoa de Araújo	-	0	
Denise Mendes da Costa Silva Pires (*)	-	0	
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	-	0	
		0	

(*) Renúncia em 31-10-2020

Nome	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	457,82 €	699	121	821	O valor mensal afeto a estes gastos é de 1/4 das despesas de representação o que, para um período de 12 meses, é de €5.494. Verifica-se assim que os gastos reais são apenas 35,9% do máximo permitido no período (€2.289 para um mandato de 5 meses).
Maria João Dias Pessoa Araújo	-	0	0	0	
Denise Mendes da Costa (*)	-	0	0	0	
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	-	0	0	0	
				821	

(*) Renúncia em 31-10-2020

8. Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

Em 2021 a Lusa não incorreu em despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Elaboração (de três em três anos) e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina a Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

A promoção da igualdade de género está, cada vez mais, na agenda da Lusa, que se pretende, assim, afirmar e distinguir por uma orientação de responsabilidade social. Nesse âmbito, em 2019, foi realizado um diagnóstico interno, em colaboração com uma equipa de especialistas do ISEG/IDEFE. Foi também elaborado o relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens referente a 2018, disponível em <https://www.lusa.pt/about-lusa/Relatório-da-Igualdade-de-Remunerações-por-Género>.

Ainda em 2021, iniciou-se uma nova auditoria de género e plano para a igualdade que inclui a realização de diagnóstico interno, a elaboração dos relatórios da auditoria de género e da igualdade de remunerações, workshops com grupos estratégicos e apresentação de uma proposta de plano para a igualdade entre mulheres e homens na Agência.

10. Elaboração e divulgação do Plano de Gestão de Risco e Infrações Conexas e do Relatório anual tendo em consideração as Recomendações do Conselho de Previsão da Corrupção, designadamente a Recomendação do referido Conselho, datada de 1 de julho de 2009

Em 2021, foi revisto o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) conforme preconizado no artigo 46.º do DL n.º 133/2013 e Lei n.º 54/2008 em que as empresas públicas “devem elaborar anualmente relatório identificativo das ocorrências e risco de ocorrências de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei 54/2008”.

Adicionalmente, foi elaborado o relatório com a execução deste plano. A percentagem de medidas a implementar baixou de 20% (12 medidas) em 2020 para 15% (9 medidas) em 2021, mesmo tendo sido identificados 2 novos riscos, num total de 61. De referir que 5 das medidas por implementar viram revisto o seu prazo de implementação, efeito da pandemia covid-19, nomeadamente a situação de teletrabalho, e ainda 3 medidas não implementadas encontram-se em fase de implementação.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, disponível em <https://www.lusa.pt/about-lusa/plano-de-prev-de-riscos-de-corrupção-e-infra-conexas>, tem como objetivos principais:

- a) A identificação dos riscos de corrupção e infrações conexas relativamente a cada área ou Departamento;
- b) Com base no apuramento dos riscos, identificação das medidas a implementar para prevenir a sua ocorrência (por exemplo medidas de controlo interno em aplicação);
- c) Proposta de medidas preventivas da ocorrência de riscos, quando assim se justifique;
- d) Definição e identificação dos vários responsáveis envolvidos na gestão do plano.

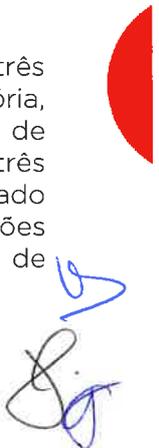
11. Contratação Pública

A Lusa adota os procedimentos contratuais e pré-contratuais de aquisição e locação de bens e serviços que constam do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, a partir de 1 de janeiro de 2018, e pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, na procura da simplificação, desburocratização e flexibilização dos procedimentos de formação dos contratos públicos, com vista ao aumento da eficiência da despesa pública e à promoção de um melhor e mais fácil acesso àqueles contratos por parte dos operadores económicos.

Para acautelar, estrategicamente, a previsão de normas de contingência para a emergência de saúde pública de âmbito internacional da epidemia SARS-CoV-2, através de um regime legal adequado a esta realidade excecional, para a prevenção, contenção, mitigação e tratamento de infeção epidemiológica por covid-19, em especial no que respeita a matéria de contratação pública aplicável, nomeadamente, às entidades do setor público empresarial, foi publicado o Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, e Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que estabeleceu um regime excecional e temporário em matéria de contratação pública e realização de despesa pública, conciliando a celeridade procedimental exigida com a defesa dos interesses do Estado e a rigorosa transparência nos gastos públicos.

Todas as aquisições são objeto de um processo de compra organizado pelo Departamento de Compras, integrado na Direção de Áreas de Suporte.

O processo de compra inicia-se pela consulta ao mercado que é dirigida a pelo menos três potenciais fornecedores. Para aquisições de valor igual ou superior a 500 euros é obrigatória, pelo “Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços” aprovado pelo Conselho de Administração da Lusa em 29 de dezembro de 2010, a obtenção de pelo menos três propostas escritas dos potenciais fornecedores, tendo este procedimento sido adotado mesmo em compras de bens ou serviços de valor muito inferior. Regra geral, as aquisições de valor superior a 5 mil euros seguem os respetivos trâmites de procedimento de



contratação pública não simplificado, sendo os respetivos contratos registados no portal base.gov.

Para alcançar à máxima conformidade legal dos valores de transparência, eficácia e desmaterialização dos procedimentos contratuais de aquisição e locação de bens e serviços, a Lusa adotou a utilização de uma plataforma eletrónica de contratação pública, onde efetua regularmente o lançamento de procedimentos de aquisição de bens e serviços.

Durante o exercício de 2021 foram lançados trinta e cinco (35) procedimentos de ajuste direto de aquisição de bens e serviços e de empreitada, no montante de €866.849, seis (6) procedimentos de aquisição de bens e serviços e de empreitada por consulta prévia, no total de €171.259, e dois (2) procedimentos de concurso público para a aquisição de bens e serviços, no valor de €517.566. Os quarenta e três (43) procedimentos contratuais totalizaram, globalmente, o montante de €1.555.674, verificando-se conformidade com os procedimentos de contratação pública. Em 2021, a Lusa não celebrou contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

Contratos públicos: número e valor de adjudicações por tipo de procedimento em 2021 (fonte: base.gov)

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento						Total	
	Concurso público		Consulta Prévia		Ajuste direto		N.º dos contratos	Preço contratual
	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual		
Locação/aquisição de bens móveis	1	397 614 €	3	85 225 €	2	28 154 €	6	510 993 €
Concessão de obras públicas			2	25 550 €	1	8 914 €	3	34 464 €
Aquisição de serviços	1	119 952 €	1	60 484 €	32	829 781 €	34	1 010 217 €
TOTAL	2	517 566 €	6	171 259 €	35	866 849 €	43	1 555 674 €

Tipo de contrato	N.º dos contratos	Preço contratual	Tipo de procedimento	Fundamentação
Aquisição de serviços	7607733	35 000 €	Ajuste Direto	Artigo 27.º, n.º 1, alínea b) do CCP
Aquisição de serviços	7607803	14 400 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea iii) do CCP
Aquisição de serviços	7607821	14 400 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea iii) do CCP
Aquisição de serviços	7607835	14 400 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea iii) do CCP
Aquisição de serviços	7608840	51 000 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea ii) do CCP
Aquisição de serviços	7608860	14 000 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea ii) do CCP
Aquisição de serviços	7682348	18 000 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do CCP
Aquisição de serviços	7682403	8 239 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do CCP
Aquisição de serviços	7682576	9 899 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea ii) do CCP
Aquisição de bens móveis	7682656	9 599 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do CCP
Aquisição de serviços	7683828	59 290 €	Ajuste Direto	Artigo 27.º, n.º 1, alínea a) do CCP
Aquisição de serviços	7683859	64 739 €	Ajuste Direto	Artigo 27.º, n.º 1, alínea a) do CCP
Aquisição de serviços	7792983	8 400 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea iii) do CCP
Aquisição de serviços	7792995	8 400 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea iii) do CCP
Aquisição de serviços	7862711	119 952 €	Concurso público	Artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do CCP
Locação de bens móveis	7862755	397 614 €	Concurso público	Artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do CCP
Empreitadas de obras públicas	7865366	17 900 €	Consulta Prévia	Artigo 19.º, alínea c) do CCP
Aquisição de serviços	7866893	51 214 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea ii) do CCP
Aquisição de serviços	7867046	10 800 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea iii) do CCP
Aquisição de serviços	8347126	12 000 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea ii) do CCP
Aquisição de serviços	8466386	91 536 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea ii) do CCP
Aquisição de bens móveis	8602022	18 555 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea ii) do CCP
Aquisição de serviços	8602476	31 000 €	Ajuste Direto	Artigo 27.º, n.º 1, alínea a) do CCP
Aquisição de bens móveis	8625324	24 990 €	Consulta Prévia	Artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do CCP
Aquisição de serviços	8650654	60 484 €	Consulta Prévia	Art. 20.º, n.º 1, al. c) do CCP e art. 4.º, n.º 1 do DLR n.º 34/2008/M, de 14/08 (DLR n.º 6/2018/M)
Aquisição de serviços	8652572	41 680 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea ii) do CCP
Aquisição de serviços	8722930	73 782 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea ii) do CCP
Aquisição de serviços	8728313	11 400 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do CCP
Aquisição de serviços	8728960	96 491 €	Ajuste Direto	Artigo 27.º, n.º 1, alínea a) do CCP
Empreitadas de obras públicas	8733066	8 914 €	Ajuste Direto	Artigo 19.º, alínea d) do CCP
Aquisição de serviços	8733434	17 588 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea ii) do CCP
Aquisição de serviços	8740828	5 750 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do CCP
Aquisição de serviços	8741423	1 610 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do CCP
Aquisição de serviços	8742602	9 899 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea ii) do CCP
Aquisição de serviços	8743402	2 484 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do CCP
Aquisição de serviços	8743892	7 780 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do CCP
Empreitadas de obras públicas	8744805	7 650 €	Consulta Prévia	Artigo 19.º, alínea c) do CCP
Aquisição de bens móveis	8751824	56 110 €	Consulta Prévia	Artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do CCP
Aquisição de serviços	8807478	24 400 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea ii) do CCP
Aquisição de serviços	8824376	12 400 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea iii) do CCP
Aquisição de serviços	8824586	3 900 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea iii) do CCP
Aquisição de serviços	8824764	3 900 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea iii) do CCP
Aquisição de bens móveis	8825268	4 125 €	Consulta Prévia	Artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do CCP
TOTAL		1 555 674 €		

Contratos públicos: número e valor de adjudicações por tipo de procedimento em 2020 (fonte: base.gov)

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento						Total	
	Concurso público		Consulta Prévia		Ajuste direto		N.º dos contratos	Preço contratual
	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual		
Locação/aquisição de bens móveis			3	163 360 €	3	35 727 €	6	199 088 €
Concessão de obras públicas			1	94 640 €	1	29 400 €	2	124 040 €
Aquisição de serviços	1	981 249 €	5	192 498 €	17	381 804 €	23	1 555 551 €
TOTAL	1	981 249 €	9	450 498 €	21	446 931 €	31	1 878 679 €

12. Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A empresa formalizou a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas em 15 de setembro de 2011 e mantém-se atenta ao lançamento de procedimentos contratuais de aquisição e locação de bens e serviços ao abrigo dos acordos-quadro existentes que, tendo por base uma prévia qualificação de entidades fornecedoras, permitem a obtenção de vantagens relativamente a prazos procedimentais, à transparência nos processos e à verificação da capacidade técnica e financeira das entidades concorrentes.

A Lusa dispõe de um “Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços”, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 29 de dezembro de 2010 e publicitado em www.lusa.pt, que estabelece as normas que regem a realização de despesas com a aquisição e locação de bens e serviços necessários ao regular funcionamento da Agência para, através da garantia do respeito pelos princípios da publicidade, da livre concorrência e da não discriminação, da qualidade e da economicidade, permitir alcançar a melhor gestão dos meios ao seu dispor.

13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais previstas no artigo 158.º do DLEO 2019, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos

A estratégia de consolidação orçamental, que determina a redução da despesa pública por parte do Estado, impõe às empresas do SEE, onde a Lusa se enquadra, por via do OE para 2019 e do DLEO n.º 84/2019 de 28 de junho, e de outras determinações emanadas das entidades que a tutelam, a adoção de medidas de redução e contenção de gastos.

A Lusa, em cumprimento do estabelecido no Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, endereçou um pedido ao senhor Ministro da Cultura relativo à exceção da verificação da redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios. Foi igualmente proposto o estabelecimento de outro indicador que permitisse medir a otimização da estrutura de gastos operacionais, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 124.º do DLEO, atendendo a que a Lusa cumpre com os requisitos expressos na alínea b) do n.º 5 do mesmo artigo. O novo indicador teve um despacho favorável por parte do Senhor Ministro da Cultura em 17 de maio de 2017 e do Senhor Secretário de Estado do Tesouro (SET) em 1 de junho de 2017 (Anexo 1).

O indicador vigorou por 3 anos, entre 2017 e 2019. Em 2020 e 2021, uma vez que não existiu Decreto-Lei de Execução Orçamental e que a Lusa não teve Contrato com o Estado considerou-se o mesmo indicador. Para 2022, e uma vez que os pressupostos para a proposta de um indicador alternativo se mantêm a Lusa anexou à sua proposta de PAO para 2022 o pedido de continuidade do indicador anteriormente aprovado.

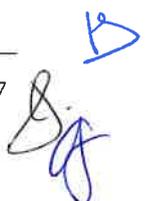
No cálculo do indicador registou-se, conforme quadro seguinte, uma diminuição do custo médio por conteúdo de €1,15 face a 31 de dezembro de 2020, o que se traduz numa melhoria da eficiência da Lusa, cumprindo assim o desiderato da redução do peso dos custos face à produção editorial. Esta redução traduz, sobretudo, o aumento significativo da produção.

(Euros)

DESCRIÇÃO	REAL 2015	REAL 2016	REAL 2017	REAL 2018	REAL 2019	REAL 2020	REAL 2021
Fornecimentos e serviços externos	3 852 659	3 817 166	3 963 965	4 056 614	3 965 907	3 688 876	4 042 761
Gastos com o pessoal	9 332 451	9 752 784	9 864 846	10 218 859	11 559 595	11 761 927	11 975 012
Perdas por imparidade	369 587	86 446	45 389	39 589	142 047	194 238	84 790
Perdas por reduções de justo valor	0	100	7	0	0	0	0
Provisões do período	24 768	197 667	355 912	224 278	134 637	97 578	77 213
Outros gastos e perdas	265 746	175 017	137 670	122 551	91 096	88 075	60 130
Gastos e perdas de financiamento	16 938	4 879	1 092	0	0	0	0
Total de Gastos e perdas (sem amortizações) (A)	13 862 150	14 034 059	14 368 882	14 661 892	15 893 283	15 830 693	16 239 905
Indemnizações com o pessoal	0	226 481	140	793	3 200	0	0
Alterações Legislativas ⁽¹⁾	100 582	334 763	611 952	1 016 426	1 923 318	2 470 174	2 511 657
Projeto Google (FSE)	0	0	154 802	0	0	0	0
Total de efeitos não recorrentes (B)	100 582	561 244	766 895	1 017 220	1 926 518	2 470 174	2 511 657
Produção Editorial (n.º de conteúdos) (C)	222 799	227 821	235 091	240 770	248 892	276 076	290 584
Indicador ((A)-(B))/(C)	61,77	59,14	57,86	56,67	56,12	48,39	47,24

⁽¹⁾ - Alterações legislativas decorrentes da Lei n.º 75/2014, Lei n.º 159-A/2015, Lei n.º 42/2016 e Despacho n.º 3746/2017, descongelamento dos IRCT e admissão dos PREVPAP em 24 abril de 2019.

O quadro seguinte, permite observar a evolução das rubricas associadas ao Plano de Redução de Custos, que inclui a análise dos gastos operacionais, volume de negócios, custos com deslocações e estadas, ajudas de custo, gastos com a frota automóvel e estudos, pareceres e consultoria. O mapa permite igualmente observar a variação do peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, excluindo a indemnização compensatória, e os impactos da covid-19.



(Euros)

PRC	2021 Exec.	2021 ORC	2020 Exec.	2019 Exec.	2021 / 2020		2021 / 2019	
					Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	1 047 986	823 177	728 691	1 380 703	319 295	43,8%	-332 718	-24,1%
(1) CMVMC	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
(2) FSE	4 042 761	4 047 567	3 688 876	3 965 907	353 885	9,6%	76 854	1,9%
(3) Gastos com o pessoal	11 975 012	12 188 007	11 761 927	11 559 595	213 085	1,8%	415 417	3,6%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	0	0	0	3 200	0	0,0%	-3 200	NC
(3.ii) Valorizações remuneratórias	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
(3.iii) impacto da aplicação dos IRCT (*)	1 179 960	1 257 709	1 138 477	591 621	41 483	3,6%	588 339	99,4%
(4) Gastos com o pessoal para efeitos do apuramento da eficiência operacional (3)-(3.i)-(3.ii)-(3.iii)	10 795 052	10 930 298	10 623 450	10 964 774	171 602	1,6%	-169 722	-1,5%
(5) Impactos da pandemia COVID-19 nos Gastos Operacionais (CMVMC, FSE e G. Pessoal) (a)	35 608	12 390	32 392	0	3 216	9,9%	35 608	NC
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(4)-(5)	14 802 206	14 965 475	14 279 934	14 930 681	522 271	3,7%	-128 476	-0,9%
(7) Volume de negócios (b)	3 906 597	3 807 548	3 781 489	3 761 947	125 107	3,3%	144 649	3,8%
(8) Perda de receita decorrente da pandemia COVID-19 (+)	124 787	118 000	80 059	0	44 729	55,9%	124 787	NC
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7)+(8)	4 031 384	3 925 548	3 861 548	3 761 947	169 836	4,4%	269 436	7,2%
(10) Peso dos Gastos/VN (6)/(9)	367,2%	381,2%	369,8%	396,9%	-2,6p.p.	-	-29,7p.p.	-
(i) Gastos com Deslocações (FSE): Deslocações, estadas e transportes	343 699	538 243	212 633	421 073	131 066	61,6%	-77 374	-18,4%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (GcP)	411 357	447 871	376 035	437 488	35 321	9,4%	-26 131	-6,0%
(iii) Gastos associados à frota automóvel (c)	132 042	149 154	138 069	182 664	-6 027	-4,4%	-50 622	-27,7%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii)	887 098	1 135 267	726 737	1 041 226	160 361	22,1%	-154 128	-14,8%
(12) Encargos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	272	272	275	279	-3	-1,1%	-7	-2,5%
N.º Órgãos Sociais (OS) (**)	9	10	8	10	1	12,5%	-1	-10,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	3	3	3	4	0	0,0%	-1	-25,0%
N.º trabalhadores (sem OS e sem CD) (***)	260	259	264	265	-4	-1,5%	-5	-1,9%
N.º trabalhadores /N.º CD	87	86	88	66	-1	-1,5%	20	30,8%
N.º de viaturas	20	20	20	20	0	0,0%	0	0,0%

(a) Os impactos das medidas tomadas para fazer face à pandemia COVID-19 deverão ser devidamente justificados e discriminados por medidas.

(b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração (-) e das indemnizações compensatórias (-), bem como dos impactos COVID-19 nas rubricas de vendas e serviços prestados (+), estes últimos impactos deverão ser devidamente justificados e discriminados.

(c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

(*) - Este Valor Inclui integração dos PREVPAP.

(**) - Inclui Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Conselho de Administração. Renúncia ao mandato de Vogal não executivo do Conselho de Administração a 31/10/2020 e a 19/10/2021 e do Vice-Presidente da Mesa Assembleia Geral em 30/09/2020.

(***) - A 31/12/2021, o n.º de trabalhadores (executado a 2021) Inclui o Presidente do Conselho de Administração, que foi requisitado para o exercício das funções.

O aumento de €354 mil observado, face a 2020, nos fornecimentos e serviços externos foi o resultado, sobretudo, do crescimento dos gastos com serviços jurídicos em processos judiciais em curso, evidenciados na rubrica comissões e honorários, dos custos com deslocações, estadas e transportes por via da realização de grandes eventos em 2021 (alguns adiados do ano anterior, como os Jogos Olímpicos e o Campeonato da Europa de Futebol) e do aumento da cobertura de eventos públicos, e dos gastos incorridos com a cobertura da Presidência Portuguesa da União Europeia.

O incremento nos gastos com pessoal de €213 mil decorre, sobretudo, do descongelamento dos IRCT (regularização da Avaliação de Desempenho, diuturnidades e progressões automáticas) do acréscimo das ajudas de custo com reportagens, por via da realização de grandes eventos e do aumento da cobertura de outros eventos públicos, dos gastos com testagem à covid-19 e da redução das baixas por doença e parto. Adicionalmente às razões referidas, a integração dos PREVPAP em 24 de abril de 2019 contribui para o aumento de €415 mil registado nestes custos face a 2019.

No âmbito das medidas de prevenção e combate à covid-19, a Lusa adotou desde o início um quadro global de atuação, criou um grupo de supervisão transversal às várias áreas e designou uma pequena equipa, o Ponto Focal, para fazer a gestão diária de processos, procedimentos (Plano de Contingência e Plano de Reabertura), logística e comunicação, com

todos os trabalhadores, decorrentes da pandemia e do confinamento. Genericamente, foi adotado o teletrabalho, sobretudo no caso dos jornalistas, exceto nas situações de necessidade imperativa de trabalho presencial, para o qual foram constituídas equipas que funcionam desfasadamente, em sistema de 'espelho'. Já em 2021, com a campanha de vacinação em fase muito avançada, foi adotado um modelo híbrido de regresso ao trabalho presencial, na tentativa de respeitar o equilíbrio entre flexibilidade e conexão na gestão da empresa, mantendo a sua unidade e cultura. No cumprimento da legislação que estabelece o regime de reorganização do trabalho e minimização de riscos de transmissão da doença covid-19 no âmbito das relações laborais, foi adotado, a partir do final de 2021, o regime de teletrabalho recomendado sempre que as funções o permitam, sendo voluntário o trabalho presencial. Têm vindo a ser adquiridos, conforme as necessidades identificadas a cada momento, equipamento de proteção individual (EPI) e aparelhos, materiais e produtos de desinfeção, segurança e limpeza. A Lusa celebrou também um protocolo para a realização de testes à covid-19, sobretudo para os jornalistas, devido ao risco existente por via da cobertura jornalística.

Na perda de receitas decorrente da pandemia covid-19, como pressuposto, foram consideradas para o impacto nas receitas comerciais todas as rescisões e renegociações que tiveram lugar em 2021. Podemos então aferir que o impacto covid-19 foi de €125 mil em 2021, sendo a área de negócio que mais contribuiu para esse impacto as Empresas, com 33,4% das rescisões e renegociações, seguindo-se os segmentos dos Grandes Órgãos de Comunicação Social e o Mercado Externo, com 30,9% e 28,7% respetivamente. Estas três áreas de negócio, agregadas, representam mais de 90% das rescisões e renegociações atribuídas à covid-19.

Relativamente ao conjunto dos gastos com deslocações, estadas e transportes, ajudas de custo e gastos com a frota automóvel verificou-se, em 2021, um aumento de €160 mil face ao ano anterior. Esta evolução deveu-se, sobretudo, ao acréscimo de atividade observado no decurso de 2021, com a realização de grandes eventos políticos e desportivos nacionais e internacionais e o aumento da cobertura de eventos públicos. Face à atividade anterior à pandemia, em 2019, regista-se ainda uma diminuição de €154 mil nestes custos, em 2021.

O parque automóvel da Lusa é composto por 20 viaturas, o mesmo número que em 2020, das quais 13 estão em regime de aluguer operacional. Atualmente o parque encontra-se no limite das suas necessidades, pelo que é sempre efetuada a maximização do uso comum.

14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – indicação de como foi dado cumprimento ao disposto no n.º 7 do artigo 49.º do DLEO 2019

Conforme se pode observar no quadro anterior, em 2021, a Lusa não incorreu neste tipo de despesas.

15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 160.º da LOE 2020 e artigo 115º do DLEO 2019)

No que se refere ao pedido de dispensa do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, a Lusa solicitou ao IGCP a exceção à obrigação do seu cumprimento, tendo ficado excepcionada do cumprimento da UTE nas operações não executadas pelo IGCP, através do Despacho do IGCP Ref.ª UE: SGC n.º 103, de 10 de novembro de 2020, para os anos de 2020 e 2021.

Até à data a Lusa tem seguido o mesmo princípio de anos anteriores, isto é, exceção do cumprimento da UTE nos seguintes serviços:

- Os valores inerentes às garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Os valores relativos à custódia de títulos que não sejam dívida pública;
- Os valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades.

Os restantes valores devem, pois, ser movimentados pela LUSA através de contas no IGCP, pela utilização dos serviços bancários disponibilizados por esta Agência.

Banca Comercial 2021		(Euros)			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Disponibilidades					
Banco B.P.I.	19 513	9 267	40 456	7 721	
Banco Nacional Ultramarino (Macau)	24 824	11 363	11 445	26 357	
Banco Millennium Internacional (Maputo)	16 371	13 823	19 825	21 837	
Banco Santander Totta	1 946	1 893	1 840	1 787	
Caixa Geral Angola	0	0	10 091	5 893	
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.	3 007 373	563 459	1 831 880	3 456 721	
Total Disponibilidades	3 070 027	599 805	1 915 537	3 520 316	
Aplicações					
Banco Nacional Ultramarino (Macau)	8 188	8 188	8 188	8 833	
Aplicações Financeiras	8 188	8 188	8 188	8 833	
Total Disponibilidades + Aplicações	3 078 215	607 992	1 923 725	3 529 149	
Juros Auferidos	0	0	0	14	

16. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

A Empresa não foi objeto de auditorias do Tribunal de Contas.

17. Elaboração e divulgação do Plano para a igualdade (anual), conforme determina o artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho

O plano de Igualdade do Género, elaborado pela equipa de trabalho da Lusa em parceria com o ISEG, foi aprovado pelo Conselho de Administração em março de 2020 <https://www.lusa.pt/about-lusa/plano-para-igualdade-entre-homens-e-mulheres>, estando disponível no site da empresa para consulta de todos os trabalhadores. O plano tem um horizonte temporal de 3 anos, e de acordo com o normativo vigente, tem como objetivo criar condições internas para promover a Igualdade de género na empresa nas seguintes dimensões: Missão, valores e estratégia; Formação e desenvolvimento de competências; Progressão e desenvolvimento de carreiras; Proteção na parentalidade; e Comunicação interna e externa. Este plano é complementado pela criação de uma Comissão de Acompanhamento cujo objetivo é promover e garantir a concretização das medidas propostas.

A Lusa enviou o Plano para a Igualdade entre Homens e Mulheres na Agência Lusa referente ao triénio 2020-2022 para a CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e para a CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego a 20 de agosto de 2020, por correio eletrónico. Em 6 de janeiro e 29 de novembro de 2021 foi enviado para o SIOE - Sistema de Informação da Organização do Estado.

Ainda em 2021 iniciou-se uma nova auditoria de género e plano para a igualdade que inclui a realização de diagnóstico interno, a elaboração dos relatórios da auditoria de género e da igualdade de remunerações, workshops com grupos estratégicos e apresentação de uma proposta de plano para a igualdade entre mulheres e homens na Agência. Estima-se que este projeto esteja concluído no 2.º semestre de 2022.



18. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º - B ou 508.º - G do CSC

Considerando que a Lusa não é classificada como entidade de interesse público e que, em 31 de dezembro de 2021, a Lusa não excede o número médio de 500 trabalhadores, pois o seu efetivo total nesta data é de 263 trabalhadores, não se apresenta a demonstração não financeira.

19. Informação a constar no sítio da internet do Setor Empresarial do Estado (portal da DGTF)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A	Data Atualização	
Estatutos	S	29/12/2021	
Caracterização da Empresa	S	29/12/2021	
Função de tutela e accionista	S	29/12/2021	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S		
Identificação dos Órgãos Sociais	S	29/12/2021	
Estatuto remuneratório fixado	S	29/12/2021	
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	29/12/2021	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	29/12/2021	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	29/12/2021	
Esforço Financeiro Público	S	29/12/2021	
Ficha Síntese	S	29/12/2021	
Informação Financeira histórica e atual	S	29/12/2021	
Princípios de Bom Governo	S		
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	29/12/2021	Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços em vigor desde 1 de janeiro de 2011.
Transações relevantes com entidades relacionadas	S	29/12/2021	
Outras transações	N.A.	29/12/2021	
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios	S	29/12/2021	
Económico	S	29/12/2021	
Social	S	29/12/2021	
Ambiental	S	29/12/2021	
Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	29/12/2021	
Código de Ética	S	29/12/2021	

Legenda: S - Sim; N - Não; N.A. - Não Aplicável

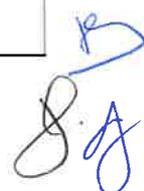
20. Quadro de cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão					
Cumprimento do Contrato de Serviço Público	X			100%	Em 2021, a produção editorial da Lusa totalizou 290.584 conteúdos anuais. (ver n.º 1).
1) Assinar o novo contrato-programa com o Estado, com uma duração de seis anos e com um valor que, para além da indemnização compensatória de 12,8 milhões de euros (sem IVA) atribuída à Lusa nos últimos quatro anos, contemple igualmente a verba destinada a cobrir os encargos decorrentes da integração de 23 trabalhadores nos quadros da Agência e a regularização dos processos de avaliação não efetuados entre 2011 e 2019, cumprindo assim o serviço público em todos os vetores aí definidos.	X			80%	À data da elaboração do presente relatório, o Contrato encontra-se assinado e aguarda fiscalização prévia do Tribunal de Contas (ver n.º 1).
2) Cobrir, de forma irrepreensível, a Presidência Portuguesa da União Europeia, que decorre no primeiro semestre de 2021 e para a qual a Lusa foi contratada pelo Estado português; e desenvolver todos os esforços para conseguir contratos prestigiantes como este com entidades nacionais ou internacionais.	X			100%	Ver n.º 1.
3) Aumentar a notoriedade nacional e internacional da marca Lusa, reafirmando o papel da Agência como entidade vital e incontornável no panorama mediático português e na frente do combate à desinformação, dado fazer parte integral do seu	X			100%	Ver n.º 1.
4) Lançar um grande debate interno sobre o teletrabalho e as consequências que daí decorrem para a qualidade da produção noticiosa da Agência, procurando ao mesmo tempo encontrar soluções que permitam a utilização criativa das suas instalações.	X			100%	Ver n.º 1.
5) Manter a aposta na modernização tecnológica da Agência, nomeadamente na área da Inteligência Artificial e na robotização da produção noticiosa, tirando o melhor partido de projetos inovadores que estão em andamento e que deverão ser concretizados a curto prazo. Lançar o Prémio Pedro Camacho para premiar projetos inovadores no domínio das tecnologias de informação ligadas à área editorial, a grande missão que Pedro Camacho abraçou com entusiasmo e dedicação nos seus últimos três	X			100%	Ver n.º 1.
6) Continuar a procurar soluções inovadoras, no país e no estrangeiro, para aumentar as receitas próprias da Agência (com novos serviços e geografias), apesar do ambiente muito negativo em que vive a esmagadora maioria dos clientes da Lusa no setor da comunicação social em Portugal e no mundo.	X			100%	Ver n.º 1.
7) Promover debates e conferências relacionados com temas fraturantes do mundo moderno; fazer o mesmo em relação a todos os grandes temas que atravessam neste momento a União Europeia.	X				Por via da pandemia covid-19 (ver n.º 1).
8) Avançar para as negociações de um Acordo de Empresa adequado aos novos desafios que a Agência enfrenta e cujo anacronismo, em diversas cláusulas, se tem vindo a tornar cada vez mais evidente.	X				Ver n.º 1.
9) Concretizar o Processo de Avaliação de Desempenho de todos os trabalhadores e limar as arestas para que possa entrar em velocidade de cruzeiro.	X			100%	Ver n.º 1.
10) Manter a aposta em caminhar para a igualdade de Género na empresa, quer no plano das responsabilidades, quer ao nível salarial.	X			100%	Ver n.º 1.
11) Encontrar novas ideias que permitam que a Lusa venha a ser reconhecida como uma das melhores empresas para trabalhar em Portugal.	X				Por via da pandemia covid-19 (ver n.º 1).
12) Continuar a investir na desmaterialização de todos os processos administrativos da Agência.	X			100%	Ver n.º 1.
Metas a atingir constantes no PAO 2021					
Investimento		X			O investimento realizado superou em €73 mil o valor previsto como efeito da situação pandémica, tendo sido necessário recorrer à aquisição de equipamento informático, por via da manutenção da situação de teletrabalho, e a melhorias efetuadas na redação para atender a necessidades de reconfiguração do espaço, climatização e conforto, e da necessidade de realização de obras e aquisição de um gerador na delegação de Díli, por força da ocorrência de eravas cheias em 2021 (ver n.º 1).
Nível de endividamento	X				
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE			X		
Gestão do Risco Financeiro	X				Em 2021, a empresa não tinha
Limites de Crescimento do Endividamento	X				Em 2021, a Lusa não tinha passivo
Evolução do PMP a fornecedores		X			PMP a fornecedores de 48 dias (35 dias em 2020).
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X				Dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011: €1.138.
Recomendações do acionista na última aprovação de contas					
Não foram proferidas quaisquer recomendações do acionista Estado, aquando da aprovação das contas de 2020	X			100%	Ver n.º 5.
Remunerações					
Não atribuição de prémios de gestão			X		Ver n.º 1.
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	X				Reduções remuneratórias do CA em 2021 no montante total de €6.196,59 (€3.403,41 do mandato 2021-2023 e €2.793,18 do mandato 2018-2020).
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)		X			Redução remuneratória de 5% ao abrigo do Estatuto do Gestor Público (ver n.º 6.).
Auditor Externo - redução remuneratória vigente em 2021 (se aplicável)		X			

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
EGP - Artigo 32.º e 33.º do EGP					
Não utilização de cartões de crédito	X		X		Ver n.º 7.
Não reembolso de despesas de representação pessoal					
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	X				Plafond Mensal definido €80, conforme ata da AG de 31 de maio de 2021 (ver n.º 7).
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X				Plafond mensal definido é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação, conforme ata da AG de 31 de maio de 2021 (ver n.º 7).
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16.º do RISPE e artigo 11.º do EGP					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X				Em 2021, a Lusa não incorreu na realização de despesas não documentadas. (ver n.º 8).
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	X			https://www.lusa.pt/about-lusa/Relatório-da-Igualdade-de-Remunerações-por-Género	Ver n.º 9.
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção de corrupção	X			https://www.lusa.pt/about-lusa/plano-de-prev-de-riscos-de-corrupção-e-infra-conexas	Ver n.º 10.
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	X			Durante o ano de 2021 foram lançados 35 ajustes diretos de aquisição de bens e serviços, no montante de €866.849, 6 consultas prévias de aquisição de bens e serviços e de empreitada, no total de €171.259, e 2 concursos públicos de aquisição de serviços, no valor de €517.566, num total global de 43 procedimentos contratuais no montante de €1.555.674. (ver n.º 11).	A Lusa adota os procedimentos de aquisição de bens e serviços que constam do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio. (ver n.º 11).
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas			X		
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		
Adesão ao Sistema Nacional de compras públicas	X				Ver n.º 12.
Gastos operacionais das Empresas Públicas	X			Foi estabelecido um novo indicador para medir a otimização da estrutura de gastos operacionais, de acordo com o Despacho n.º 351/17 do Secretário de Estado do Tesouro. No cálculo do indicador registou-se, conforme quadro seguinte, uma diminuição do custo médio por conteúdo de €1,15 face a 31 de dezembro de 2020, o que se traduz numa melhoria da eficiência da Lusa, cumprindo assim o desiderato da redução do peso dos custos face à produção editorial. Esta redução traduz, sobretudo, o aumento significativo da produção.	Ver n.º 13.
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49.º do DLEO 2019)	X			A Lusa não incorreu neste tipo de despesas em 2021.	Ver n.º 14.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)	X			97,9% (96,0% em 2020).	A Lusa solicitou ao IGCP a exceção à obrigação do cumprimento da UTE, tendo ficado excecionada do cumprimento da UTE nas operações não executadas pelo IGCP, através do Despacho do IGCP Ref.º UE: SGC n.º 103, de 10 de novembro de 2020, para os anos de 2020 e 2021 (ver n.º 15).
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	X			Total de disponibilidades e aplicações na Banca Comercial em 31 de dezembro de 2021: €72.429.	A Lusa não auferiu juros em incumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (ver n.º 15).
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em receita do Estado			X		ver n.º 16.
Auditorias do Tribunal de Contas			X		
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	X			O plano de Igualdade do Género foi aprovado pelo Conselho de Administração em março de 2020 e tem um horizonte temporal de 3 anos.	ver n.º 17.
Apresentação da demonstração não financeira	X				ver n.º 18.

VII. Grelha de práticas de boa governação societária

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
I. Síntese			
1. Menção às alterações mais significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2021	✓	2	Estrutura orgânica; receitas próprias; produção editorial e cumprimento do serviço público; racionalização de custos.
II. Missão, Objetivos e Políticas			
1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa	✓	5	
2. Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida, designadamente:			
a) Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros	✓	7	Vide também II.3
b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar	✓	7	Vide também II.3
3. Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa	✓	11	
4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa	✓	19	
III. Estrutura de Capital			
1. Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e da percentagem de capital que cada categoria representa	✓	22	
2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	✓	23	
3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a eventuais restrições	✓	23	Vide também Anexo 5
IV. Participações Sociais e obrigações detidas			
1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (empresa) que direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação	✓	24	
2. Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	✓	24	
3. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	✓	24	
4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade	✓	24	



Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
V. Órgãos Sociais e Comissões			
A. Modelo de Governo	✓	25	
1. Identificação do modelo de governo adotado	✓	25	
B. Mesa da Assembleia Geral			
1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e de fim), assim como a remuneração relativa ao ano em referência. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	26	
2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias	✓	28	n.a.
C. Administração e Supervisão			
1. Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão	✓	28	
2. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	28	
3. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão	✓	29	
4. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos	✓	30	
5. Evidência da apresentação das declarações de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse	✓	35	Vide também Anexo 3
6. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas	✓	35	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
7. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegação de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade	✓	36	Vide também Anexo 10
8. Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, indicando designadamente:			
a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas	✓	37	
b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício	✓	37	
c) Órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos	✓	39	Vide também Anexo 7
d) Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e sínteses das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências	✓	39	
D. Fiscalização			
1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado: Fiscal Único, Conselho fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Suoervisão ou Comissão para as Matérias Financeiras	✓	39	
2. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alterações de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	39	
3. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do órgão de fiscalização. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos	✓	40	
4. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo	✓	41	
5. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras	✓	41	
6. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC	✓	41	
7. Funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias			



Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
Financeiras, indicando designadamente, consoante aplicável:			
a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro	✓	41	
b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício	✓	42	
E. Revisor Oficial de Contas			
1. Identificação, da SROC, do ROC e respetivos números de inscrição na OROC e CMVM, caso aplicável, e do sócio ROC, efetivo e suplente, que a representa e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	42	
2. Limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta serviços à sociedade	✓	42	
3. Número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta sociedade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório	✓	42	
4. Outros serviços prestados pela SROC à sociedade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável	✓	43	
F. Conselho Consultivo			
1. Composição, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo do mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	43	n.a.
G. Auditor Externo			
1. Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim com a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da entidade e/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência	✓	43	n.a.
2. Explicitação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita	✓	43	n.a.
3. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação	✓	43	n.a.

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
4. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos serviços (constantes da tabela referente à instrução V.G.4)	✓	43	n.a.
VI. Organização Interna			
A. Estatutos e Comunicações			
1. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade	✓	44	
2. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade	✓	44	
3. Políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção da fraude organizacional	✓	44	
B. Controlo interno e gestão de riscos			
1. Existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a entidade)	✓	45	
2. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida	✓	45	
3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da sociedade, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas	✓	46	
4. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade	✓	46	Vide também organograma pág. 36
5. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos	✓	46	
6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade	✓	46	
7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	✓	47	
8. Principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira	✓	47	
C. Regulamentos e Códigos			
1. Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade esta legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação do sítio da empresa onde estes se encontram disponíveis para consulta	✓	47	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
2. Referência à existência e aderência de códigos de conduta e de um Código de Ética, com a data da última atualização, em que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como a forma de divulgação junto dos seus colaboradores, clientes, fornecedores e a forma como é efetuada. Informação sobre as medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da entidade, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a entidade	✓	49	
3. Referência à existência de planos de ação para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências. Indicação do local no sítio da empresa onde se encontra publicitado o respetivo relatório	✓	50	
D. Deveres especiais de informação			
1. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira, a saber:			
a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo	✓	50	
b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar	✓	50	
c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento	✓	50	
d) Orçamento anual e plurianual	✓	50	
e) Documentos anuais de prestação de contas	✓	50	
f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização	✓	50	
2. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo	✓	51	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
E. Sítio da Internet			
1. Indicação do(s) endereço(s) utilizado(s), incluindo as hiperligações na divulgação dos seguintes elementos sobre a empresa			
a) Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC	✓	51	
b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões	✓	51	
c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios	✓	51	
d) Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais	✓	51	
e) Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público	✓	51	
f) Modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios	✓	51	
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral (se aplicável)			
1. Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral respeitante à remuneração dessa atividade			
2. Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade, das quais deverão constar os seguintes elementos:			
a) Associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis	✓	53	
b) Modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento	✓	53	
c) Critérios de avaliação e revisão contratuais	✓	53	
d) Parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes	✓	54	
e) Compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício	✓	54	
f) Metodologias adotadas tendo em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes	✓	55	
g) Evidência do cumprimento do disposto no n.º 1 artigo 48.º do RJSPE	✓	55	Vide também Anexos 8 e 9
VII. Remunerações			
A. Competência para a Determinação			
1. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador-delegado e dos dirigentes da sociedade			
2. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas			



Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
3. Evidenciação ou menção de que resulte inequívoco o cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º do RJSPE, isto é, de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	✓	56	Vide também Anexo 3
B. Comissão de Fixação de Remunerações			
1. Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio	✓	57	
C. Estrutura das Remunerações			
1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	✓	57	
2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade	✓	57	
3. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente	✓	58	
4. Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento	✓	58	
5. Parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio	✓	58	
6. Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais	✓	59	
D. Divulgação das Remunerações			
1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser remetida para ponto do relatório onde já conste esta informação	✓	59	
2. Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum	✓	61	n.a.
3. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos porque tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos	✓	61	
4. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício	✓	61	
5. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade	✓	61	
6. Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral	✓	62	
VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras			
1. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes	✓	63	

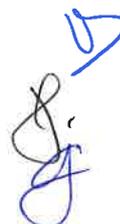
Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência			
2. Informação sobre outras Transações:			
a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços	✓	64	
b) Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado	✓	66	
c) Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros)	✓	66	
IX. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental			
1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	✓	67	
2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade	✓	70	
3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial			
a) Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores	✓	72	
b) Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável	✓	73	
c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional	✓	76	
d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro	✓	76	
e) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela empresa, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional	✓	78	
f) Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo. Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactos ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.)	✓	79	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
X. Avaliação do Governo Societário			
1. Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário, através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação deverá incluir:			
a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, título, ponto e página)	✓	91	
b) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação	✓	91	
2. Outras informações: a sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas	✓	91	
Grelha de aferição do cumprimento	✓	96	
XI. Anexos		106	
1. Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2021	✓		
2. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	✓		
3. Declarações a que se refere o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	✓		
4. Declarações a que se refere o artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	✓		
5. Ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o RGS) relativos ao exercício de 2020 por parte dos titulares da função acionista	✓		

n.a. - não aplicável



VIII. Relatório e parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal Exercício de 2021

I - INTRODUÇÃO

Nos termos do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) compete ao Conselho Fiscal elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração.

Nos termos do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas apresentam anualmente relatórios de boas práticas de governo societário, competindo aos órgãos de fiscalização aferir no respetivo relatório o cumprimento desta exigência.

Através do ofício da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) SAI_DGTF/2022/359, de 20 de janeiro de 2022, foram transmitidas as orientações sobre o processo de prestação de contas referente a 2021.

Os membros do Conselho Fiscal foram reeleitos para o mandato correspondente ao triénio 2021/2023, por deliberação da Assembleia-Geral realizada em 31 de maio de 2021, uma vez que já haviam sido eleitos para o mandato anterior de 2018/2020, por Deliberação da Assembleia-Geral de 21 de março de 2018.

Assim, no exercício das competências atribuídas ao Conselho Fiscal, vem este órgão apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora, relativo ao exercício de 2021, no âmbito do acompanhamento da atividade prosseguida pela Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., (adiante designada por Lusa ou Empresa) tendo em vista evidenciar os resultados da atividade desenvolvida, aferir sobre os controlos efetuados e anomalias detetadas e sobre as principais variações em relação ao período homólogo e suas causas, tendo por base o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e o respetivo Anexo relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 cuja versão final foi aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2021 bem como apresentar o seu parecer ao relatório de boas práticas de governo societário de 2021 aprovado pelo Conselho de Administração na mesma data, cujas versões finais assinadas foram disponibilizadas ao Conselho Fiscal em 10 de março de 2022.

II - ATIVIDADE DESENVOLVIDA

O Conselho Fiscal exerceu a sua atividade de acordo com a lei, os estatutos e as boas práticas em matéria de acompanhamento e fiscalização dos procedimentos da Empresa.



No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal acompanhou e fiscalizou a atividade de gestão desenvolvida em 2021, até 31 de maio, pelo Conselho de Administração eleito para o mandato 2018/2020, após a data anteriormente referida, pelo Conselho de Administração eleito para o mandato 2021/2023, por deliberação da Assembleia-Geral realizada em 31 de maio de 2021, analisando as atas das reuniões deste órgão e os documentos de suporte que considerou pertinentes, bem como a documentação de prestação de contas que lhe foi disponibilizada, tendo reunido com os serviços e com o Presidente do Conselho de Administração sempre que tal se mostrou conveniente, o que muito se agradece.

O Conselho Fiscal apreciou os documentos de reporte periódico da Lusa, designadamente a proposta de Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2021, os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental e acompanhou a evolução dos principais indicadores de atividade e económicos, nomeadamente, quanto à consistência com as orientações e recomendações emanadas pelo acionista Estado.

Durante o ano de 2021, o Conselho Fiscal efetuou 11 reuniões formais, por videoconferência, sempre com a comparência de todos os seus membros efetivos, cujas atas são arquivadas na sede da Empresa.

Após o encerramento das contas do presente exercício, o Conselho Fiscal acompanhou o processo de preparação e de divulgação da informação financeira tendo tomado conhecimento da respetiva Certificação Legal das Contas emitida também na presente data, cujo teor merece a sua concordância.

III – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Relatório de Gestão descreve adequadamente a atividade desenvolvida no exercício, incluindo um capítulo individualizado relativo à divulgação do cumprimento das orientações legais, conforme os requisitos previstos no artigo 66.º do CSC e as instruções transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças relativamente à prestação de contas do exercício de 2021, encontrando-se as análises nele efetuadas coerentes com as demonstrações financeiras do exercício.

O Relatório de Gestão reporta os impactos da pandemia COVID-19 na atividade prosseguida pela empresa e respetivos efeitos ao nível quer dos gastos e perdas, quer ainda de receitas e ganhos, bem como as ações desenvolvidas no âmbito da defesa da saúde pública e de

prevenção relativamente aos trabalhadores, verificando-se não terem ocorrido impactos particularmente relevantes na atividade prosseguida pela empresa.

Inclui também um capítulo dedicado à sustentabilidade no qual são abordadas algumas das normas do referencial de boas práticas da *Global Reporting Initiative* embora a Lusa considere que o relato apresentado deverá ser objeto de desenvolvimentos no futuro.

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), e Normas Interpretativas (NI), as quais integram o Balanço em 31 de dezembro de 2021, a demonstração dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 2020 e 2021, bem como o correspondente anexo.

Em cumprimento do disposto na alínea f) do n.º 5 do artigo 66º do CSC, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2021, no valor de 383.582 euros seja transferido para a conta de Reservas Legais (19.179 euros) e para a conta de Resultados Transitados (364.403 euros), proposta que está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Em resultado da análise efetuada ao Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do exercício de 2021, destacam-se os seguintes aspetos:

- Em 2021 a indemnização compensatória atribuída à Lusa pelo cumprimento das obrigações do serviço noticioso e informativo de interesse público ascendeu a 16.155.131 euros, com o IVA incluído à taxa legal em vigor, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 15/2021, de 25 de fevereiro, publicada em 8 de março, que aprovou a indemnização compensatória a atribuir durante o 1.º semestre, e da Resolução de Conselho de Ministros n.º 107/2021, de 29 de julho, publicada em 9 de agosto, que aprovou a indemnização compensatória a atribuir durante o 2.º semestre, refletindo um acréscimo de 0,6%, face ao valor da indemnização compensatória atribuída no ano anterior.
- De acordo com a declaração de compromisso subscrita pelo Presidente do Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2021, foram estabelecidos os termos da prestação e fiscalização do serviço público em 2021 bem como definido o indicador para cálculo do respetivo custo, com base nos parâmetros definidos no Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público para o triénio de 2017-2019.
- A produção editorial total da Lusa manteve em 2021 a tendência de crescimento verificada nos últimos anos, refletindo, em termos de conteúdos produzidos, um acréscimo de cerca de 5% face ao exercício anterior, ascendendo em 2021 a 290.584 conteúdos os quais se concentram fundamentalmente, como é habitual, em conteúdos de texto e de fotografia,

representando estes no seu conjunto cerca de 93,3% da produção total. Relativamente à prestação do Serviço Público a produção alcançada ultrapassou os mínimos exigidos para cada tipo de conteúdo no Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público para o triénio de 2017-2019.

- O valor das vendas e serviços prestados fixou-se no exercício em apreço em cerca de 16,8 milhões de euros, traduzindo-se num acréscimo de cerca de 2,5% face ao exercício anterior, sobretudo em resultado da variação favorável registada no valor da indemnização compensatória e no respetivo ajustamento o qual se encontrava afetado em 2020 a correção do custo do serviço público de 2017-2019 em conformidade com auditoria da Inspeção Geral de Finanças (custo com pré-reformas), e da variação positiva verificada nas receitas próprias.
- As receitas próprias obtidas com a atividade comercial totalizaram, em 2021, cerca de 3,9 milhões de euros, refletindo um crescimento (3,3%) face ao exercício anterior, sendo de destacar o contributo do serviço prestado à Estrutura da Missão da Presidência Portuguesa no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia.
- O valor total dos gastos operacionais, incluindo os gastos com amortizações e depreciações, totalizou no período 16,8 milhões de euros, evidenciando um acréscimo de 2,5%, face a 2020, para o qual contribuiu o agravamento da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos face ao ano anterior em cerca de 9,6% (+354 mil de euros) em resultado do reforço dos gastos com serviços jurídicos de apoio a processos judiciais em curso e com deslocações estadas e transportes por força do aumento de ações de cobertura de grandes eventos, alguns adiados do ano anterior, tais como os Jogos Olímpicos e o Campeonato da Europa de Futebol. A rubrica de Gastos com Pessoal (+213 mil euros) sofreu também um incremento relativamente a 2020 de 1,8% explicado fundamentalmente pelos efeitos do descongelamento dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT).
- O EBITDA do exercício ascende a 1.048 mil euros, refletindo uma variação positiva, relativamente ao valor apurado em 2020 de 43,8%, o que se deve sobretudo ao incremento nos rendimentos e ganhos operacionais conforme atrás evidenciado.
- Por sua vez, o resultado líquido do período apurado em 2021, no valor de 383 mil euros, traduz um acréscimo de 404,7% face ao valor apurado no ano anterior.
- O Investimento realizado no exercício de 2021 totalizou cerca de 544 mil euros, refletindo um decréscimo face ao exercício anterior, da ordem de 18,4%. O investimento foi aplicado sobretudo na modernização e expansão do parque informático, designadamente pelo facto de muitos trabalhadores, especialmente jornalistas, se encontrarem em regime de teletrabalho, em equipamento fotográfico e no reforço da área digital e multimédia, donde se

destacam a conclusão da implementação de ferramentas de automatização de processos de produção e, ainda, nas instalações de Delegação de Dili em resultado dos estragos provocados pelas graves inundações ocorridas em 2021. O investimento foi financiado com recursos próprios, excetuando o projeto *Contrafake* que foi cofinanciado ao abrigo do Sistema de Apoio à Transformação Digital da Administração Pública (SAMA2020), cujo valor executado em 2021 ascendeu a cerca de 120 mil euros, tendo sido cofinanciado em cerca de 61%.

- No final do exercício, o Balanço aponta para um total do ativo líquido de 12.834 mil euros, um total do passivo de 7.131 mil euros e um capital próprio de 5.703 mil de euros. Comparando com a posição financeira no final do ano transato regista-se uma variação positiva no ativo líquido de cerca de 10,4%, e uma variação positiva no passivo de cerca de 10,7% fundamentalmente em resultado da evolução das rubricas de Fornecedores (+357 mil euros) e de Outras Dívidas a Pagar (+219 mil euros) incluindo esta última rubrica o ajustamento, desde 2017, da Indemnização Compensatória a devolver ao Estado, no valor global de 2.624 mil euros, do qual 208,7 mil euros se refere ao exercício de 2021. No final do período em apreço a Lusa não apresenta financiamento remunerado.

Assinala-se, ao nível de acontecimentos após a data do balanço, a submissão ao Tribunal de Contas para fiscalização prévia e obtenção de visto do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, para o período 2022-2027, na sequência da sua assinatura pelo Estado e pela Lusa, em janeiro do ano corrente.

IV – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS VIGENTES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO (SEE)

A Lusa apresenta a informação relativa ao cumprimento das orientações legais, de acordo com as orientações expressas no ofício da DGTF SAI_DGTF/2022/359, de 20 de janeiro de 2022, destacando-se o seguinte:

É apresentada a execução do PAO 2021, aprovado pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2021 e pela Assembleia-Geral, realizada no dia 31 de maio de 2021, incluindo a execução do respetivo plano de investimento, por projetos, e indicada a justificação dos desvios desfavoráveis relativamente aos valores previstos;

A Lusa não apresenta financiamento remunerado no final do 2021, à semelhança do que se verificava no final dos anos anteriores;

O prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP), definido nos termos da RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril,

cifrou-se no final do exercício em 48 dias, refletindo um agravamento de 13 dias face ao apurado no final do ano de 2020, referindo a empresa que o adiamento do pagamento aos fornecedores se deveu ao não recebimento da indemnização compensatória nos respetivos meses. Por sua vez, o valor dos pagamentos em atraso, com mais de 90 dias, regista uma redução de cerca de 6,7 mil euros;

Foi aplicada a redução prevista no art.º 12º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho, às remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração, a qual não foi considerada relativamente às remunerações dos membros do Conselho Fiscal;

O peso dos gastos operacionais no volume de negócios regista uma redução face ao período homólogo de 2,6 p.p. Salienta-se, porém, que foi aplicado à Lusa até 2019 um indicador alternativo para medir a otimização da estrutura dos gastos operacionais, nos termos dos despachos do Ministro da Cultura, de 17 de maio de 2017, e do Secretário de Estado do Tesouro, de 1 de junho de 2017, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 124.º da Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, pretendendo a Lusa a adoção do mesmo indicador alternativo para os anos seguintes, tendo submetido proposta nesse sentido no PAO para 2022. O referido indicador consiste no valor do custo médio por conteúdo medido através do rácio entre o somatório do total de gastos¹, subtraído dos gastos de depreciações e amortizações, e a produção editorial da Lusa, verificando-se que o resultado obtido no período em apreço, aponta para uma redução do custo médio por conteúdo de 1,15 euros face a 31 de dezembro de 2020, o que se traduz numa melhoria da eficiência da Lusa;

O valor apurado no exercício para o conjunto dos gastos com deslocações e estadas, ajudas de custo e com a frota automóvel apresenta um agravamento de 22,1% relativamente ao obtido no ano anterior, embora evidencie uma redução de 14,8% em relação ao ano de 2019, anterior à pandemia, e um desvio negativo de 21,9% relativamente ao valor previsto no PAO 2021;

Não foram contraídos gastos no exercício com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria;

O quadro de pessoal da Lusa, excluindo os órgãos sociais, era composto no final de 2021 por 263 trabalhadores efetivos, traduzindo-se numa redução de 4 trabalhadores face ao ano anterior;

Os gastos totais com pessoal do exercício, deduzidos do impacto do IRCT, apresentam um ligeiro agravamento de 1,6% relativamente aos apurados no ano anterior, evidenciando, no entanto, um desvio negativo de 1,2% face ao valor orçamentado no PAO 2021;

¹ Expurgados de efeitos não recorrentes por via de alterações legislativas e indemnizações com o pessoal e dos gastos referentes ao projeto Google.



Relativamente ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, a Lusa ficou excepcionada do seu cumprimento, nos anos de 2020 e 2021, nas operações não executadas pelo IGCP, através do Despacho do IGCP Ref.ª UE: SGC n.º 103, de 10 de novembro de 2020.

V – AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Nos termos do n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o órgão de fiscalização deve aferir no respetivo relatório o cumprimento da exigência de apresentação do relatório anual de boas práticas de governo societário, do qual deve constar informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no capítulo II do mencionado diploma do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, devendo o respetivo parecer constituir um ponto autónomo do relatório do Conselho Fiscal, de acordo com as instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2021 transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças através do ofício da DGTF SAI_DGTF/2022/359, de 20 de janeiro de 2022.

Tendo em atenção a análise efetuada, o Conselho Fiscal é de opinião que a Lusa cumpriu este preceito nos termos do Relatório de Governo Societário de 2021 do qual consta informação atual e completa sobre aquelas matérias, traduzindo a observância do modelo disponibilizado pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), nada tendo chegado ao seu conhecimento que o leve a concluir que a referida informação não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com os dados que lhe servem de suporte naquela data.

VI - PARECER

Tendo em atenção as análises efetuadas pelos membros do Conselho Fiscal e os contactos que decorreram com o Conselho de Administração e com os Serviços, entende o Conselho Fiscal que nada chegou ao seu conhecimento que o leve a concluir que a referida informação financeira do período findo em 31 de dezembro de 2021 da Lusa não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com os registos contabilísticos que lhe servem de suporte naquela data.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal emite o seguinte parecer:

- Seja aprovado o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2021 apresentado pelo Conselho de Administração da Lusa;
- Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;



- Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, em 11 de março de 2022.

O CONSELHO FISCAL

Presidente

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "C. M. Sampaio".

(Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Sampaio)

Vogal

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Pedro Jorge dos Santos Braumann".

(Pedro Jorge dos Santos Braumann)

Vogal

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus".

(Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus)

Revisora Oficial de Contas n.º 1338)

IX. Certificação legal de contas




CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditei as demonstrações financeiras anexas de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., (a Entidade) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 12 834 454 euros e um total de capital próprio de 5 703 038 euros, incluindo um resultado líquido de 383 582 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As minhas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

sj

Estou convicta de que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identifico e avalio os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebo e executo procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtenho prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtenho uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avalio a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluo sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluir que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no meu relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avalio a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

-
- comunico com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, sou de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identifiquei incorreções materiais.

Porto, 11 de março de 2022



Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

X. Ata do Conselho de Administração




ATAS

-----Ata número quatrocentos e oitenta e nove (489)-----

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas onze horas, reuniu extraordinariamente na sua sede o Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., com sede em Lisboa, na Rua Dr. João Couto, Lote C, freguesia de Benfica, Pessoa Coletiva matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 935 107, com a presença do Presidente do Conselho de Administração, Senhor Joaquim de Jesus Pedro Carreira, da Vice-Presidente, Senhora Dr.^a Maria João Dias Pessoa de Araújo, e das Vogais, Senhora Prof.^a Carla Maria dos Santos Filipe Baptista e Senhora Dr.^a Helena Maria Ferreira dos Santos Ferro de Gouveia.-----

A reunião do Conselho de Administração teve a seguinte Ordem de Trabalhos:---

Ponto um: Relatório e Contas do exercício de 2021.-----

Ponto dois: Relatório de Governo Societário de 2021.-----

Ponto três: Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2021 e Relatório de Execução do Plano de 2021.-----

Entrando no ponto um da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração aprovou, por unanimidade, o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2021.---

No ponto dois da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração aprovou, por unanimidade, o Relatório de Governo Societário relativo a 2021.-----

Passando ao ponto três da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração aprovou o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2021, bem como o Relatório de Execução do referido Plano de 2021.-----

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada esta ata para constar como tal e ser assinada pelos presentes.-----

O Presidente do Conselho de Administração

Joaquim Jesus Pedro Carreira

(Joaquim de Jesus Pedro Carreira)

g B

ATAS

Folha 25

A Vice-Presidente

MARIA JOÃO DIAS PESSOA DE ARAÚJO
Assinado de forma digital
por MARIA JOÃO DIAS
PESSOA DE ARAÚJO
Dados: 2022.03.07
16:22:55 Z

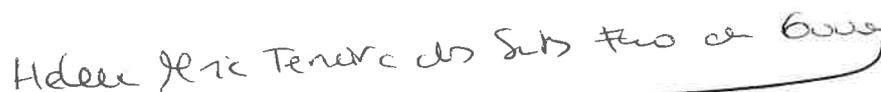
(Maria João Dias Pessoa de Araújo)

A Vogal



(Carla Maria dos Santos Filipe Baptista)

A Vogal



(Helena Maria Ferreira dos Santos Ferro de Gouveia)